

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política
André Barsch Ziegmann

**Perfil sociopolítico e decisões legislativas na 15ª Legislatura das
Assembléias Legislativas do Paraná, São Paulo e Minas Gerais
(2003-2007)**

Dissertação de mestrado apresentada como requisito para a conclusão do curso de mestrado em Ciência Política, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Estadual de Campinas.

Orientador: Prof. Dr. Valeriano Mendes Ferreira da Costa.

Campinas
2011

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP
Bibliotecária: Cecília Maria Jorge Nicolau CRB nº 3387

Z629p Ziegmann, André Barsch
Perfil sociopolítico e decisões legislativas na 15ª Legislatura das
Assembléias legislativas do Paraná, São Paulo e Minas Gerais
(2003-2007) / André Barsch Ziegmann. -- Campinas, SP :
[s. n.], 2011.

Orientador: Valeriano Mendes Ferreira Costa.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Câmaras legislativas – Paraná. 2. Câmaras legislativas –
São Paulo. 3. Câmaras legislativas – Minas Gerais. 4. Deputados
estaduais. 5. Poder legislativo. 6. Projetos de lei. I. Costa,
Valeriano Mendes Ferreira. II. Universidade Estadual de
Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

**Título em inglês: Sociopolitics profile and Legislative
Decisions in 15ª Legislature of the State of the Paraná,
São Paulo and Minas Gerais (2003-2007)**

**Palavras chaves em inglês
(keywords) :**

Legislative bodies – Parana
Legislative bodies – Sao Paulo
Legislative bodies – Minas Gerais
State deputies
Legislative power
Legislative bills

Área de Concentração: Comportamento Legislativo

Titulação: Mestre em Ciência Política

**Banca examinadora: Valeriano Mendes Ferreira Costa, Rachel Meneguello,
Maria do Socorro Braga**

Data da defesa: 03-03-2011

Programa de Pós-Graduação: Ciência Política

André Barsch Ziegmann

**Perfil Sociopolítico e Decisões Legislativas na Décima Quinta
Legislatura das Assembléias Legislativas do Paraná, São Paulo e Minas
Gerais (2003-2007).**

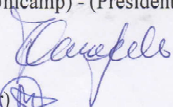
Dissertação apresentada ao Departamento de
Ciência Política do Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas da Universidade Estadual
de Campinas para obtenção do grau mestre
em Ciência Política sob orientação do Prof.
Dr. Valeriano Mendes Ferreira Costa.

Este exemplar corresponde à
redação final da Dissertação defendida
e aprovada pela Comissão Julgadora em
03/03/2011.

Comissão Julgadora:

Titulares:

Prof. Dr. Valeriano Mendes Ferreira Costa (IFCH/Unicamp) - (Presidente) 

Profa. Dra. Rachel Meneguello (IFCH/Unicamp) 

Profa. Dra. Maria do Socorro Souza Braga (UFSCar) 

Suplentes:

Prof. Dr. Bruno Wilhelm Speck (IFCH/Unicamp)

Prof. Dr. Adriano Nervo Codato (UFPR)

**Campinas
(Março de 2011)**

AGRADECIMENTOS

À FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) por financiar a pesquisa. Ao amigo Bruno Bolognesi, e especialmente ao orientador do projeto, Prof. Dr. Valeriano Mendes Ferreira da Costa.

RESUMO

O objetivo desta dissertação é caracterizar o perfil das decisões legislativas das diversas bancadas partidárias e grupos parlamentares atuantes durante a 15ª Legislatura das Assembleias Legislativas do Paraná, São Paulo e Minas Gerais (2003-2007). Para tanto, vamos aplicar a tipologia desenvolvida por Fabiano Santos (1995) aos projetos de lei aprovados (2821 leis), e efetuaremos cruzamentos estatísticos destas informações com dados sobre o perfil sociopolítico e o padrão de recrutamento dos 227 deputados estaduais, eleitos a legislatura desses três estados. Procuraremos testar a seguinte hipótese: há ou não diferenças significativas entre os padrões de recrutamento e de comportamento político (tal como descrito pela produção legislativa) das várias bancadas partidárias e subgrupos de parlamentares atuantes na Assembleia Legislativa. Em suma: pretendemos demonstrar se os “partidos contam” ou não na arena parlamentar, ao contrário do que afirma boa parte da literatura especializada.

Palavras-chave: Legislativos Estaduais; produção legal; perfil sociopolítico dos deputados estaduais.

ABSTRACT

The objective of this monograph is to characterize the profile of the legislative decisions of diverse partisan group of benches and operating parliamentary groups during 15^a Legislature of the State legislatures of the Paraná, São Paulo and Minas Gerais (2003-2007). For in such a way, we go to apply the tipologia developed for Fabiano Santos (1995) to the approved projects of law (2821 laws), and will effect statistical crossings of these information with data on the sociopolitics profile and the standard of conscription of the 227 state deputies, elect the legislature of these three states. We will look for to test the following hypothesis: it has or not significant differences between the behavior and conscription standards politician (as described for the legislative production) of some partisan group of benches and sub-groups of operating parliamentarians in the State legislature. In short: we intend to demonstrate if the “parties count” or not in the parliamentary enclosure for bullfighting, in contrast of what it affirms good part of specialized literature.

Word-key: Legislative State; legal production; sociopolitics profile of the state deputies.

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO.....	17
2.REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	21
2.1 Teoria das Elites	21
2.2 Perfil Sociopolítico dos Parlamentares Brasileiro	36
2.3 A Produção Legislativa dos Parlamentares Brasileiros	47
3. METODOLOGIA, HIPÓTESES E FONTES	53
3.1 O Método decisional vs. O método reputacional.....	53
3.2 O Perfil Sociopolítico influencia fortemente a produção legislativa?	55
3.3 A biografia dos deputados e os projetos de lei aprovados como base de dados.....	57
4. PERFIL SOCIOPOLÍTICO DOS PARLAMENTARES	59
4.1 Perfil Geral.....	59
5. PERFIL PARTIDÁRIO.....	71
5.1 Perfil Socioeconômico.....	67
5.2 Perfis de Carreira Política.....	76
5.3 Experiência Política	97
5.4 Resumo dos perfis partidários	106
6. PRODUÇÃO LEGISLATIVA E PERFIL SOCIOPOLÍTICO	113
7. CONCLUSÃO	121
Referências bibliográficas	127
Anexo.....	131

TABELAS E QUADROS

Tabela 1 – Distribuição dos Deputados Estaduais de Minas Gerais, São Paulo e Paraná por sexo (2003-2007).....	131
Tabela 2 - Distribuição dos Deputados Estaduais de Minas Gerais, São Paulo e Paraná por escolaridade (2003-2007)	131
Tabela 3A – Distribuição dos Deputados Estaduais em Minas Gerais por formação superior (2003-2007)	132
Tabela 3B – Distribuição dos Deputados Estaduais de São Paulo por formação superior (2003-2007)	133
Tabela 3C – Distribuição dos Deputados Estaduais no Paraná por formação superior (2003-2007)	134
Tabela 4 – Distribuição dos Deputados Estaduais de Minas Gerais, São Paulo e Paraná por formação superior agregada (2003-2007).....	135
Tabela 5A - Distribuição dos Deputados Estaduais de Minas Gerais por Ocupação (2003-2007).....	136
Tabela 5B – Distribuição dos Deputados Estaduais de São Paulo por ocupação (2003-2007).....	137
Tabela 5C - Distribuição dos Deputados Estaduais do Paraná por ocupação (2003-2007)	139
Tabela 6 – Distribuição dos Deputados Estaduais de Minas Gerais, São Paulo e Paraná por ocupação agregada (2003-2007).....	140
Quadro 1 - Espectro Ideológico dos Partidos	141
Tabela 7 - Representação Política por Alinhamento Ideológico e Partido em São Paulo, Minas Gerais e Paraná (2003-2007)	141
Tabelas 8A - Vínculos Associativos por Partido em Minas Gerais (2003-2007)	142
Tabela 8B - Vínculos Associativos por Partido em São Paulo (2003-2007).....	143
Tabelas 8C - Vínculos Associativos por Partido no Paraná (2003-2007)	144
Tabela - 8D Vínculos Associativos por Alinhamento Ideológico em Minas Gerais, São Paulo e Paraná (2003-2007)	145
Tabela 9A - Atividade Empresarial por Partido em Minas Gerais (2003-2007).....	146
Tabela 9B - Atividade Empresarial por Partido em São Paulo (2003-2007)	147
Tabela 9C - Atividade Empresarial por Partido no Paraná (2003-2007)	148

Tabela 9D - Atividade Empresarial por Alinhamento Ideológico em Minas Gerais, São Paulo e Paraná (2003-2007)	149
Tabela 10 A - Tipo de Carreira por Partido em Minas Gerais (2003-2007)	150
Tabela 10 B - Tipo de Carreira por Partido em São Paulo (2003-2007)	151
Tabela 10 C - Tipo de Carreira por Partido no Paraná (2003-2007)	152
Tabela 10 D – Tipo de Carreira por Alinhamento Ideológico em Minas Gerais, São Paulo e Paraná (2003-2007).....	153
Tabela 11 A – Cargos Ocupados por Partido em Minas Gerais (2003-2007).....	155
Tabela 11B - Cargos Ocupados por Partido em São Paulo (2003-2007)	156
Tabela 11C - Cargos Ocupados por Partido no Paraná (2003-2007)	157
Tabela 12A – Migrações por Partido em Minas Gerais (2003-2007)	158
Tabela 12B – Migrações por Partido em São Paulo (2003-2007).....	159
Tabela 12C – Migrações por Partido no Paraná (2003-2007).....	161
Tabela 12D – Migrações por Alinhamento Ideológico em Minas Gerais, São Paulo e Paraná (2003-2007)	161
Tabela 13A – Institucionalização das Carreiras por Partido em Minas Gerais (2003-2007)	162
Tabela 13B – Institucionalização das Carreiras por Partido em São Paulo (2003-2007)	163
Tabela 13C – Institucionalização das Carreiras por Partido no Paraná (2003-2007)...	164
Tabela 13D – Institucionalização das Carreiras por Alinhamento Ideológico nos Estado de Minas Gerais, São Paulo e Paraná (2003-2007).....	165
Tabela 14A – Tempo de Carreira por Partido em Minas Gerais (2003-2007).....	166
Tabela 14B – Tempo de Carreira por Partido em São Paulo (2003-2007).....	167
Tabela 14C – Tempo de Carreira por Partido no Paraná (2003-2007).....	168
Tabela 14D - Tempo de Carreira por Alinhamento Ideológico em Minas Gerais, São Paulo e Paraná (2003-2007).....	169
Tabela 15A – Ocupação de Cargo por Partido na Assembléia Legislativa de Minas Gerais (2003-2007)	170
Tabela 15B - Ocupação de Cargo por Partido na Assembléia Legislativa de São Paulo (2003-2007)	171

Tabela 15C – Ocupação de Cargo por Partido na Assembléia Legislativa do Paraná (2003-2007).....	172
Tabela 15D – Ocupação ou não de Cargos nas Assembléias Legislativas de Minas Gerais, São Paulo e Paraná (2003-2007)	173
Tabela 16A – Produção Legal na Assembléia Legislativa de Minas Gerais (2003-2007)	174
Tabela 16B – Produção Legal na Assembléia Legislativa de São Paulo (2003-2007).....	175
Tabela 16C – Produção Legal na Assembléia Legislativa do Paraná (2003-2007)	176
Tabela 16D – Produção Legislativa por Espectro Ideológico nas Assembléias Legislativas de MG, SP e PR (2003-2007).....	177

SIGLAS

DEM (Democratas)

PC do B (Partido Comunistas do Brasil)

PCO (Partido da Causa Operária)

PDT (Partido Democrático Trabalhista)

PFL (Partido da Frente Liberal)

PL (Partido Liberal)

PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro)

PP (Partido Progressista)

PR (Partido da República)

PRB (Partido Republicano Brasileiro)

PRONA (Partido da Reedificação da Ordem Nacional)

PSB (Partido Socialistas Brasileiro)

PSD (Partido Social Democrático)

PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira)

PSOL (Partido Socialismo e Liberdade)

PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado)

PTB (Partido Trabalhista Brasileiro)

UDN (União Democrática Nacional)

SI (Segredo Ineficiente)

RC (Regulação Concentrada)

RD (Regulação Difusa)

TCR (Transferência Concentrada de Recursos)

TDR (Transferência Difusa de Recursos)

1.Introdução

Com a redemocratização em 1985-1988 e o funcionamento da Assembléia Constituinte, o Congresso Nacional e os órgãos legislativos passaram a receber maior atenção de parte dos cientistas sociais, da mídia e da população de um modo geral, fato que provocou o aparecimento de uma série de estudos buscando analisar de maneira mais sistemática o que ocorria no seio desta “terra incógnita”, como eram designados os órgãos legislativos federais quando do surgimento das primeiras pesquisas sobre o assunto (Figueiredo & Limongi, 1999). A esses estudos iniciais sobre o Congresso Nacional, seguiram-se uma série de trabalhos sobre os órgãos legislativos nas unidades subnacionais, tanto sobre as Assembléias Legislativas estaduais, quanto sobre as Câmaras de Vereadores, em nível municipal.¹

Em geral, os estudos produzidos sobre estes órgãos legislativos enfatizam as características do processo decisório e, mais especificamente, observam como se dá a relação entre o poder Executivo, o Legislativo e os partidos nos corpos parlamentares das diferentes unidades de governo nacionais. Os enfoques abrangem desde estudos que buscam empreender uma análise agregada das proposições legislativas ou do comportamento político dos parlamentares, até trabalhos de natureza mais qualitativa, que buscam realizar estudos de caso de processos de tomada de decisões que envolvam as relações Executivo-Legislativo e/ou a ação de determinados grupos sociais sobre o processo legislativo.

¹ Exemplos destes estudos são as coletâneas organizadas por Andrade (1998), e Santos (2001). Entretanto, ao contrário do que se poderia esperar, a estes trabalhos não se seguiram outros, com o mesmo nível de sistematicidade e abrangência, sobre os legislativos nas unidades subnacionais.

Pelo menos desde os primeiros estudos sobre as relações Executivo/Legislativo no Brasil (Brigagão, 1973; Santos, 2003)², a análise agregada da “produção legal” (leis, projetos de leis e demais proposições legislativas) dos órgãos parlamentares tem sido utilizada como um importante indicador para caracterizar as relações entre os poderes e o processo de governo, especialmente durante a primeira experiência de democracia presidencialista pluripartidária brasileira, no período anterior a 1964. No tocante ao período posterior a 1988, a partir da publicação dos consagrados trabalhos de Limongi e Figueiredo (1994; 1999) iniciaram-se os estudos mais aprofundados sobre as relações Executivo/Legislativo na nova experiência democrática brasileira, sendo a partir de então a análise das proposições legislativas utilizada de maneira sistemática como um importante indicador, ao lado de outros, das características do comportamento parlamentar e do processo decisório governamental, tanto em nível nacional como subnacional. Na esteira da publicação dos trabalhos pioneiros de Limongi e Figueiredo surgiram uma série de estudos sobre as relações Executivo/Legislativo nas unidades subnacionais, empregando recursos analíticos e metodológicos homólogos aos utilizados por esses autores em seu enfoque sobre o processo legislativo em nível nacional (Andrade, 1998; Abrúcio, 1998; Santos, 2001).

Por outro lado, os órgãos legislativos brasileiros tem sido analisados sob a perspectiva do recrutamento político. Existem estudos tanto em nível nacional (Rodrigues, 2002; Santos, 2002), quanto em nível subnacional (Lima Júnior & Camargos, 1997), que buscam examinar as características do recrutamento das elites parlamentares efetuando

² A edição original do texto clássico de Wanderley Guilherme dos Santos é de 1986, e a base de dados utilizada pelo autor é a mesma elaborada por Brigagão em sua tese de mestrado. A partir da análise agregada da produção legal no período, ao lado de outros indicadores sobre polarização ideológica, fragmentação político-partidária e instabilidade das elites, Santos elabora o conceito de “*paralisia decisória*” para caracterizar uma situação de ruptura institucional que pode eventualmente dar lugar a uma interrupção no funcionamento dos regimes políticos democráticos e sua substituição por regimes autoritários a partir da intervenção violenta e saneadora de um “ator externo”.

estudos sobre o recrutamento parlamentar, sobre o perfil sociopolítico dos deputados. Estes estudos chegaram à importante conclusão de que os partidos políticos diferem significativamente entre si em várias dimensões de seu recrutamento sociopolítico, agora resta saber se essas diferenças de certa forma interferem nas várias dimensões de sua ação e comportamento parlamentar. Ou seja: os partidos contam ou não estruturação da ação política de vários tipos de atores relevantes.

Entretanto, ainda são raros os trabalhos que buscaram responder à essa pergunta, através da articulação entre as variáveis de recrutamento político dos diferentes partidos, com as variáveis sobre produção legal e comportamento parlamentar. O fim dessa análise seria justamente a verificação de como essas duas dimensões se inter-relacionam. Destacam-se, nesse sentido, poucos exemplos e em certa medida isolados na literatura, tais como o trabalho pioneiro de Lima Júnior & Camargos sobre a Assembléia Legislativa de Minas Gerais (Lima Júnior & Camargos, 1997) e, mais recentemente, os trabalhos de Amorim Neto & Santos (2002; 2003) sobre o Legislativo nacional. Nesses textos, os autores procuram articular as variáveis de recrutamento político com variáveis de produção legal, buscando examinar se os diferentes padrões de recrutamento dos parlamentares produzem efeitos ou correlacionam-se com os padrões de produção legal observados.

O presente trabalho se insere nessa linha de reflexão, aproveitando as sugestões teórico-metodológicas contidas na obra destes últimos autores. Sendo assim, seu objetivo básico é caracterizar algumas dimensões básicas do perfil sociopolítico dos parlamentares empossados durante a 14ª legislatura das Assembléias Legislativas dos Estados de Minas

Gerais, São Paulo e Paraná³ e examinar a relação destas variáveis de recrutamento com o padrão de produção legal dos deputados durante o período (2003-2007). Para atingir tal intento, utilizaremos alguns dos indicadores geralmente empregados pela literatura para caracterizar tais relações, especialmente a análise das leis promulgadas. Embora o exame sistemático e agregado de tais proposições esteja longe de esgotar o problema das relações entre os poderes e do comportamento parlamentar nos diferentes sistemas políticos, ele pode e deve constituir-se num ponto de partida (ou numa “primeira aproximação”) para o estudo de tais fenômenos, pois nos permite, dentre outras coisas, uma primeira visão inicial e abrangente das mesmas, além da construção de parâmetros e indicadores objetivos e empiricamente fundamentados para análises de cunho comparativo. A escolha desses três estados deriva basicamente da produção científica já desenvolvida sobre as três instituições legislativas daquelas unidades federativas. Os parlamentos foram estudados em várias oportunidades, e sob enfoques diferentes. Sobre o parlamento paulista, são indicativos os trabalhos de Costa e a coletânea de Regis de Castro Andrade. No caso mineiro, temos as pesquisas de Lima Júnior e Malco Camargos e o texto de Anastasia. Sobre a Assembléia Legislativa do Paraná há um crescente aumento dos estudos, dentre esses, é válido destacar o artigo de Sérgio Braga.

Tendo em vista estes esclarecimentos preliminares e objetivos de ordem mais geral, nosso trabalho se divide em três partes: (i) inicialmente, procuraremos indicar brevemente algumas características do perfil sociopolítico dos parlamentares que fizeram

³ A escolha desses três estados deriva basicamente da produção científica já desenvolvida sobre as três instituições legislativas daquelas unidades federativas. Os parlamentos foram estudados em várias oportunidades, e sob enfoques diferentes. Sobre o parlamento paulista, é indicativa a coletânea de Regis de Castro Andrade (98). No caso mineiro, temos as pesquisas de Lima Júnior e Malco Camargo (97) e o capítulo de Fátima Anastasia na coletânea de Fabiano Santos (2001). Sobre a Assembléia Legislativa do Paraná há um crescente aumento dos estudos, dentre esses, é válido destacar o artigo de Sérgio Braga (2006).

parte da 14^a Legislatura das Assembléias Legislativas de Minas Gerais, São Paulo e Paraná; (ii) em segundo lugar, analisaremos algumas das principais características da produção legal dos parlamentares no período, nos baseando especificamente e procurando dialogar com os autores que produziram estudos nesse sentido, especialmente no Legislativo Nacional; (iii) por fim, relacionaremos e cruzaremos os dados sobre o recrutamento dos parlamentares, com informações sobre sua produção legal, a fim de verificar se nossa hipótese é válida. Para realizar tal intento, nos basearemos aqui fundamentalmente nas variáveis e na tipologia empregadas no texto de Fabiano Santos de 1995⁴.

2. Revisão Bibliográfica

2.1 Teoria das Elites

A teoria das elites é uma das correntes que mais tiveram impacto sobre a Ciência Política no século XX. Desde suas origens, em fins do século XIX, até os dias atuais, inúmeros trabalhos que se filiam a essa escola tornaram-se referência na área, alguns até alcançaram os status de clássicos da política, como *Sociologia dos Partidos Políticos*⁵ de Robert Michels, um dos fundadores dessa vertente, *Who Governs?*⁶(Quem Governa?, tradução livre) de Robert Dahl, e *A Elite do Poder*⁷, de Charles W. Mills, livro que

⁴ SANTOS, Fabiano G. Microfundamentos do Clientelismo Político no Brasil: 1959-1963. *DADOS: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 38, nº 3, 1995, pp. 459-496. Esse artigo é originado em sua tese de doutoramento.

⁵ MICHELS, Robert. *Sociologia dos Partidos Políticos*. Brasília: UNB, 1982.

⁶ DAHL, Robert. *Who Governs?*. 28^a ed. New Haven: Yale University Press, 1979.

⁷ MILLS, C. Wright. *A Elite do Poder*. 4^a ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

transbordou os meios acadêmicos e gerou muita polêmica na sociedade americana da metade dos anos 50⁸.

Mitchels foi um dos fundadores, Dahl e Mills, importantes teóricos, que, contudo, divergiam, conforme veremos adiante, em questões metodológicas fundamentais. Por isso ao nos propormos à revisar a bibliografia pertinente à teoria das elites é preciso abarcar toda a heterogeneidade, as divisões internas, bem como as relações da corrente elitista com outras escolas do pensamento político.

Essa diversidade inerente ao tema aqui abordado, nos levará a tratar das origens da teoria das elites, de sua absorção e grande desenvolvimento entre os acadêmicos americanos, e a posterior divisão daqueles estudiosos entre monistas e pluralistas.

Segundo Norberto Bobbio⁹, o primeiro analista que procurou buscar um estatuto científico para a teoria das elites foi Gaetano Mosca, se constituindo esse pioneirismo em seu grande legado. O autor italiano afirmava que, todas as sociedades possuíam uma minoria que governa, chamada por ele de classe dirigente, e uma maioria que é governada (Mosca, 1992). O caráter científico embutido nessa divisão entre comandantes e comandados reside justamente na possibilidade de aplicá-lo a qualquer sociedade, e em qualquer época. Sendo assim, alguns temas clássicos da Ciência Política ganharam novas formulações a partir de Mosca, por exemplo, ao aplicarmos essa lei geral (talvez a principal da teoria das elites), aos governos, concluiremos que todos eles são oligárquicos (Bobbio, 1999).

⁸ Segundo Mário Grynszpan Wright Mills era “... professor de Columbia, uma universidade respeitável, seu livro havia sido publicado por uma editora conservadora e amplamente resenhado em mídias como *Time* e *Saturday Review of Literature*.” (Grynszpan, 1996, pp. 51) (Grifo do autor).

⁹ BOBBIO, Norberto. Elites, Teoria das. In: BOBBIO, Norberto, MATEUCCI, Nicola & PASQUINO, Gianfranco (org.), *Dicionário de Política*. 12ª ed. Brasília: UNB, 1999.

Contudo, a importância de Mosca não se restringe a lei geral discutida acima, ele também foi o primeiro a destacar a importância da organização, entendida como um recurso fundamental para que uma minoria domine uma maioria (Mosca, 1992). A citação abaixo ilustra seu pensamento:

“...es fatal el predominio de una minoría organizada, que obedece a un único impulso, la mayoría desorganizada. La Fuerza de cualquier minoría es irresistible frente a cada individuo de la mayoría....Y al mismo tiempo se puede decir que ésta se halla organizada precisamente porque es minoría.” (Mosca, 1992, pp. 110)

Cabe ressaltar, que existem duas formas de compreender o conceito de organização na obra do autor que estamos discutindo. Ela pode ser entendida como uma aliança de indivíduos, que se unem não apenas por interesse, mas também por possuírem características comuns, altamente valorizadas em suas sociedades, que redundam na formação de um grupo homogêneo e solidário, mas também, como a máquina estatal, através da qual aquele restrito, homogêneo e logo organizado grupo, se utiliza para conseguir seus fins (Bobbio, 1992).

O grande tema das análises políticas de Gaetano Mosca, ou seja, a classe dirigente, acabou despertando o interesse de outros cientistas sociais, o mais notório deles foi Vilfredo Pareto.

O sociólogo italiano Vilfredo Pareto produziu uma grandiosa obra, o levando a ser considerado uma etapa do pensamento sociológico, conforme nos indica o livro de Raymond Aron¹⁰. Também estava entre suas inúmeras preocupações intelectuais a temática das elites.

¹⁰ ARON, Raymond. *As Etapas do Pensamento Sociológico*. 6ª ed. São Paul: Martins Fontes, 2002.

Pareto afirmava que, em todas as atividades humanas existe um pequeno grupo de indivíduos que lograva destacar-se dos demais, justamente por possuírem atributos muito valorizados em seus ramos de atuação, logo podemos concluir dessa reflexão do autor, que para ele exista uma elite de vendedores, de ladrões, de esportistas e assim por diante. (Pareto, 1984 & Grynszpan, 1996). Nos diz Pareto:

“Agrade ou não a certos teóricos, é fato que as sociedades humanas não são homogêneas, que os homens são diferentes, física, moral e intelectualmente” (Pareto, 1984, pp. 75)

Assim como nas mais diversas atividades humanas, o sociólogo italiano também acreditava, assim como Mosca, que todas as sociedades possuíam uma elite, chamada por ele de aristocracia (Pareto, 1984). Contudo, Pareto preocupou-se em investigar a circulação dos grupos dirigentes, não se interessando, portanto, no processo de formação da aristocracia, sendo essa uma característica fundamental da obra de Mosca. Por esse motivo, o trabalho de Pareto é uma teoria que procura analisar os modos como se combinam, se integram, e se intercambiam os grupos (Bobbio, 1999).

Partindo da análise da circulação das elites, o autor considerava a história uma grande cemitério de aristocracias, sendo que haveria, seguindo a reflexão de Pareto, uma luta incessante entre o grupo dirigente que detém o poder, e os demais, dele excluídos, porém não se trata de um confronto de classe, como acreditam os marxistas, mas sim de uma luta de elites (Grynszpan, 1996) .

Mas quando os confrontos políticos não substituía a aristocracia, e ela continuava a manter o domínio político, haveria, segunda a análise paretiana, um processo degenerativo do grupo dirigente, que não possuiria mais os atributos valorizados socialmente, (que se

transferiram para os grupos excluídos do poder) sendo essa a causa de grandes convulsões sociais (Grynszpan, 1996).

Depois de analisar brevemente as contribuições de Mosca e Pareto, podemos concluir que os autores convergiam em pontos fundamentais, como a existência, em todas as sociedades e épocas, de uma minoria que governa e uma maioria que é governada, e o fato dos membros da classe dirigente, ou aristocracia, possuírem qualidades que são admiradas em seus meios sociais. Entretanto, entre os estudos clássicos, o trabalho que provou de forma mais visceral a existência de uma elite política, foi *Sociologia dos Partidos Políticos*¹¹ de Roberto Michels.

O sociólogo e economista austríaco, influenciado pelos autores discutidos acima¹², levou o método elitista para o estudo dos partidos políticos, e, ao analisar a social democracia alemã, Michels constatou a existência de um irreversível processo de acumulação de poder nas mãos de uma minoria, chamada por ele de oligarquia (Michels, 1982). Essa tendência inevitável constatada pelo autor, tornou-se uma das mais conhecidas e influentes leis gerais da Ciência Política, a “lei de ferro da oligarquia”.

O processo delimitado por Michels era possível graças a um tema bastante presente na obra de Mosca, a organização, sendo esse um dos pontos cruciais da lei desenvolvida pelo autor austríaco, conforme a citação abaixo:

“Quem fala em poder, fala em tendência a oligarquia...O mecanismo da organização...provoca na massa graves modificações...A organização tem o efeito de

¹¹ MICHELS, Robert. *Sociologia dos Partidos Políticos*. Brasília: UNB, 1982

¹² Segundo Bobbio, ele teria sido mais influenciado por Mosca (Bobbio, 1999).

dividir todo o partido ou sindicato profissional em uma minoria dirigente e uma maioria dirigida” (Michels, pp. 21, 1992).

Esse pequeno trecho mostra a importância da organização para as análises de Michels, entretanto, ele pensava de maneira diversa a relação do grupo dirigente com o recurso organizacional. Enquanto Mosca acreditava que a organização é um instrumento para a formação da elite, Michels afirmava que a oligarquia é consequência da organização (Bobbio, 1999).

A obra conjunta dos três fundadores da teoria das elites, influenciaria gerações de estudiosos, notadamente nos EUA, que dedicaram-se a desenvolver os postulados de Mosca, Pareto e Michels, tanto em termos teóricos quanto metodológicos.

O sucesso da teoria das elites entre os analistas americanos foi tão grande, que Bobbio chegou a afirmar que “a teoria das elites conquistou verdadeira cidadania na ciência política contemporânea, renascida e renovada nos EUA” (Bobbio, 1999). O renascimento e renovação a que se refere Bobbio, diz respeito a retomada depois de duas décadas, das pesquisas calcadas nas teorias das elites nos anos 30, por Harold Laswell, mas principalmente pelo incremento teórico-metodológico nas investigações sobre os grupos dirigentes¹³

Esse incremento foi tal, que os pesquisadores dividiram-se em duas vertentes, os monistas e os pluralistas, separação essa, baseada em divergências teóricas e metodológicas, conforme veremos adiante. Assim feita uma caracterização geral da retomada dos trabalhos elitistas nos EUA, caber ressaltar que a divisão entre monistas e pluralistas ultrapassou as fronteiras norte-americanas, e influenciou estudiosos em outros

¹³ Termos como grupo dirigente, minoria dirigente, minoria ou classe política serão usados nesse trabalho como sinônimos. De forma nenhuma, especificamente nessa pesquisa, serão considerados termos com significados diferentes e assim conflitantes.

lugares, especialmente na Europa. Tanto no continente Europeu, quanto entre os americanos, o pluralismo alcançou maior influencia, por isso começamos com ele.

Um dos marcos fundadores do pluralismo foi Joseph Schumpeter, porque sua obra *Capitalismo, Socialismo e Democracia*¹⁴, é considerada a primeira a aliar com sucesso elitismo e democracia (Grynszpan, 1996). Contudo, para atingir esse intento, o autor acabou por reformular novamente o conceito clássico de democracia com base na teoria das elites¹⁵.

A teoria clássica do regime democrático não faria sentido nos tempos modernos. A idéia de um governo do povo, que visava o bem comum não encontraria correspondência na realidade (Schumpeter, 1961) Essencialmente, porque a massa seria incapaz de elaborar e difundir propostas coerentes, cabendo a mesma seguir a liderança que lhe foi oferecida (Schumpeter, 1961).

Essa possibilidade de escolher entre opções dadas e limitadas de dirigentes, permitiu a Schumpeter transferir a imagem do mercado para a análise da democracia. Assim como no mercado, o consumidor político escolhe um candidato dentro de um conjunto que lhe é imposto (Schumpeter, 1961).

Numa tentativa de explicar as democracias, fazendo uma alegoria ao mercado, Schumpeter lançou as bases para um novo entendimento das mesmas, que acabou por consagrar-se posteriormente na ciência política. Para o autor, a democracia seria a livre concorrência pelo voto, e seria essa característica que separava a democracia dos outros

¹⁴ SCHUMPETER, Joseph. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro: Fondo de Cultura, 1961.

¹⁵ Mosca foi o primeiro a reformular o conceito de democracia à luz da Teoria das Elites. O teórico italiano foi o primeiro a diferenciar o regime democrático como aquele onde o recrutamento é aberto e não restrito como em regimes autoritários (Mosca, 1992).

regimes. Esse conceito, baseado no mercado e na teoria das elites, compatibilizou de forma factível e coerente, os regimes democráticos e as modernas sociedades de massas.

A democracia, a partir de então, torna-se uma preocupação recorrente, sendo tema de reflexão na obra de importante autores, entre ele Harold Lasswell. Em sua conhecida obra, *Poder e Sociedade*¹⁶, escrita em co-autoria com Abraham Kaplan, sustenta que nas democracias, o recrutamento dos líderes políticos seria aberto, enquanto que nos regimes de caráter autoritário tal seleção seria restrita a um ou poucos grupos (Kaplan & Lasswell, 1979). Assim Lasswell e Kaplan, ao seguirem as considerações de Mosca, sustentam um conceito de democracia diferente do que fora consagrado classicamente. Entretanto, os autores revisam a dicotomia elite/massa, que é uma característica geral aos três fundadores do elitismo, e também refletiram sobre a relação entre elite e formas de dominação.

O obra de Lasswell e Kaplan, tem como eixo fundamental a distribuição do poder. Não existiria, na ótica desses pesquisadores, nenhum setor da sociedade totalmente desprovido de poder (Kaplan & Lasswell, 1979). Haveria uma elite numericamente pequena e mais organizada no topo da hierarquia social, que concentraria mais poder. Contudo, entre esse grupo e a massa, existiria uma semi-elite, possuidora de graus intermediários de organização e poder (Kaplan e Lasswell, 1979). Ao fazer essa consideração, sobre a natureza da distribuição do poder numa sociedade, os pesquisadores rompem a dicotomia elite/massa consagrada na obra dos três fundadores da teoria das elites (Grynszpan, 1996).

Além de investigar a forma como o poder se dissemina num organismo social, Lasswell e Kaplan procuraram ampliar a relação entre grupos dirigentes e a institucionalidade, correlacionando tipos de dominação e tipos de elite. Assim por exemplo, uma elite de

¹⁶ KAPLAN, Abraham & LASSWELL, Harold D. *Poder e Sociedade*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1979.

funcionários levaria a uma burocracia, nobres à aristocracia e especialista à tecnocracia (Bobbio, 1999).

Outro autor que preocupou-se com a relação entre elite e instituições foi Karl Mannheim, um dos mais destacados cientistas sociais do século XX. Esse sociólogo alemão também ocupou-se, assim como os teóricos pluralistas anteriormente analisados, com as minorias e sua importância para os regimes democráticos, especialmente em seu livro *Liberdade, Poder e Planificação Econômica*¹⁷.

Mannheim segue, como Lasswell e Kaplan, o pensamento de Mosca. Em sua obra, *Liberdade, Poder e Planificação Econômica*, defende a tese que as democracias implicariam um tipo específico de formação de elite, ou seja, o recrutamento aberto a todos os segmentos sociais (Bobbio, 1999). Juntamente com essa característica, a igualdade de todos perante a lei, e a autonomia dos indivíduos seriam para Mannheim os princípios fundamentais das modernas democracias (Bobbio *apud* Mannheim, 1999).

Como vemos, Mannheim inverte a tese democrática clássica, assim como Mosca, Schumpeter, Lasswell e Kaplan, onde tais regimes seriam assentados no povo (Grynszpan, 1996). Seriam, na verdade as minorias, com sua organização e liderança, a garantia dos regimes democráticos, não as massas (Grynszpan *apud* Mannheim, 1996). Essas, antes, seriam um perigo para a democracia, pois, ao anularem as diferenças e a diversidade, elas se tornariam propensas à demagogia (Grynszpan *apud* Mannheim, 1996). Conclui-se, que também para Mannheim, a pluralidade de minorias seria o suporte dos modernos regimes democráticos.

A ênfase na pluralidade de minorias como sustentáculo para as democracias continuou ocupando os trabalhos de importantes pesquisadores. Um deles, também muito conhecido,

¹⁷ MANNHEIM, Karl. *Liberdade, Poder e Planificação Econômica*. São Paulo, Mestre Jou, 1972.

foi David Trumann. Em seu livro, *The Governmental Process*¹⁸, ressalta como os diversos grupos de interesse atuam para pressionar as instituições democráticas. Apoiando candidatos ao Congresso Americano, os diversos *lobbies*, tentariam realizar seus interesses através de seus representantes, que se tornariam verdadeiros delegados das causas setoriais (Trumann, 1963).

Essas causas, projetadas nas instituições, redundariam numa pluralidade de demandas, posições e inserções diferentes representadas nas instituições democráticas (Trumann, 1963). Dessa idéia, Trumann retira a interpretação de que o funcionamento das instituições também está ligado às elites, pois segundo o autor, a falta de coesão dos partidos Republicano e Democrata no legislativo americano era consequência dos inúmeros *lobbies*, que atuavam no interior daquelas organizações (Trumann, 1963). Outro autor igualmente renomado, que também contribuiu para o desenvolvimento do elitismo democrático foi Seymour Lipset.

Lipset se auto intitulava elitista democrático e, como outros, o analista americano acreditava que a democracia americana é a concorrência entre minorias organizadas pelo voto (Lipset, 1982). No prefácio que escreveu à edição americana de *Sociologia dos Partidos Políticos*¹⁹, de Robert Mitchels, Lipset desenvolveria de forma mais profunda essa hipótese.

Nesse trabalho, o autor salienta que a competição entre minorias impediria que nenhum grupo exterminasse os demais, e tal obstáculo, garantiria a existência do próprio regime democrático (Lipset, 1982). As democracias seriam, portanto, sinônimos de grupos organizados, negando, assim como outros, o conceito de democracia (Lipset, 1982).

¹⁸ TRUMANN, David. *The Governmental Process* (9ª ed.) New York, Alfred A. Knopf.

¹⁹ LIPSET, Seymou. "Prefácio". In *Sociologia dos Partidos Políticos*. Brasília: UNB, 1982.

Porém, Lipset não tratou apenas de pensar modernamente a democracia. O autor acreditava que as oligarquias permaneciam no poder por longos períodos, o que a levaria a desenvolver interesses díspares das massas (Lipset, 1982). Além disso, seria inevitável lutar contra essa tendência, pois a existência de oligarquias seria algo intrínseco aos sistemas sociais complexos²⁰ (Lipset, 1982).

Lipset, como outros, dedicou sua atenção a conciliar teoria das elites com democracia, mas a relação de ambos ganhou novos contornos no trabalho, *O Destino das Elites*²¹, de Suzanne Keller. Sua grande contribuição foi apontar a coexistência entre classe social e elites.

Para Keller, a classe social dirigente (classe dirigente), seria apenas uma, enquanto que, ao mesmo tempo, existiriam inúmeras elites políticas. Outros pontos que distinguiriam classe dirigente e elites, seriam as formas de recrutamento e os atributos necessários para fazer parte de ambas. Enquanto que no interior da classe dirigente o requisito principal seria o poder econômico, conquistado geralmente por hereditariedade, para compor a elite, adjetivos como motivação e mérito seriam as características principais de seus membros (Keller, 1963). Logo vê-se, que a seleção dos membros das elites seria mais aberta em relação a classe dirigente.

Mas Keller aponta, além dos atributos, as funções que as elites teriam nas sociedades democráticas. Elas teriam de servir a sociedade, servir a ordem e buscar altos objetivos (Keller, 1963). Notamos a introdução de um elemento funcionalista, o que conjuntamente a existência paralela de elites e classe dirigente, torna única a sua obra no interior do elitismo democrático.

²⁰ É clara a influência de Mitchels no trabalho de Lipset. O autor americano afirma no texto que deve muito ao sociólogo alemão (Lipset, 1982}.

²¹ KELLER, Suzanne. *O Destino das Elites*. Rio de Janeiro: Forense, 1963.

Mas Keller notabilizou-se não só por suas considerações originais, mas também por ter se aproximado de reflexões feitas por outros autores. A autora, como Mitchels e Lipset, trabalhou com a hipótese da inexorável autonomia das elites em relação aos eleitores (Keller, 1982). Conclui, a partir desse ponto, e dentro de sua perspectiva funcionalista, que tal autonomia seria necessária para que as elites pudessem servir ao sistema (Keller, 1982).

Suzanne Keller enfim, desenvolve um esquema analítico, que ao emprestar funções sociais às elites, acaba por subordinar as mesmas a elementos estruturais. Ao contrário de Keller, Dahrendorf, acredita que as elites são as causas de mudanças estruturais. Em seu trabalho, *As Classe Sociais e seus Conflitos na Sociedade Industrial*²², aponta que as causas das desigualdades sociais, e conseqüentemente dos conflitos, seria a autoridade e não o poder econômico (Dahrendorf, 1982). O conteúdo desse poder de comando estaria na divisão do poder, e não na distribuição disforme da propriedade (Dahrendorf, 1999). Essa seria a raiz da competição e aliança entre grupos organizados, que engendrariam mudanças na estrutura das sociedades (Dahrendorf, 1982). Vemos, claramente, que o autor divergia da concepção marxista clássica, na qual a luta de classes seria o impulso para as transformações sociais (Bobbio, 1999).

Até agora percebemos que as três grandes preocupações exploradas pelas linhagens da teoria das elites democrática, foram à natureza das elites, sua relação com a estrutura social, mas principalmente, um novo modelo de entender a democracia sob a visão da teoria das elites. E o autor que melhor representa essa corrente, justamente pela abrangência de suas preocupações é Robert Dahl.

²² DAHRENDORF, Ralf. *As Classes Sociais e seus conflitos na Sociedade Industrial*. Brasília, 1982.

Em sua crítica endereçada a Wright Mills, *Crítica do Modelo da Elite Dirigente*²³, Dahl considerava como fator distintivo da elite, sua capacidade de impor decisões, intimamente ligadas às suas preferências (Dahl, 1970). Essa forma de identificar a elite ficou conhecida como decisional. O autor ressaltaria também, como atributos das minorias dirigentes, a coesão e a unidade, bem como sua grande capacidade de controle sobre as decisões tomadas (Dahl, 1970). Dahl também continuaria aprofundando outras teses anteriormente desenvolvidas.

Em *Who Governs?*²⁴ Dahl considera que nenhum indivíduo está desprovido de poder e influência, numa conclusão muito parecida com o trabalho de Lasswell e Kaplan. Mantendo essa linha de reflexão, propõe a existência de uma sociedade política, que seria formada pelos sujeitos mais ativos na tomada de decisões (Dahl, 1964). Tal segmento social seria caracterizado por agir de forma calculada e racional. A massa, pelo contrário, agiria com base em emoções e ligações pessoais (Dahl, 1964). No entanto, esse segmento, seria o alvo da concorrência das elites, o que vincula Dahl a outros pluralistas, na defesa de uma idéia de democracia calcada na disputa entre minorias. Seria a disputa entre grupos, que impossibilitaria, como acredita toda a corrente pluralista, a constituição de uma única elite nos regimes democráticos (Dahl, 1964).

Em sua *Crítica ao Modelo da Elite Dirigente*, Dahl criticou as perspectivas que pregavam a existência de uma única elite, defendia pelos e teóricos monistas, Floyd Hunter e, especialmente Wright Mills. Floyd Hunter foi o primeiro a desenvolver essa

²³ DAHL, Robert. "Uma crítica do modelo de elite dirigente". In: Sociologia Política II. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

²⁴ DAHL, Robert. *Who Governs? Democracy and Power in a American City* (5ª ed.) New Haven: Yale University Press, 1964.

hipótese, em seu livro sobre Atlanta, *Community Power Structure*²⁵. Hunter acreditava que o poder era uma função social necessária para a tomada de decisões importantes e para a sociedade atingir grandes metas, o que lembra muito as considerações feitas por Suzanne Keller, no livro *O Destino das Elites*. Para exercerem sua influência, as minorias dirigentes deveriam possuir prerrogativas especiais, o que obviamente emprestava às elites um rótulo diferenciado dos homens comuns (Hunter, 1963). Portanto, para Hunter, a característica distintiva das minorias dirigentes eram suas funções, entretanto ele não acreditava na competição de grupos pelo poder, nem mesmo nas democracias. Para o sociólogo americano, a elite era única, e vinculada por interesses específicos e ligações pessoais (Hunter, 1963). Por fim, entende-se que, nesse trabalho sobre Atlanta, Hunter tinha por objetivo compreender os fenômenos de liderança, mas também a distribuição de poder e sua própria natureza (Grynszpan, 1996). Essas preocupações, bem como as sugestões teórico-metodológicas, foram exploradas e desenvolvidas no célebre livro *A Elite do Poder*²⁶, de Wright Mill.

Verdadeiro tratado sobre a sociedade americana de meados dos anos 50, é o livro mais conhecido que versa sobre elites dentro e fora da academia. Mills tem como princípio uma oposição entre homens comuns, ou seja, a massa, e a elite. Tal contraposição se devia a monopolização do poder por um único grupo, que conseqüentemente impunha suas vontades ao organismo social (Mills, 1981).

O restrito grupo que detinha o poder nos EUA poderia ser identificado conhecendo os indivíduos que ocupavam o alto das hierarquias institucionais da moderna sociedade americana (Mills, 1981). Essas instituições seriam o Estado, as Forças Armadas e as

²⁵ HUNTER, Floyd. *Community Power Structure*. New York: Anchor Books, 1963.

²⁶ MILL, Charles W. *A Elite do Poder* (4ª ed). Rio de Janeiro. Zahar, 1981.

Grandes Empresas (Mills, 1981). O modo como Mills delimitou a elite ficou conhecido como método posicional, justamente porque, o poder dessa minoria não seria frutos de direitos ou prerrogativas especiais, como acreditavam Keller e Hunter. Antes, se esses privilégios existissem, era devido ao fato da elite ocupar posições de comando nas principais instituições sociais (Mills, 1981).

Mills ainda possuía uma preocupação que Hunter não tinha. Como se forma essa única elite? O processo de uniformização do grupo dirigente se daria porque seus membros estariam ligados por diferentes vínculos: familiares, sociais e econômicos (Mills, 1981). Tais indivíduos se uniam psicologicamente, não apenas por esses motivos, mas principalmente porque encontravam-se nas “altas rodas” ou seja, em eventos sociais e negócios (Mills, 1981). Outro ponto fundamental do trabalho de Mills era a homogeneidade dos rituais de aceitação e ascensão do grupo dirigente, como fato concorrente para a unificação da minoria dirigente (Mills, 1981).

Mills ainda acreditava que, por tratar-se de uma elite coesa e unida, para a devida compreensão de sua natureza e formação, era preciso abandonar a tradição iniciada por Lasswell (Zuckermann, 1975), de explorar as origens sociais dos membros do grupo dirigente, e analisar de forma mais detida as ideologias e valores que de algum modo norteariam as decisões dessa minoria (Mills, 1981).

Mills e Hunter encerram nossa incursão pelas principais obras da teoria das elites. Contudo, é válido ressaltar, que as duas correntes, a pluralista e a monista, influenciaram a produção bibliográfica sobre as elites políticas brasileiras. Como veremos, podemos constatar facilmente a influencia da corrente pluralista, nos textos de David Fleischer, Lêoncio Martins Rodrigues e André Marengo dos Santos. No clássico, *A Construção da*

*Ordem*²⁷, de José Murilo de Carvalho, e no trabalho de Deborah Messenberger, a metodologia utilizada é emprestada da corrente monista. Dito isso, vamos aprofundar nosso conhecimento sobre a absorção e influência da teoria das elites pelos pesquisadores brasileiros, e como eles a utilizaram para analisar o perfil sociopolítico dos parlamentares.

2.2 Perfil Sociopolítico dos Parlamentares Brasileiro

As pesquisas pioneiras publicadas no país, que procuraram investigar o referido objeto, foram os artigos de David Fleischer (1981a, 1981b)²⁸ e o capítulo de Sérgio Miceli (1983)²⁹.

Em seus textos David Fleischer analisou a trajetória social e política dos deputados federais atuantes durante o período democrático de 46 à 64. Nessa época destacaram-se três grande partidos PSD, UDN e PTB³⁰. Os dois primeiros foram classificados pelo autor como conservadores, e o último como progressista.

Em suas pesquisas, Fleischer mostrou que o perfil sociopolítico das maiores organizações partidárias apresentavam marcantes clivagens. Enquanto PSD e UDN

²⁷ CARVALHO, José Murilo. *A Construção da Ordem*. Citamos esse trabalho como exemplo, mas não o incluímos na revisão bibliográfica. A referente pesquisa desenvolve uma análise mais ampla, que inclui além de deputados e senadores, os ministros de estado. O livro de José Murilo de Carvalho é um belo exemplo, de como, através da metodologia da teoria das elites, é possível desenvolver investigações macro históricas. Como nossa intenção é bem mais singela, diga-se de passagem, acreditamos, que apesar de usar a metodologia das elites, o trabalho de José Murilo de Carvalho se insere na discussão sobre a formação de estados (*state building*).

²⁸ FLEISCHER, David V. O Pluripartidarismo no Brasil: Dimensões Socioeconômicas e Regionais do Recrutamento Legislativo. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 49-75, 1981. FLEISCHER, David V. As Dimensões do Recrutamento Partidário. In: David Fleischer (Org.). *Os Partidos Políticos no Brasil*, vol. 1. Brasília: UNB, 1981, pp, 45-63.

²⁹ MICELI, Sérgio. Carne e Osso da Elite Política Brasileira Pós-1930. In: Boris Fausto. (Org.). *O Brasil Republicano*, 3, Sociedade e Política (1930-1964). São Paulo: Difel, 1983, v. 10, p. 557-596.

³⁰ Vamos nos ater as análises formuladas por Fleischer sobre os três maiores partidos. Nos trabalhos, o autor trata das demais organizações, entretanto as conclusões sobre o perfil da representação dos três partidos mais relevantes dão conta de nossa intenção de mostrar as diferenças entre as bancadas partidárias.

apresentavam alto nível educacional, o PTB, comparativamente, invertia essa tendência (Fleishcer, 1981a e 1981b). No tocante às ocupações, os pessedistas eram em sua maioria, profissionais da saúde, advogados, funcionários públicos, do comércio e das finanças. Os udenistas apresentavam perfil semelhante, com proeminência de advogados e profissionais da saúde, porém, com muitos fazendeiros no interior de sua bancada. Entre os petebistas, os advogados e os profissionais da saúde continuavam sendo freqüentes, entretanto, os jornalistas, funcionários públicos e professores destacavam-se no interior da liderança daquele partido (Fleischer, 1981a e 1981b).

A partir dos dados sociopolíticos, o autor conclui não ser possível afirmar que os parlamentares da UDN representassem à época os interesses da burguesia nacional e, apesar do PTB ser conhecido nos anos 50 e 60 como partido dos trabalhadores, seus deputados tinham origem nas classes média e alta (Fleischer, 1981a e 1981b).

No tocante à trajetória política, Fleischer notou que os deputados do PSD, apresentavam alto grau de localismo³¹, e longas carreiras, que passavam pelos executivos estaduais, e pelos legislativos e secretariados estaduais. A partir dessas estatísticas, o autor considera ser possível que os pessedistas fossem intermediários de interesses clientelistas, pois eram mais ligados a burocracia federal. Os udenistas apresentavam perfil diferente, a não ser pelo fato de muitos deles terem passado por secretárias estaduais, tinham carreiras mais curtas e experiência nas administrações estaduais e federais. Já o PTB destoava dos outros dois partidos. Seus deputados apresentavam baixo nível de localismo, tinham carreiras até então curtas, o que mostrava a eficiência do partido em promovê-los à Câmara Federal, e antes de chegar aquela casa, tinham sido

³¹ Localismo: quando o deputado segue carreira no estado onde nasceu.

prefeitos, deputados estaduais e ocupado cargos na administração federal (Fleischer, 1981a e 1981b).

Já o estudo de Miceli investigou os deputados federais do PSD e UDN, que atuaram na Assembléia Nacional Constituinte de 1946. E, assim como Fleischer, encontrou diferenças significativas nas bancadas dos dois partidos (Miceli, 1983).

A UDN, segundo Miceli, mantinha um equilíbrio entre parlamentares selecionados junto aos setores agrários, especialmente grandes proprietários rurais do nordeste, remanescentes dos clãs oligárquicos da república velha e bacharéis dos grandes centros urbanos, com muito prestígio junto ao círculo de profissionais liberais e empresários oriundos de grandes grupos financeiros. De acordo com o autor, essas características da representação da UDN indicavam que aquela organização representava interesses de clãs oligárquicos e familiares e estava fortemente enraizada no poder local e regional (Miceli, 1983).

Enquanto os udenistas da Constituinte de 1946 apresentavam o perfil acima descrito, o PSD valeu-se das alianças feitas entre Vargas e a burguesia industrial, para recrutar lideranças junto às corporações que dependiam do poder central, e das burocracias das antigas interventorias estadonovistas. Essas características, segundo Miceli, garantia ao PSD influencia junto ao poder central, o que levava o partido a monopolizar a intermediação dos interesses dos grupos empresariais junto ao estado e atrair quase todos os representantes patronais dos setores agrários (Miceli, 1983).

Ainda sobre a primeira experiência democrática brasileira, temos o artigo de Sérgio Soares Braga³². Nesse estudo, o autor analisa a biografia e a ação parlamentar de algumas

³² BRAGA, Sérgio S. Elites Políticas e Alternativas de Desenvolvimento na Redemocratização de 1945-1946. *História Econômica e História das Empresas* v. 2 2002: 75-106.

lideranças da constituinte de 1946. Seu objetivo era entender qual a relação entre estratos sociais, o Estado, desenvolvimento econômico e o sistema partidário. Para tanto, o autor lança mão da classificação de Ricardo Bielschowsky, que distingue 5 (cinco) correntes do pensamento econômico atuando na Assembléia Nacional Constituinte: neoliberal, desenvolvimentismo nacionalista, desenvolvimentista do setor privado, desenvolvimentista não-nacionalista, socialistas (Braga, 2002).

As duas correntes extremas do “espectro” desenvolvido por Bielschowsky, são, evidentemente, os neoliberais e os socialistas. Os primeiros opunham-se a intervenção estatal na economia, defendiam políticas de equilíbrio fiscal e monetário e eram contrários às políticas industriais. Esse projeto era defendido por um setor significativo da UDN e majoritariamente pelo PR. Segundo Braga, os defensores desse modelo no Congresso Nacional eram ligados aos segmentos agro-exportadores, às classes médias tradicionais e à pequena burguesia dependente da classe dominante (Braga, 2002).

Já os socialistas, propunham uma estratégia de transformação social ampla, segundo os moldes da União Soviética. Possuíam fortes vínculos com as massas trabalhadoras e camponesa, e estavam representados no sistema partidário pelo PCB (Braga, 2002).

Como dissemos, neoliberais e socialistas eram os dois extremos das correntes supracitadas e não logravam tanta aceitação, quanto às ditas correntes intermediárias. Entre essas, os desenvolvimentistas nacionalistas eram os mais próximos dos socialistas. Essa corrente defendia o controle, pelo Estado, de setores fundamentais para a industrialização e a intervenção do estado na Economia, integrando política industrial e planejamento. No sistema partidário estavam ligados ao PTB, e suas lideranças tinham origem na burocracia que regulamentava segmentos das atividades econômicas, e de órgãos de planejamento (Braga, 2002)

Por sua vez, os desenvolvimentistas do setor privado eram mais próximos dos neoliberais, faziam a defesa do predomínio da empresa privada e da livre iniciativa sobre o intervencionismo estatal e o planejamento econômico. Esse pensamento era representado por boa parte da UDN, e possuíam ligações com setores da agroindústria voltada para o mercado interno, e profissões de caráter técnico, tais como engenheiros. Contudo, a corrente predominante no período seria o desenvolvimentismo não nacionalista (Braga, 2002).

Essa corrente vislumbrava a possibilidade dos capitais estrangeiros terem grande participação na produção industrial. Preferiam o capital estrangeiro ao capital estatal em projetos de industrialização, caso o capital nacional não possuísse recursos suficientes para implementá-los. Além dessa idéia, defendia uma concepção mais flexível de planejamento (Braga, 2002).

Essa corrente era integrada predominantemente pelo PSD, e dentro daquela organização por indivíduos que ocuparam os cargos mais importantes na hierarquia da burocracia estatal durante o Estado Novo, especialmente nas cúpulas que elaboraram as diretrizes econômicas (Braga, 2002).

Sobre a democracia vigente, o trabalho de Leôncio Martins Rodrigues³³ é um das principais referências. Em seu livro, que pesquisa a 51ª Legislatura (1999-2003), defendia a tese da crescente popularização da classe política brasileira. Ao analisar a ocupação, o patrimônio³⁴, a instrução e o curso superior dos deputados federais eleitos em 1998, conclui existir uma ascensão de líderes de movimentos sociais, tais como sindicatos, sem terra, pastorais entre outros (Rodrigues, 2006).

³³ RODRIGUES, Leôncio Martins. *Mudanças na Classe Política Brasileira*. 1. ed. São Paulo: Publifolha, 2006. v. 1. 181 p.

³⁴ De acordo com as declarações de bens enviadas ao TSE.

Essa ascensão se devia ao crescimento dos partidos de esquerda no legislativo, PDT, e principalmente PT. Segundo Rodrigues, os pedetistas em geral eram profissionais liberais, com menores proporções de empresários e funcionários públicos. Ainda os deputados do PDT declaravam ter médio e baixo patrimônio, com pequena fração de parlamentares situados nas altas faixas de patrimônio (Rodrigues, 2006).

O PT, diferentemente, não tinha nenhum parlamentar situado na categoria de alto patrimônio. Todos os petistas, portanto, estavam situados nas faixas médias e intermediárias de patrimônio. Além disso, a bancada do PT era integrada por professores e lideranças da classe trabalhadora, sendo o partido com o maior número de representantes originários de segmento (Rodrigues, 2006).

Enquanto que no interior da bancada petista estariam representados os dirigentes dos trabalhadores, nos partidos de centro e de direita, estavam os delegados dos empresários. O PSDB, por exemplo, combinava em sua bancada, esse tipo profissional, com parlamentares relacionados junto às atividades intelectuais das ciências humanas. Os deputados desse partido estavam nas altas faixas de patrimônio, segundo Rodrigues.

Entre os altos patrimônios, também estavam os legisladores do PMDB. Esse partido possuía o perfil mais heterogêneo do estudo de Rodrigues, pois os deputados foram recrutados em várias atividades profissionais, como intelectuais, professores de todos os níveis, profissionais liberais e empresários (Rodrigues, 2006).

Os empresários, segunda a análise de Rodrigues, estavam representados no PSDB e PMDB, contudo, esse retrato será mais significativo nas bancadas de PPB e PFL. Os deputados pefelistas além de ligados ao empresariado, eram funcionários públicos de alto escalão da burocracia federal, o que evidencia, de acordo com o autor, as fortes raízes do partido no aparelho estatal. Os líderes dessa organização possuíam alto patrimônio

declarado. Já os representantes do PPB, tinham um perfil muito próximo dos pefelistas, eram majoritariamente empresários e possuíam altos patrimônios (Rodrigues, 2006).

Outro trabalho sobre o período democrático recente é o de Deborah Messenberger³⁵. Seu trabalho, que compreende o período de 1989-2004, destoa dos mencionados até aqui, devido ao método utilizado, que redundou na análise de um universo diferente. Ao lançar mão do método reputacional, lançado em *Community Power Structure*, de Floyd Hunter, a autora³⁶ delimitou um restrito grupo de deputados e senadores donos de maior capacidade de tomar e impor decisões a todos os membros da instituição (Messenberger, 2007).

Mas não foi apenas o critério reputacional que levou Messenberger à essa elite do Congresso Nacional. A autora lançou mão de outros critérios para tanto, como: a ocupação de postos estratégicos no Congresso Nacional, autor ou relator de proposições importantes e de CPI's, além da presidência de comissões permanentes. Ao aplicar esses critérios, a pesquisadora chegou a um grupo de 47 parlamentares, para o período de 89 à 95 e 49 para 99 à 2004. Segundo Messenberger, esse grupo caracteriza-se por ter origens nas regiões nordeste e sudeste e nas capitais estaduais. A tradição bacharelesca também era forte nessa elite, pois havia uma supremacia de advogados entre seus membros (Messenberger, 2007}.

Mas Messenberger não se ateu à análise ocupacional e verificou a trajetória política do referido grupo. Em geral eles passaram por ministérios, secretarias estaduais e presidência de empresas públicas. Também já havia ocupado cargos de relevância na estrutura

³⁵ MESSENBEGGER, Deborah. A Elite Parlamentar Brasileira (1989-2004). *Sociedade e Estado*. Brasília, v. 22, n. 2, p. 309-370, maio/agosto 2002.

³⁶ A autora não cita o livro de Hunter. Porém foi esse autor o primeiro a formular a método utilizado por Messenberger.

organizacional do Congresso Nacional e, em geral, haviam sido governadores e senadores (Messenberger, 2007).

Além desses trabalhos sobre a Câmara Federal, temos a pesquisa de Maria Teresa M. Kerbaury (Kerbaury, 2005)³⁷, sobre os vereadores. Ela trata da composição social, regional e político partidária dos legisladores municipais das 27 unidades federativas. Para alcançar tal objetivo, a autora analisou dados do TSE, referentes às eleições de 1996, 2000 e 2004. Dessas estatísticas, retirou informações sobre o sexo, a idade, a ocupação profissional e a filiação partidária dos deputados.

Em seu artigo, Kerbaury constatou que a representação nas Câmaras Municipais continua sendo majoritariamente masculina. No entanto, as vereadoras possuem mais instrução que os vereadores, e, no geral, os representantes do Norte, Nordeste e Centro-oeste tem menos escolaridade que os do Sul e Sudeste. Outra tendência apontada por Kerbaury, é o rejuvenescimento dos legisladores municipais, pois a maior parte dele possuem entre os 30 e os 50 anos. Além disso, a autora verificou que os postulantes à vereança são recrutados majoritariamente entre os trabalhadores rurais e servidores públicos, com destaque para o aumento dos profissionais liberais na região sudeste. Contudo, não foi possível correlacionar aquela variável com a filiação partidária das vereadoras (Kerbaury, 2005)³⁸.

Esses são os principais trabalhos que tratam do perfil sociopolítico dos deputados brasileiros. Alguns deles tratam tangencialmente das carreiras dos deputados, no entanto,

³⁷ KERBAURY, Maria T. As Câmaras Municipais brasileiras: perfil de carreira e percepção sobre o processo decisório local. *Opinião Pública*, Vol. XI, nº 2, Outubro, 2005, p. 337-365.

Não vamos tratar da percepção sobre o processo decisório local, porque foge do interesse de nossa pesquisa.

³⁸ Não tratamos da distribuição partidária dos vereadores na revisão, porque, segundo a autora, não foi existe relação entre o perfil social dos vereadores e os partidos (Kerbaury, 2005).

há uma considerável bibliografia específica sobre o assunto, que trouxe inúmeras contribuições para o debate. Vejamos.

O autor Fabiano Santos (2002)³⁹, é um dos analistas que refletiram sobre a carreira dos deputados. O pesquisador verificou, ao compilar os dados de todos os deputados federais brasileiros de 1946 até 1999, que boa parte deles havia passado pelas Assembléias Estaduais e já tinham sido eleitos para a Câmara Federal. A pouca porcentagem de legisladores com passagem pela vereança, denota que a carreira dos deputados federais começa em postos mais elevados, como deputado estadual, deputado federal e cargos no poder executivo, pois fração relevante dos deputados apresentava passagens por cargos não eletivos nos executivos estaduais e federais. A análise das carreiras dos parlamentares mostra uma conjugação de experiências no executivo e legislativo, e isso evidencia que parte dos deputados tinha algum conhecimento do processo decisório ao entrar na instituição (Santos, 2002).

Mas, os trabalhos mais aprofundados sobre os caminhos trilhados pelos parlamentares brasileiros foram os de André Marengo dos Santos (1997⁴⁰; 2007⁴¹), o último escrito em colaboração com Miguel Serna. No primeiro trabalho, o autor investigou os dados biográficos dos deputados federais brasileiros empossados nos dois períodos democráticos (42-62) e (86-94). Uma das primeiras conclusões retiradas dos dados pelo autor, é o fato dos deputados construírem à margem do mundo político suas carreiras. Uma parcela significativa dos parlamentares chegava ao Congresso Nacional após construírem sólida

³⁹ SANTOS, Fabiano G. Deputados Federais e Instituições Legislativas no Brasil: 1946-1999. In: Renato Boschi; Eli Diniz; Fabiano Santos (Org). *Elites Políticas e Econômicas no Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000, v., p. 91-117.

⁴⁰ SANTOS, André M. Nas fronteiras do Campo Político: raposas e outsiders no Congresso Nacional. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 33, p. 87-101, 1997.

⁴¹ SANTOS, André M. & SERNA, Miguel. Porque carreira políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento Legislativo no Brasil, Chile e Uruguai. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 64, p. 93-113, 2007.

vida profissional, o que os levava a não depender da política para sobreviver (Marengo dos Santos, 1997).

Marengo também encontrou diferenças nas trajetórias dos deputados dos diversos partidos políticos, especialmente no que se refere a estabilidade da vida partidária. Segundo o autor, na primeira experiência democrática no Brasil, a UDN era a organização que possuía o menor número de parlamentares que haviam exercido mandato por outras organizações. Enquanto isso, o PSP, apresentava a característica contrária, pois era o partido que possuía mais legisladores que ocuparam cargos por outras organizações. Já na Nova República, houve a banalização das trocas partidárias, pois 1 em cada 9 parlamentares trocou de partido, o que evidencia uma forte instabilidade no quadro partidário. O PFL foi a organização que mais capturou parlamentares de outros partidos, mas destacaram-se também nessa prática o PSDB, o PP e o PTB. Por outro lado, PMDB, PT e PDS/PR, apresentam um quadro diferenciado, com poucos políticos que fizeram parte de outras organizações (Marengo dos Santos, 1997).

Além de verificar a “promiscuidade” dos congressistas, Marengo revelou outro indicador importante sobre a trajetória daqueles. É o número de anos que o deputado levou entre sua filiação na legenda, e a conquista de uma cadeira na Câmara. Esse dado mostra se o capital político conquistado dentro do partido é importante ou não para a conquista da vaga no legislativo federal. Os dados mostram que para o PT e o PMDB sim. Os deputados possuíam um tempo de filiação mais longo, dentro das respectivas organizações. Isso não mudaria a caracterização do PMDB, de acordo com Marengo, como um partido *catch-all*, mas as estatísticas indicam que a legenda sedimentou um quadro político, a despeito de conveniências eleitorais e regionais. Enquanto isso, e se coadunando com o indicador explorado acima, PSDB, PP e PTB apresentaram a tendência

inversa de petistas e peemedebistas, pois ali existia uma vida partidária pouco estável, sendo o capital político adquirido internamente menos importante para a conquista de uma vaga na Câmara Federal (Marengo dos Santos, 1997).

No trabalho de Marengo realizado em parceria com Miguel Serna, as diferenças partidária das carreiras foram aprofundadas ao se efetuarem uma pesquisa sobre a biografia política dos parlamentares das Câmaras Baixas de Brasil, Uruguai e Chile. Mostraram existir uma correlação entre participação associativa, idade da primeira militância e formato das trajetórias políticas com o continuum ideológico esquerda-centro-direita (Marengo dos Santos & Serna, 2007).

No tocante à participação associativa, as organizações de esquerda, como o PT e a Frente Ampla uruguaia, tinham mais de 80% de seus parlamentares com algum vínculo associativo devido ao reiterado recrutamento de quadros junto a movimentos sociais, especialmente o sindical. Já os partidos do centro apresentavam essa tendência, porém com menor intensidade, como evidencia as estatísticas do PSDB e da Democracia Cristã do Chile. Entre os direitistas, como o PFL e a Renovação Nacional do Chile, quase não havia legisladores com ligações associativas (Marengo & Serna, 2007).

Como os vínculos junto à organizações da sociedade civil, a idade da primeira militância é outro ponto de clivagem entre os partidos. Nas legendas de esquerda e de centro, o ativismo partidário começa mais cedo, abaixo dos 30 anos, como mostram os dados sobre o PS, o Partido Democrata Cristão (ambos do Chile), a Frente Ampla e o Partido Colorado (Uruguai), e referentes ao PT. Contudo, entre os partidos de centro no Brasil, PSDB e PMDB e as organizações de direita de todos os países, a militância política tendeu a começar mais tarde, geralmente acima dos 35 anos de idade (Marengo & Serna, 2007).

Outra estatística importante levantada pelos autores é o tipo de carreira dos congressistas. As carreiras endógenas, aquelas onde os parlamentares apresentam um tempo de militância prévio entre a filiação e a conquista do primeiro cargo público, eram mais comuns entre os partidos de esquerda e de centro. As carreiras exógenas, aquelas onde os deputados já exerceram cargos públicos por outras organizações, era mais comum nos partidos de direita, e nos centristas brasileiros, PSDB e PMDB. Mudar de partido para esses legisladores custaria pouco. Para eles a estrutura da organização seria marginal e substituível (Marenco & Serna, 2007).

Como sabemos, a redemocratização aumentou o interesse dos analistas pelas instituições legislativas. Mas essas não apenas estudadas através da carreira e do perfil social dos seus integrantes. Um dos reflexos da retomada do processo democrático no interior da ciência política foi o surgimento de uma série de estudos sobre a produção legislativa do parlamento federal e das Assembleias Estaduais.

2.3 A Produção Legislativa dos Parlamentares Brasileiros

Alguns dos principais estudos sobre o tema foram organizados por Fabiano Santos (1995; 2003) e escritos em co-autoria deste com Octávio Amorim Neto (2003). O artigo de Santos (1995)⁴², procurou averiguar como dava-se a produção legislativa específica dos partidos políticos no primeiro período democrático. Para chegar à esse objetivo, o autor pesquisou todas as leis aprovadas na Câmara Federal, entre 1959 e 1963, e aplicou a essas uma tipologia com 4 categorias: Transferências Concentrada de Recursos (TCR),

⁴² SANTOS, Fabiano G. Microfundamentos do Clientelismo Político no Brasil: 1959-1963. *DADOS: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 38, nº 3, 1995, pp. 459-496.

Transferência Difusa de Recursos (TDR), Regulação Difusa (RD), Regulação Concentrada (RC)⁴³. De acordo com os dados, verificou Santos que todos os partidos, independentemente de sua posição no espectro ideológico, patrocinaram mais leis que previam a TCR. Isso evidenciou que até partidos de oposição no período, como a UDN, disputavam à alocação de recursos federais. Mas chama a atenção que o PTB, fortemente ligado aos movimentos sociais, e portador de uma plataforma nacional-reformistas, investiu, de forma significativamente maior que UDN e PSD, em leis classificadas como Regulação Difusa, ou seja, medias que visavam muitas das vezes mudanças estruturais (Santos, 1995).

Em trabalho sobre a produção legislativa na nova ordem constitucional, Amorim Neto e Fabiano Santos (2002)⁴⁴, classificaram os projetos de lei aprovados entre 1985 e 1999 na Câmara e no Senado, baseando-se em tipologia desenvolvida por Taylor Robinson & Diaz (1999). Tal procedimento dividia os projetos de lei por assunto, abrangência e efeito⁴⁵. Com esse procedimento, os autores pretendem averiguar o quão paroquial seria a atuação dos parlamentares brasileiros. Além disso, os autores tinham por objetivo averiguar qual a relação dos partidos com tipos específicos de legislação (Santos e Amorim Neto, 2002).

⁴³ Transferência de recursos da União, para indivíduos, empresas, grupos econômicos, ou localidades (TCR). Regulação das Atividades de grupos especiais (RC). Transferência de Recursos para a Proteção e segurança da População em geral (TDR). Regras gerais que regulam o conflito distributivo e a participação políticas (RD). Aplicaremos essa tipologia em nosso trabalho. Discutiremos essa opção na seção em que vamos tratar da produção legislativa.

⁴⁴ AMORIN NETO, Octávio.; SANTOS, Fabiano. A produção legislativa no Congresso Nacional: entre a paróquia e a nação. In: VIANNA, L. W. (Org.). *A democracia e os três poderes no Brasil*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: UFMG/IUPERJ-FAPERJ. p. 91-139, 2002.

⁴⁵ A categoria assunto por sua vez se subdividia em: administrativo, econômico, orçamentário, honorífico, político, social, cultural-científico-tecnológico, ecológico. Abrangência: individual, local, regional, setorial, estadual. Efeitos: honorífico, onerante, misto, neutro. Efeito: benéfico, onerante, misto, neutro.

De modo geral, os dados mostraram aos autores que os temas sociais são os preferidos dos parlamentares, e os projetos além de apresentarem esse conteúdo, possuíam majoritariamente abrangência nacional e eram benéficos em seus efeitos, pois apenas 6% da produção legislativa era onerante (Santos e Amorim Neto, 2002).

Contudo, as estatísticas apresentadas pelos autores evidenciavam uma correlação entre partidos e determinados assuntos, inclusive obedecendo o espectro esquerda-centro-direita. Os assuntos econômicos foram os prediletos de PSDB e PFL. Já os temas sociais estavam mais associados ao PMDB e ao PT. O fato dos peemedebistas optarem por essa atuação, deixa claro que a coalizão de FHC não produziu efeitos homogêneos sobre atuação dos partidos (Santos e Amorim Neto, 2002).

Em outro trabalho de Amorim Neto e Fabiano Santos (2003)⁴⁶, cobrindo o mesmo período, usando a mesma tipologia e base de dados, mas analisando apenas a Câmara Federal, os autores trataram empiricamente do Modelo do Segredo Ineficiente, que seria uma estrutura constitucional, que conjuga partidos nacionais dominados por líderes locais, os quais, ao mesmo tempo em que demandam autonomia local, querem um executivo nacional forte, capaz de implantar políticas públicas. A partir dessa explanação, os autores partem para a análise do comportamento individual dos legisladores, a fim de averiguar se o mesmo é correspondente ao segredo ineficiente (Santos e Amorim Neto, 2003).

Os autores analisaram 269 leis aprovadas e 1291 leis apresentadas. Os dados mostraram que nas duas dimensões da produção legislativa, a preferência dos legisladores é igual, sendo nacional na abrangência, social no assunto e benéfica no efeito. Com base nesses dados, os autores afirmam que o comportamento individual dos parlamentares contradiz o

⁴⁶ AMORIM NETO, Octávio & SANTOS, Fabiano G. O Segredo Ineficiente Revisto: o que propõem e o que aprovam os deputados brasileiros. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 46, n. 4, pp. 661-698, 2003.

modelo do segredo ineficiente revisto, que faria uma análise atomística demais da atuação dos parlamentares e não levaria em conta a formação de coalizões que poderiam informar ao eleitor quem deve ser cobrado pelas políticas públicas (Santos e Amorim Neto, 2003).

Até aqui tratamos do Congresso Nacional, mas já existem inúmeros estudos sobre a produção legislativa nos parlamentos estaduais, e a coletânea organizada por Fabiano Santos (2001)⁴⁷, constitui-se no mais abrangente esforço de pesquisa sobre as Assembléias Legislativas. Nesse conjunto de capítulos, destacamos dois que se relacionam de forma mais direta com nosso trabalho, o de Fabiano Santos, sobre o legislativo fluminense, e o de Luiz Gustavo Grohmann, sobre a Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul.

Em seu estudo, Santos usa duas tipologias para apreender a produção legislativa específica dos partidos atuantes na Assembléia do Rio de Janeiro, entre 1995 e 1998. A primeira repete a classificação utilizada em trabalho anterior pelo autor, dividindo os projetos de lei em: Transferência Concentrada de Recursos, Regulação Concentrada, Regulação Difusa e Transferência Concentrada de Recursos e Homenagens⁴⁸. Outra tipologia divide a legislação aprovada em: utilidade pública, direitos de minoria e segurança. Os dados mostraram ao autor que os partidos de modo geral procuram aprovar leis do tipo que tornavam de utilidade pública associações da sociedade civil. Contudo, a despeito dessa franca preferência, o estudo mostra diferenças entre as organizações. A utilidade pública foi o tema recorrente dos projetos de pefelistas e peemedebistas, pois esses dois partidos quase não se ocuparam de outro tipo de lei. Partidos como PT, PSDB e PDT, preocuparam-se mais com direitos de minoria, enquanto que o PTB privilegiou os

⁴⁷ SANTOS, Fabiano G (Org.). *O Poder Legislativo nos Estados: Diversidade e Convergência*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.

⁴⁸ Utilizaremos em nosso trabalho essa metodologia. Discutiremos suas vantagens na seção em que trataremos da produção legislativa.

trabalhos sobre seguranças, e o PPB mostrou um equilíbrio entre dois tipos de legislação. A outra tipologia adotada por Santos evidenciou de forma mais clara as diferenças entre as preferências partidárias, pois PT, PSDB, PDT e PPB, foram os que menos visaram transferir recursos de forma concentrada, PPB e PDT preferiram a regulação concentrada, petistas e petebistas patrocinaram leis classificadas como regulação difusa. O PSDB mostrou um equilíbrio entre esse tipo de legislação, e a transferência concentrada, que foi o tema central da legislação formulada por peemedebistas e pefelistas (Santos, 2001).

O capítulo escrito por Luis Gustavo Grohmann não especificou as preferências legislativas dos deputados estaduais do Rio Grande do Sul. O autor aplicou à produção legal daquele estado, entre os anos de 1995-1998, a seguinte classificação das matérias: orçamentárias, econômica, administrativa, sociais, políticas, transportes, assuntos municipais, comemoração e homenagens. As estatísticas mostradas por Grohmann, evidenciaram que os assuntos municipais foram os prediletos entre os parlamentares gaúchos. Entretanto, não há nenhuma referência no capítulo aos possíveis conteúdos que esses assuntos municipais pudessem assumir (Grohmann, 2001).

Ainda sobre a produção legislativa dos Estados, o trabalho de Sérgio Braga⁴⁹, sobre a 14ª Legislatura do Paraná (1999-2003), ao adotar a tipologia desenvolvida por Taylor Robinson e Diaz (1999), conseguiu captar a abrangência dos projetos aprovados pelos deputados estaduais daquele estado, além é claro, de apresentar dados sobre o assunto da legislação. Segundo o autor, os parlamentares paranaenses aprovaram mais leis de utilidade pública, tendência já apontada por Fabiano Santos, e ao contrário do que fora verificado por Amorim Neto e Fabiano Santos, em seu estudo sobre o Congresso

⁴⁹ BRAGA, Sérgio. O que fazem os deputados estaduais paranaenses e por quê? Testando o modelo do Segredo Ineficiente Revisto numa escala subnacional. In: *V Encontro Nacional da Associação Brasileira de Ciência Política*, 2006, Belo Horizonte. Anais do V Encontro da ABCP, 2006.

Nacional, a abrangência individual é a mais freqüente dos projetos de lei (Braga, 2006). Revimos até aqui trabalhos sobre perfil social e carreira, bem como pesquisas sobre a produção legislativa das instituições parlamentares brasileiras. O primeiro trabalho a tentar relacionar essas duas dimensões foi o de Olavo Brasil de Lima Júnior e Malco Camargos⁵⁰. Nesse estudo, que percorreu quatro legislaturas da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, que a Transferência Concentrada de Recursos, mostra uma independência face a variáveis com partido, orientação ideológica e concentração de votos do legislador. Os autores destacam ainda, que a votação dos deputados se relaciona com estratégias de campanha adotadas e não com atuação parlamentar. Entretanto, o nível de agregação das variáveis é muito alto, e a tipologia usada não é suficiente para identificar assuntos e a abrangência dos projetos aprovados (Lima Júnior e Camargos, 1997).

⁵⁰ LIMA JÚNIOR, Olavo e CAMARGOS. Malco B. O Legislativo Mineiro: democratização, perfil sociopolítico e decisões legislativas (1983-1988). *Teoria e Sociedade*, Belo Horizonte, n. 1, p. 169-189, 1997.

3. Metodologia, Hipóteses e Fontes

3.1 O Método decisional vs. O método reputacional

Como vimos em nossa revisão sobre a teoria das elites, foram desenvolvidos três grandes métodos para “encontrar” as minorias dirigentes: o reputacional, o decisional, e o posicional. Além dessas clivagens, os analistas dividiram-se em duas formas de compreender a natureza da elite: a primeira, os monistas, acreditavam na existência de apenas uma elite, a segunda, os pluralistas, ou elitistas democráticos, entendiam que várias minorias dirigentes existem em complexos organismos sociais. Não trataremos nessa seção do formato reputacional, que se liga à idéia de unidade das elites. Pois nesse trabalho, não faremos como Deborah Messenberger que pretendia pesquisar a “elite da elite”. Então nos aprofundaremos nas idéias reputacional e decisional, e obviamente na polêmica existente entre eles.

O Modelo Posicional, lançado por Wright Mills em *A Elite do Poder*, nos traz dificuldades latentes: a primeira é devido à escolha de nosso objeto. Vamos tratar especificamente dos parlamentares, e apenas investigando esse grupo é impossível compreender, se através de determinados processos, ela se unifica com as minorias dirigentes de empresários, militares ou de outras elites estratégicas (Keller, 1966)⁵¹ para formar uma única elite. Ainda, para conseguirmos tal intento, teríamos de investigar outros segmentos estatais, como o secretariado. A segunda dificuldade, que se relaciona de forma íntima com a noção monista dos grupos dirigentes, são as fortes evidências

⁵¹ Para Suzanne Keller, as elites políticas, militares e intelectuais eram estratégicas para as sociedades, justamente por desempenharem funções primordiais.

apresentadas sobre a problemática aqui estudada. Hunter, e principalmente Mills, partem da idéia de que a unidade das minorias dirigentes se devia a processos homogêneos de admissão e promoção. Além disso, esses indivíduos freqüentariam os mesmo círculos sociais, o que contribuiria para o fenômeno delimitado pelos teóricos monistas. Primeiro, que a circulação pela “altas rodas”, com diz Mills é uma variável insuficiente. Eventos sociais são demasiados curtos e de forma alguma comparam-se com os longos processos de socialização e preparo. É nesse ponto que encontramos o principal problema da análise monista. Apesar da elite parlamentar, e isso é estendido para o restante da elite política, ser muito letrada, ainda mais para os padrões brasileiros, as estatísticas mostram que mesmo dentro das minorias que compõem os parlamentos, há processo nitidamente diferentes de admissão e promoção. Como mostraram os trabalhos descritos em nossa revisão bibliográfica, há formas diversas de militância e carreira. Existem contundentes diferenças nos segmentos onde são selecionados os quadros políticos. São explicitas as formas alternadas de vínculo associativo. E toda essa pluralidade se relaciona intimamente com o espectro ideológico. Portanto, se um deputado de esquerda tende a passar por processos de admissão e promoção diferentes de um parlamentar de direita, que dirá um empresário ou um militar.

Esse modelo, segundo Dahl, tinha o defeito de não verificar se aqueles indivíduos que, postados no alto das hierarquias das principais instituições realmente decidiam alguma coisa. Quem decide, são aqueles que possuem a capacidade de impor suas vontades, assim sendo, são os verdadeiros detentores do poder (Dahl, 1970). Dahl pretendia separar poder de influencia, e a mistura dessas duas coisas, foi a crítica feita por Suzanne Keller à Wright Mills (Keller, 1963). Segundo a autora, ao propugnar a unidade das elites, Mills teria confundido aquele dois conceitos, misturando a influência de alguns segmentos com

os reais detentores do poder. Portanto, o método decisional, em contraposição a forma posicional, pode ser definido como aquele que vislumbra a elite política como um grupo que não só decide, mas consegue impor suas preferências e controlar as massas. Enfim, admitimos o pluralismo como método para o nosso trabalho, mas, contudo, devemos fazer algumas ressalvas.

Duas críticas devem ser elaboradas a essa ferramenta metodológica lançada por Dahl. A primeira, é que o poder de um grupo dirigente deve ser compreendido como a sua faculdade de impedir que algumas decisões sejam tomadas (Bobbio, 1999). A outra é que não acreditamos na separação entre posição e decisão, assim, aqueles indivíduos postados no alto das hierarquias institucionais são os mesmos que decidem, logo a elite será entendida em nossa pesquisa como portadora dessas duas características fundamentais. Portanto não descartaremos por inteiro o método posicional, até porque os deputados estão postados no alto das instituições dos governos estaduais. Agora, resta-nos detalhar o modelo que pretendemos testar nesse trabalho, que pretende averiguar como aqueles processos da admissão e promoção influenciam a ação dos deputados.

3.2 O Perfil Sociopolítico influencia fortemente a produção legislativa?

O comportamento parlamentar, entendido através da análise dos projetos de lei, tem sido compreendido no Brasil de duas formas. Uma, baseada na teoria da escolha racional, enxerga a produção legislativa como consequência da racionalidade instrumental inerente aos agentes que, através dos projetos de lei, visam maximizar votos e assim atingir interesses particulares. Outra, neoinstitucionalista, compreende a ação parlamentar como consequência dos incentivos gerados pelo arranjo institucional. Trata-se de um enfoque

calculador clássico para explicar a influência das instituições sobre a ação individual (Hall e Taylor, 2003)⁵². Dito isso, pretendemos levar em conta outros pressupostos, e não os incentivos do arranjo institucional ou a racionalidade estratégica dos atores⁵³. Nossa hipótese, é que há uma relação entre processos específicos de socialização, sendo esses, portanto, canais diferenciados de recrutamento, e a produção legislativa. Essa idéia pode ser melhor entendida através da seguinte citação de Robert Dahl:

“...o resultado de uma decisão política será determinado pela intensidade relativa das preferências entre os membros de um grupo” (Dahl, 1989, pp. 133)⁵⁴.

Queremos, como nos informa a citação, entender o produto final de uma decisão política, como fruto das preferências das bancadas atuantes no interior do legislativo. Enfim, nossa hipótese pretende averiguar se os partidos importam ou não nas instituições parlamentares⁵⁵.

⁵² Dessas duas interpretações emanam duas avaliações das relações executivo-legislativo no Brasil: de um lado, estão aqueles que postulam uma dominância do Executivo sobre o Legislativo no processo decisório e um acentuado desequilíbrio entre ambos no sistema político brasileiro, seja através da concentração de poderes de agenda do chefe do Executivo eleito, que dessa forma concentraria prerrogativas que forçariam o Legislativo e os parlamentares a cooperar e a se submeter a sua agenda (Santos, 1997; Limongi, 1999), seja através da concentração de recursos políticos que viabilizariam o controle do “distrito eleitoral potencial” do parlamentar, que ficaria assim uma situação de subordinação e dependência em relação ao chefe do Executivo, situação essa responsável em última instância pela vigência de um “ultrapresidencialismo estadual” na maioria dos estados. Por outro lado, estão aqueles autores que constataam a existência de uma relação mais equilibrada entre os poderes, não só em nível estadual (Santos, 2001), como também nas Câmaras de Vereadores de alguns municípios brasileiros (Andrade, 1998).

⁵³ Como mostraram os trabalhos de Amorim Neto e Fabiano Santos (2002;2003), os deputados não procuram aprovar leis estruturais. Acreditamos, contudo, que isso deve a outras causas, contempladas no modelo, e não a uma estrutura constitucional.

⁵⁴ DAHL, Robert. *Um prefácio à teoria democrática*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1989 (1956)

⁵⁵ Fabiano Santos e Amorim Neto (2002,2003) afirmam ao contrário. Nosso trabalho, resumidamente tenta verificar essa hipótese, trazendo para o centro da análise o perfil sociopolíticos das bancadas partidárias. Os autores, como vimos em suas pesquisas sobre o Congresso Nacional, encontraram diferenças no conteúdo da produção legislativa das diferentes organizações partidárias. Contudo descartaram a influência de variáveis como a forma de organização política, e o perfil sociopolítico dos deputados. Os autores preferiram tratar as diferenças partidárias como fruto dos incentivos gerados pelo arranjo institucional. A atuação das bancadas não é diferente, pois os deputados, sem exceções, pautariam seu comportamento parlamentar pelo mesmo cálculo.

3.3 A biografia dos deputados e os projetos de lei aprovados como base de dados

Para testarmos nossa hipótese, e entendermos o real impacto da trajetória dos deputados na produção legislativa, vamos explorar duas linhas de pesquisa. Primeiro, delinear o perfil sociopolítico dos deputados criando uma base de dados prosopográficos. Segundo, classificar os projetos de lei aprovados pelos deputados estaduais.

No tocante à base de dados prosopográficos, pretendemos empregar um método que consiste em definir um universo a ser estudado, no caso os parlamentares, e então a ele formular um conjunto de questões padronizadas. O propósito da prosopografia é dar sentido a ação política, ajudar a explicar a mudança sociológica ou cultural, identificar a realidade social, descrever e analisar com precisão a estrutura da sociedade e o grau e a natureza dos movimentos que se dão no seu interior (Lawrence Stone, 1972). Com relação aos projetos, aplicaremos a tipologia desenvolvida por Fabiano Santos (1995). Através da leitura das sinopses dos PL's, poderemos classificá-los de quatro formas: transferência concentrada de recursos, transferência difusa de recursos, regulação concentrada e regulação difusa⁵⁶. Por fim, através de métodos estatísticos, vamos correlacionar essas duas bases de dados, a fim de verificar como as variáveis recrutamento e produção legal se relacionam.

Utilizaremos como fontes, para efetuarmos essas duas frente de coleta expostas acima, os sites oficiais das Assembléias de São Paulo (www.al.sp.gov.br) de Minas Gerais (www.almg.gov.br) e do Paraná (www.alep.gov.br) e do Tribunal Superior Eleitoral (www.tse.gov.br). Também nos remeteremos para a coleta dos dados periódicos das três instituições que temos por objeto, *Diário Assembléia* de São Paulo, *Diário Legislativo*, de

⁵⁶ Detalharemos as categorias de cada uma na seção que irá tratar da produção legislativa.

Minas Gerais e o *Jornal da Assembléia* do Paraná. Feitos os devidos esclarecimentos sobre fontes, métodos e metodologia, vamos partir para a caracterização geral das Assembléias Legislativas, feitas através na análise do perfil sóciopolítico dos deputados estaduais.

4. Perfil Sociopolítico dos Parlamentares

4.1 Perfil Geral

Nessa parte do trabalho vamos fazer uma caracterização geral da elite parlamentar. Será a seção *paretiana* do estudo. Como mostramos na revisão bibliográfica a teoria de Vilfredo Pareto acreditava que em todas as sociedades e atividades, um grupo se destacava. Esse fenômeno acontecia porque esse conjunto possuía atributos socialmente valorizados. Tais predicados se combinariam para formar uma aristocracia, que era como Pareto nomeava a elite. Nessa seção buscaremos destacar essas qualidades socialmente valorizadas. Ao final, vamos analisar como elas se integram para formar um retrato geral do perfil sociopolítico dos parlamentares. Contudo, não nos aprofundaremos nas clivagens partidárias, o que será feito mais a frente.

Para desenvolvermos tal quadro dos predicados dos legisladores, vamos analisar as seguintes variáveis: sexo, escolaridade, formação superior, ocupação e carreira. Nossa intenção em analisar essas variáveis é justamente averiguarmos quais os canais de recrutamento das minorias dirigentes. A variável sexo, serve para vermos se há uma distribuição uniforme, ou não, nessa categoria, entre os parlamentares. A escolaridade procura compreender se o estudo, símbolo de status social, é verdadeiramente um requisito de admissão à condição de elite parlamentar. A formação superior e a ocupação nos indicará se, alguns cursos e profissões específicos, sendo mais recorrentes entre os dirigentes, fornecem um preparo pretensamente mais adequado para que os indivíduos sejam promovidos à classe política. Por fim, a carreira nos mostrará quais os caminhos

trilhados pelos parlamentares, se possuem ou não algum conhecimento prévio do processo decisório, bem como suas ligações com os governos estadual e local. Vamos aos dados, lembrando que eles estarão dispostos em anexo.

Na tabela 1, temos a distribuição por sexo nas Assembléias em estudo. O que mostram os dados são legislativos onde os homens predominam e a flagrante dificuldade das mulheres conseguirem uma fração maior de representação. No Paraná essa característica se acentua ainda mais, pois menos de 10 % da representação é de mulheres. Em São Paulo e Minas Gerais o número a distribuição é parecida, ou seja, igualmente desproporcional entre os dois sexos. Essas estatísticas nos apontam a primeira característica básica da elite parlamentar desses três estados, é que ela pertence majoritariamente ao sexo masculino. Apesar das iniciativas oficiais, como as cotas a serem preenchidas por mulheres⁵⁷.

É preciso esclarecer que, quanto à cor dos deputados, preferimos não apresentar esse dado, apesar de termos acesso às fotos dos legisladores. Acreditamos ser mais correto a auto imputação, o que só seria possível através de entrevistas, o que não realizamos, já que preferimos usar as chamadas fontes frias. Dito isso, vamos analisar o atributo educação das minorias dirigentes, através da análise do grau de escolaridade e formação superior.

Na tabela 2 vemos que a categoria superior completo se sobressai. A passagem pelo ensino superior foi muito recorrente entre os parlamentares dos três estados. Tal realidade configura um quadro completamente inverso do que acontece entre os eleitores⁵⁸. Mais de três quartos dos parlamentares paulistas e mineiros concluíram o curso de formação

⁵⁷ O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) ordena que 1/3 das candidaturas aos cargos proporcionais sejam preenchidos por mulheres. Geralmente essas vagas não são preenchidas.

⁵⁸ Segundo o Ministério da Educação apenas 9% dos brasileiros possuem ensino superior.

superior. O número torna-se mais significativo quando levamos em conta aqueles que não concluíram a graduação. No caso de Minas Gerais e São Paulo, mais de quatro quintos dos deputados tiveram alguma passagem pelos cursos superiores. Frequência parecida entre os paranaenses, no entanto entre eles, a porcentagem de parlamentares com ensino superior completo diminui para algo em torno de 60%. Mesmo assim, podemos dizer que também no Paraná, as graduações são um importantíssimo canal de recrutamento das elites parlamentares, assim como em São Paulo e Minas Gerais. Naquele estado do sul, assim como nos outros dois, mais de 75% dos legisladores passaram, concluindo ou não, por alguma graduação. Entretanto o quadro muda completamente de figura, quando trata-se de níveis de escolaridade mais usuais entre os brasileiros.

Em São Paulo e Minas Gerais, menos de 8% dos parlamentares possuem *só* o ensino médio. A discrepância com a realidade nacional é gritante. Segundo o MEC 29% dos brasileiros possuem esse nível de escolaridade⁵⁹. Contudo, no parlamento, esse número é quatro vezes menor, justamente porque o número de legisladores com ensino superior é oito vezes maior que a média nacional. Novamente o Paraná possui dados discrepantes. O número de deputados com ensino médio é duas vezes maior que em São Paulo e Minas Gerais. Assim como o número de deputados com graduação também é menor. Porque?

O Paraná é um estado de povoação recente. Levas de imigrantes, do Rio Grande do Sul, São Paulo e Minas Gerais, se deslocaram para o estado, especialmente nos anos 70. Esse processo recente de formação populacional, tem o efeito de alçar ao parlamento pessoas do tipo pioneiras, que fogem do esquema tradicional de ascensão social. São migrantes e filhos de migrantes que buscaram no estado melhores condições de vida.

⁵⁹ Ministério da Educação: www.mec.gov.br

Ascenderam através da exploração das oportunidades abertas pelo *Eldorado*⁶⁰. São, portanto, homens e mulheres, que não buscaram, ou não puderam, o ensino superior com meio de melhorar a vida. Ascenderam, através do conhecido *self-made man*, o homem que se faz por si, mas não com o diploma na mão. Exploraram, para tanto, o comércio, a agricultura e as comunicações.

Já as outras categorias, são residuais. Os níveis de escolaridade mais comuns entre os brasileiros praticamente não existem entre os deputados. Chama a atenção, no entanto, o número de deputados com ensino fundamental em São Paulo. São 4,2%, pouco, especialmente se pensarmos no número de legisladores que possuem o ensino médio. Mas é uma estatística que salta aos olhos, principalmente se compararmos com Paraná e Minas Gerais. É válido lembrar, que é em São Paulo, devido ao processo de industrialização, que existe o maior contingente operário do Brasil, e o sindicalismo mais forte da nação⁶¹. Tanto é, que o Estado foi o berço do Partido dos Trabalhadores, e das duas maiores centrais sindicais do país, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Força Sindical. Esse processo de organização, que redundou em organização partidária, transformou a liderança unionista em fonte de recrutamento político.

Como nos evidenciam dos dados acima, num país com sérios problemas educacionais, níveis escolares mais comuns à população brasileira são dificilmente recorrentes nos parlamentos estaduais. O atributo escolaridade superior é um critério muito importante de admissão à elite política. Para fazer parte do “clube” é quase um pré-requisito ter o preparo fornecido pelos cursos universitários. Mas seriam todas as graduações que

⁶⁰ O estado era conhecido dessa forma nos anos 70. GASPARI, Elio. (2002). *A Ditadura Envergonhada*, São Paulo: Cia da Letras.

⁶¹ Tal realidade é conhecida desde os anos 50, como fica claro em Benevides (1989). BENEVIDES, Maria V. (1989). *O PTB e o Trabalhismo: Partido e Sindicato em São Paulo 1945-1964*. São Paulo: Editora Brasiliense.

proporcionariam essa experiência? Ou as elites recorrem mais a algumas formações, por que elas preparam melhor os candidatos à essa condição?

As tabelas 3A, 3B e 3C⁶², nos mostra que os deputados passaram por uma série de cursos superiores. A especialização dos diversos ramos do conhecimento, teve, e ainda tem, como conseqüência, o desenvolvimento de novos cursos de graduação. Outro fato que deve ser considerado, é que o próprio desenvolvimento do Brasil, dos quais os processos de urbanização e industrialização são os maiores símbolos, gerou a demanda para a existência desses cursos superiores. Então não devemos esperar que a totalidade dos parlamentares sejam formados em um ou outro curso de graduação. A situação detectada por José Murilo de Carvalho⁶³ evidentemente não se repetirá aqui. O autor, em seu trabalho sobre a elite do Império, mostrou que os dirigentes do antigo regime eram oriundos das faculdades de medicina, direito e engenharia. Entretanto, tratava-se de um outro país. Agrário escravocrata e colonial. Também não existiam, na época, universidades ou faculdades no Brasil. Os dirigentes formaram-se da Universidade de Coimbra, única no Império Português. Evidentemente, a oferta de cursos naquele período, pelos motivos explicitados acima, era bem menor.

Apareceram no universo 24 cursos superiores. Ter esse nível de escolaridade, como vimos, é um atributo muito valorizado para ascender a elite parlamentar. No entanto, e conforme discorremos no parágrafo acima, alguns cursos muito tradicionais chamam a atenção por sua recorrência. São eles Medicina e Direito. Esses cursos são, apesar da

⁶² Nas tabelas 3A, 3B e 3C como muitos deputados tem mais de uma formação, chegando ao caso extremo de um deputado paranaense ter 4 (quatro) cursos superiores, achamos melhor levar em conta todas elas. Por isso não coincidem o número de formações, com o número de parlamentares com curso superior. As proporções são, portanto, sob número total de deputados. Esse procedimento será adotado em todas as tabelas que tratem de formação, ocupação e cargos ocupados.

⁶³ CARVALHO, José M. (1980). *A construção da ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Campus.

frequencia cada vez maior de outras áreas, os dois expoentes da conhecida tradição bacharelesca⁶⁴ brasileira (Carvalho,1980).

Como nos indicam os dados, em São Paulo e Minas Gerais, mais de 40% dos parlamentares com curso superior vieram desses cursos. No Paraná a formação em Medicina não é tão destacada, mas cerca de 20% dos parlamentares formaram-se em Direito. Nesse Estado, parece que realidade de migração se impõe aos dados novamente. O Paraná é a unidade federativa aqui estudada que menos deputados têm na categoria curso superior completo. Acreditamos que o processo de ocupação o diferencie de Minas Gerais e São Paulo. Muitos deputados ascenderam social e economicamente, ao buscarem as novas oportunidades, abertas pelo relativamente recente processo de ocupação do território paranaense. Impõe-se nesse quadro, mais o pioneirismo e menos a tradição bacharelesca. Mas ela ainda é muito forte.

Direito e medicina são graduações que proporcionam predicados importantes para a prática política. Os estudantes de direito, pela força dos vários ofícios abertos por essa formação, desenvolvem o dom da oratória e da escrita. São preparados no legalismo, indispensável para a formulação de projetos de lei, e assim, para a tomada de decisões políticas. Os estudantes de medicina são aprovados no curso que tem o ingresso mais concorrido. Também é a graduação mais longa das ofertadas no país. Esses traços por si só, proporcionam a essa graduação alto grau valorativo.

Como vimos, é marcante a tradição bacharelesca na trajetória dos parlamentares que estamos pesquisando. Mas é igualmente inegável a presença de outras experiências educacionais no interior da elite parlamentar. A fragmentação do conhecimento, e a

⁶⁴ Quando falamos em tradição bacharelesca, estamos nos referindo aos cursos mais tradicionais. Medicina, engenharia e direito, são formações clássicas dos membros da elite política brasileira. Como esse estudo mostrará essa característica ainda é marcante.

importância que novas áreas ganharam nos últimos tempos, como Economia e Administração, nos leva a adotar um novo procedimento. Na tabela 4 vamos agregar em grandes áreas os cursos superiores. Essa nova classificação irá encerrar os grandes ramos consagrados do conhecimento. Nossa finalidade é identificar se uma área específica do conhecimento, a despeito de suas divisões internas, também se sobressai.

Não surpreende, que as áreas de Saúde e Jurídica saltem aos olhos. Impulsionadas, conforme o exposto acima, pelas graduações em direito e medicina. Mas também é relevante as formações nos diversos cursos das ciências humanas. Em São Paulo e Minas Gerais, elas são mais freqüentes que a categoria saúde. Formam, ao nosso ver, uma terceira característica marcante da elite parlamentar no aspecto que estamos delineando.

As formações na área de humanas, são relevantes ao nosso ver, pela capacidade de delinear projetos, de definir contornos. As profissões ligadas à esse ramo fornecem, mais que qualquer outro, o instrumental teórico para refletir criticamente sobre a realidade. Devido à essa característica, nesse ramo do conhecimento foram, e ainda são, gestados os grandes projetos políticos. Onde se definiram as formas como enxergamos o mundo, o Brasil, e mais especificamente a política. Mais que isso, as ciências humanas fornecem os pensadores, figuras indispensáveis para a tática e a estratégia políticas.

Os dados acima podem nos levar a crer que advogados, médicos e profissionais das áreas de ciências humanas, que geralmente tornam-se professores, dos mais diversos níveis, são as ocupações mais comuns entre os legisladores. Entretanto, como sabemos cada uma das profissões fornecem várias possibilidades, inclusive a de escolher outra ocupação. Já vimos que determinados cursos são proeminentes, agora resta saber se há algo correspondente nas profissões

Como nos mostram os dados expostos nas tabelas 5A 5B, e 5C, a profissão de empresário foi a mais comum nos três estados, especialmente em Minas Gerais onde representaram mais de 1/4 dos deputados estaduais de 15ª Legislatura. Além da proeminência do empresariado nos legislativos aqui estudados, as ocupações de advogado, médico, produtor rural e radialista também foram freqüentes. Apesar dos dados mostrarem uma diversidade de profissões e a conseqüente perda relativa de importância das profissões liberais clássicas para ascender à elite política. Outra atividade que não foi tão comum quanto imaginávamos foi a de produtor rural. O tão alardeado poder dos ruralistas nas instituições legislativas deve ser uma realidade do Congresso Nacional e de outros parlamentos estaduais, ou se realizar via terceiros, através do financiamento de candidaturas atreladas à plataforma do agronegócio. A presença dessa categoria foi significativa apenas na Assembléia Legislativa do Paraná. Já os radialistas, por controlarem um meio de comunicação de massa, que atinge milhares de pessoa, constituíram-se em porcentagem considerável dos parlamentares eleitos para as instituições legislativas aqui analisadas. Utilizam-se desse instrumento para sua promoção política, que os tornam conhecidos do público em geral. Não precisam, além desse veículo, de laços econômicos e sociais mais profundos com setores da sociedade civil. Também é descartável para tais deputados a dedicação a alguma organização partidária. Candidatos de si mesmo, geralmente são campeões de votos⁶⁵. Juntamente aos radialistas, os funcionários da própria instituição parlamentar também possuem recursos diferenciados para enfrentar o pleito eleitoral. Apesar de tal categoria aparecer de forma

⁶⁵ A mesma interpretação vale para o esportista que se elegeu em Minas Gerais, pois era ídolo do Atlético/MG, time de grande torcida em Minas Gerais.

significativa apenas no Paraná⁶⁶, é justo considerar que, ao desenvolverem uma carreira profissional nos legislativos, além do aprendizado sobre o processo decisório, travam contatos com lideranças que podem contribuir para o início de uma carreira política. Também, os funcionários dos parlamentos muitas vezes trabalham diretamente junto às bases dos parlamentares, recolhendo pleitos e articulando a transferência de recursos. Todas essas atividades os transformam em profissionais da política, vivendo dela e para ela. Por isso mesmo, proporcionam um treino que nenhuma outra atividade o faria.

Ao contrário dos radialistas, os técnicos e profissionais manuais não possuem um potencial recurso eleitoral. Apenas a organização em sindicatos e associações trabalhistas é que podem cumprir esse papel. Mesmo assim, em nosso universo, são muito poucos os parlamentares com origem na base da pirâmide social. Em Minas Gerais, onde constatamos uma forte presença do empresariado, apenas um operário se elegeu. A presença de técnicos e profissionais manuais, como agricultores e office boys, aumenta em São Paulo e no Paraná, mas de forma alguma chegam a ser fração relevante dos legisladores eleitos. Tais dados nos confirmam mais uma vez a imagem que caracteriza a elite como um reflexo invertido da sociedade. As ocupações mais usuais, aquelas que empregam a maioria da população, dificilmente aparecem nas estatísticas. Nem mesmo a organização sindical é capaz de promover um número maior de trabalhadores, e assim mudar o perfil de elite política. Adiante, com intuito de aprofundarmos nossa visão sobre o assunto, vamos agregar as profissões em grandes categorias profissionais.

Agregando as profissões em seis grandes categorias, conforme a tabela 6 do anexo, vemos como a atividade empresarial é um valor importante para a elite parlamentar. É a

⁶⁶ São eles: oficial legislativo, assessor legislativo e secretário particular. Este último refere-se a um deputado que trabalhou no gabinete de seu avô, que era deputado estadual e presidente da Assembléia Legislativa do Paraná.

mais freqüente em nossas estatísticas sobre ocupação. Em nenhum dos três estados representaram menos que 30% do total, e em Minas Gerais, como já apontamos acima, conformaram mais de 40% do universo. Contribui para essa situação a possibilidade de dispensar vultosos recursos em campanhas muito caras⁶⁷, e a expertise na prática administrativa, recurso comum também aos funcionários públicos. Esses profissionais que se originam no interior da estrutura estatal, trazem consigo a experiência de trabalharem no dia-a-dia com os dilemas e dificuldades da administração pública. Tal experiência os condiciona à identificar problemas e propor soluções para a gestão do estado, atributo indispensável para se destacar na prática legislativa. Contudo, profissionais liberais e intelectuais apareceram em maior número que os funcionários públicos. Os primeiros, como já sabemos, são presença tradicional no interior da elite parlamentar, e tal característica é mais forte em São Paulo, onde 1/3 dos legisladores pertence à essa categoria. Profissões como médico, advogado e engenheiro, além do preparo técnico para tratar de inúmeras questões da agenda pública, possuem inegável status social. O mesmo pode se dizer dos intelectuais. Além do prestígio que compartilham com os profissionais liberais, salientamos anteriormente sua capacidade para formular projetos, e delinearem táticas e estratégias políticas.

Mas a força relativa dessas quatro categorias só nos mostrou a pouca representatividade dos trabalhadores nos legislativos. Falamos aqui, evidentemente, de profissionais com pouca qualificação, que desenvolvem atividades manuais. Não falamos daqueles que não possuem os meios de produção, na terminologia marxista, o que incluiria quase todo o

⁶⁷ Muitas vezes o empresário que é postulante ao cargo estrutura sua campanha em torno do poder financeiro. Filia-se ao partido um ano antes, e financiando os cabos eleitorais, de militantes pagos até prefeitos, candidatam-se ao legislativo. São campanhas que não possuem ligações com segmentos da sociedade civil. Também não defendem plataformas específicas de minorias ou movimentos sociais. Entretanto essas candidaturas não são exclusivas de empresários. Entre radialistas e apresentadores de TV é mais forte ainda essa tendência.

universo. A diminuta representação desse segmento, pouco mais que 5% em São Paulo, mais que 3% no Paraná e apenas 1,3% em Minas Gerais, nos indicam a atualidade das formulações dos clássicos das elites. Mosca afirmava que existe uma maioria que governa e outra que é governada. Essa tendência, segundo Mitchels, é inexorável, e tal característica o levou a formular a conhecida lei de ferro da oligarquia. Tal minoria, como nos mostraram os dados acima, é formada por indivíduos que possuem características altamente valorizadas. Tem curso superior, são profissionais liberais, intelectuais ou empresários. Ao longo de suas biografias, tiveram contato com as letras e a oratória. Também possuíam preparo técnico em diversas áreas e experiências na gestão pública e privada. A essas características, comuns à elite parlamentar, é atribuído um alto teor valorativo pela sociedade brasileira. Como é uma minoria que as possui no organismo social, o perfil da elite tende a ser homogêneo, como nos indica Pareto, e assim refletir de forma inversa a pirâmide social. Pois, os deputados estaduais sem instrução, que desenvolviam atividades manuais antes de entrar para a vida política também são líderes, muitos deles comandaram organizações trabalhistas e movimentos sociais antes chegarem ao parlamento. Mas o que os dados nos evidenciaram é que preciso consolidar uma carreira profissional e/ou intelectual antes de entrar para a atividade pública. É necessário, para entrar no “clube”, possuir alguns dos atributos muito valorizados socialmente. Os que não os detêm, como nos deixam claros os dados sobre escolaridade e ocupação, ascendem de forma residual à elite parlamentar. Sendo assim, no universo que investigamos a maioria na sociedade se torna minoria no legislativo, mesmo num regime democrático com sufrágio universal.

5. Perfil Partidário

Nessa seção iremos discutir detalhadamente aspectos do perfil sociopolítico dos deputados estaduais. O intento é encontrar clivagens entre as diferentes organizações. Também vamos explorar as diversidades entre os diferentes espectros políticos. Isso se faz necessário devido à alta fragmentação partidária. Tal procedimento também nos ajudará a entender se as ideologias tornam homogêneos os perfis dos diversos partidos que se enquadram em determinados espectros ideológicos.

Nessa parte de nosso trabalho, iremos nos aprofundar em variáveis que acreditamos tenham algum impacto na produção legislativa. São aquelas que vislumbramos como definidoras da visão de mundo dos deputados, como os vínculos associativos. Ao trabalharmos com essa variável, pretendemos saber se os parlamentares são ou foram ligados à associações trabalhistas ou patronais. Além desse aspecto, outro ponto importante a ser pesquisado é a carreira dos deputados. Como elas foram construídas? Por quais experiências os legisladores passaram? Respondendo à essas perguntas, vamos verificar se há caminhos diferentes entre os segmentos políticos, tal como foi feito por Marengo e Serna (1997;2007). Depois da carreira, iremos analisar características econômicas dos parlamentares, de forma mais específica “perguntaremos” aos dados, se os deputados são ligados há algum segmento econômico. Nosso intuito é verificar se há correlações entre partidos e espectros ideológicos, e a ligação ou não com algum setor da economia. Contudo, antes de analisarmos detidamente os aspectos do perfil sociopolítico dos deputados estaduais, iremos classificar os partidos de acordo com seu alinhamento ideológico. Esse procedimento é necessário pois não podemos fazer como os estudiosos do

período democrático 1946-1964. Naquele período, a fragmentação partidária era consideravelmente menor. Além dessa facilidade, três grandes partidos ocupavam os diferentes espectros ideológicos. O PTB era a esquerda, o PSD o centro e a UDN a direita. Ao analisar o perfil da bancada desses partidos, já se fazia a investigação sobre as características dos parlamentares de esquerda, centro e direita. Hoje isso não é possível. Não há possibilidade de estendermos as características sociopolíticas da bancada do PFL, por exemplo, aos parlamentares de PP, PTB e PL.

Constantemente, classificar os partidos políticos brasileiros gera dúvidas. Entretanto, há um consenso geral entre os analistas, sobre o posicionamento da maioria dos partidos. Em linhas gerais, de acordo com os cientistas políticos, PP, PTB, PL e PFL (atual DEM)⁶⁸ são considerados partidos de direita. Ainda enquadrados na sigla PPD (Pequenos Partidos de Direita) pequenas legendas, que geralmente se coligam com grandes partidos, com a intenção de eleger personalidade para o legislativo⁶⁹. Os centristas são PMDB, PSDB e PPS. O caso desse último, no entanto, deve ser melhor analisado. O Partido Popular Socialista, surgiu de uma dissidência do antigo PCB (Partido Comunista Brasileiro), no processo de renovação do comunismo ortodoxo pós queda do muro de Berlim. Por isso esse partido poderia ser considerado de esquerda. Porém, fez parte do governo FHC (de centro-direita) e está na oposição do governo Lula (de centro-esquerda)⁷⁰. O PPS também está na oposição ao governo Requião do PMDB paranaense, que tem como principal

⁶⁸ Esse partido será chamado nesse trabalho de PFL. Era esse o nome usado pela organização no período que estamos estudando, 2003-2007.

⁶⁹ E não apenas celebridades, mas também candidatos que fazem campanha escorados em vultuosos recursos econômicos. Um exemplo desses casos, é o de Havanir Nimitz. Foi eleita pelo PRONA em 2002, para o cargo de deputada estadual, com mais de 680 mil votos. Naquela ocasião, ela fazia uma dobradinha com Enéas Carneiro, e a fenomenal votação deste se transferiu para a candidata.

⁷⁰ O partido aderiu ao governo Lula, em seu primeiro mandato. Naquela gestão, ocupou o ministério da Integração Nacional, com Ciro Gomes. Entretanto, após o escândalo do mensalão, em 2005, o PPS rompeu com o governo federal.

aliado, o PT. Nos estados de Minas Gerais e São Paulo, governados pelo PSDB em aliança com o PFL, o PPS faz parte da base de governo. Esse fato evidencia, a lógica da aliança do PPS. O partido tem priorizado apoiar, tanto candidaturas, quanto governo, de centro direita, especialmente com os maiores partidos de oposição ao governo Lula. Por essas preferências do PPS, achamos mais conveniente classificar o partido no centro do espectro ideológico. Mas não é só esse o caso que nos traz dúvidas. O PSB e o PDT também precisam de uma melhor análise⁷¹.

É consenso definir PSB e PDT como dois partidos de esquerda, juntamente com o bloco PT e PC do B, que serão analisados em bloco nesse estudo⁷². Entretanto suas táticas são mais regionalizadas que a do PPS, por exemplo. Como esse trabalho tem o intuito de padronizar os critérios, a fim de estabelecer uma melhor comparação entre os estados, é impossível levar em conta só o critério regional, até porque ele é bastante diverso. PDT e PSB apóiam o governo federal, e apóiam o governo Aécio Neves, do PSDB de Minas Gerais. Contudo, em São Paulo, o PDT apoiou os governo Alckmin e Serra, mas o PSB fez oposição a esse dois governo. No Paraná a situação é diversa das anteriores, os esquerdistas PSB e PDT fazem oposição ao governo sustentado pela aliança PMDB e PT. Pela tática regional, é muito difícil classificar os partidos. Os exemplos de PSB e PDT apontam para a dificuldade de posicionar os partidos no fragmentado e fluído sistema partidários brasileiro. Por isso mesmo resolvemos nos guiar pela história de PDT e PSB.

⁷¹ O PV, que obteve representação em apenas uma das Assembléias, deve entrar nesse conjunto de partidos. Ele apoiou os governos tucanos de Serra e Alckmin em São Paulo, mas também ocupou ministérios no governo Lula. Contudo, entre os cientistas políticos esse partido é geralmente classificado como de esquerda. Outro fato que contribui para tal classificação é o posicionamento dos verdes, especialmente na Europa. Por lá eles são reconhecidos como partidos de esquerda.

⁷² O PC do B possui apenas duas cadeiras nos três estados pesquisados. Uma em São Paulo e uma em Minas Gerais. Por ter uma representação tão pequena, e pela sua proximidade ideológica e histórica com o PT, haja vista que o PC do B apoiou o candidato petista em todas as eleições presidenciais desde 89, decidimos analisar esse partido em bloco com o PT. Um indicativo da proximidade dessas duas organizações, é que o PT e o PC do B formam blocos legislativos em São Paulo e Minas Gerais.

Esses partidos nasceram, indubitavelmente na esquerda. Tiveram como principais líderes ícones da esquerda brasileira, Miguel Arraes (PSB) e Leonel Brizola (PDT). Também, tradicionalmente, eles são classificados pelos estudiosos do sistema partidário brasileiro como de esquerda. Por esses dois motivos, serão posicionados à esquerda do espectro político nacional. Porém muitas de nossas dúvidas, sobre esses dois partidos tiradas quando analisarmos o perfil sociopolítico desses dois partidos. Será que os quadros políticos de PSB e PDT, possuem uma trajetória mais parecida com os deputados dos partidos de centro? Ou correspondem a sua classificação e se aproximam das legendas de esquerda?

Uma última dúvida ainda paira sobre a classificação dos espectros ideológicos. Seria conveniente aumentar o número de categorias, incluindo centro-esquerda e centro-direita? Nos parece, que em maior ou menor medida, todos os partidos aqui estudados, de esquerda ou de direita, se dirigem ao centro. Os maiores exemplo são o PFL e o PT. O primeiro, tem como aliados prioritários PPS e PSDB, partidos de centro. Assim formam uma grande aliança, de caráter nacional, e de conteúdo centro-direitista. O PT, desde 2002, vem ampliando seu leque de alianças, coligando-se cada vez mais com partidos de centro. Essas táticas de PT e PFL, somada à discussão acima sobre o PSB e o PDT, tem mostrado o conteúdo cada vez mais centrista dos partidos de esquerda e de direita no Brasil. Ou seja, os partidos de esquerda e de direita podem ser classificados como centro-esquerda e centro-direita, respectivamente. Portanto não achamos necessário incluir duas categorias a mais⁷³.

⁷³ Sem dúvida os micropartidos de esquerda, PSTU, PCO, PSOL e PCB não podem ser incluídos nessa análise. Essas legendas rejeitam frontalmente qualquer aliança com partidos de centro, e com alguns de

Nos atendo à tipologia baseada em três categorias, vemos, conforme quadro acima, situações estaduais distintas. Predomínio de partidos de direita em Minas Gerais., de esquerda em São Paulo e de centro no Paraná. As legendas que se posicionam à direita do espectro ideológico, compuseram entre 2003 e 2007, quase metade da Assembléia mineira. Isso se deve, como nos mostram os dados, devido a grande representação dos tradicionais partidos de direita, PP, PTB e PFL, mas principalmente ao PL. Em nenhum dos três estados o PL elegeu tantos representantes⁷⁴. Algo parecido aconteceu com o PV em São Paulo. Esse partido só conseguiu representação na Assembléia paulista. Fato que influiu a representação da esquerda naquele estado. Cabe lembrar a força do PT no eleitorado paulista. Apesar de nunca ter conseguido eleger um governado, o partido sempre obtém no estado ótimos resultados nas eleições proporcionais. Tanto é assim, que em nenhum dos três estados o partido recebeu proporção tão grande de votos⁷⁵, e foi o que mais elegeu representantes para o legislativo paulista. A força dos partidos de direita em Minas, e de esquerda em São Paulo, contrastam com o peso dos partidos de centro no Paraná. Isso se deve ao PMDB, que é inversamente fraco em Minas Gerais e São Paulo. Contudo, o PSDB, outro grande partido de centro, e muito forte em São Paulo e Minas Gerais é igualmente relevante no Paraná

Nos três estados, há três sistemas partidários qualitativamente diferentes. Em Minas Gerais e em São Paulo, um grande partido de centro se constitui num pólo de poder político. Em São Paulo, o PSDB ocupa esse espaço desde 1994. Em Minas Gerais, os

esquerda. Caso essas organizações conseguissem representação nas Assembléias pesquisadas, teríamos necessariamente que rever nossos critérios. Com a fusão do PRONA com o PL em 2007, para formar o PR, não existe nenhum partido de direita com essas características.

⁷⁴ O PL teve um resultado expressivo nas eleições de 2002, em Minas Gerais. Em nosso entendimento isso principalmente ao prestígio do vice-presidente eleito em 2002, José de Alencar. Em 2002, o PL dividiu-se em 2. Uma parte se fundiu com o PRONA, para formar o PR. Outra parte, formou o PRB, girando basicamente em torno do vice-presidente José Alencar.

⁷⁵ Isso mesmo desconsiderando o deputado do PC do B.

tucanos se consolidaram nessa posição, pelo menos desde 2002. Já o PT, nesses dois estados, parece ser o outro pólo, aglutinando em torno de si outros partidos de esquerda e algumas vezes legendas de centro⁷⁶. No Paraná também existe um grande partido de centro como protagonista, o PMDB. Porém, na política paranaense, os peemedebistas têm preferido alianças qualitativamente diferentes, procurando coligações sistemáticas com o PT⁷⁷. Esse partido ainda foi o principal aliado do governo Roberto Requião, do PMDB. O outro pólo tem sido uma aliança de partidos de centro e de direita, mas que também incluem o PSB e o PDT⁷⁸. Essa coalizão comandou o governo estadual de 1995 à 2003, e está há mais de 20 anos no comando da prefeitura de Curitiba. É interessante notar que essa frente partidária foi comandada por diferentes partidos. Não houve, desde 1994, nenhuma organização definitivamente dominante em seu interior⁷⁹.

Dado o panorama geral dos sistemas partidários, e feitos os esclarecimentos sobre a classificação que será utilizada daqui pra frente, cabe agora iniciarmos a análise dos perfis sociopolíticos. Para tanto, vamos trabalhar com três dimensões da trajetória dos parlamentares: a experiência, através de dados sobre a institucionalização das carreiras, ocupação ou não de cargos na estrutura burocrática das Assembléias e tempo no interior dos legislativos estaduais. Também analisaremos as carreiras, detalhando estatísticas dos cargos pelos quais passaram os deputados, migrações partidárias e tipo de carreiras. E

⁷⁶ Vide a candidatura de Hélio Costa ao governo de Minas Gerais pelo PMDB, tendo como vice um petista. Mas o histórico das disputas estaduais, e a própria conjuntura nacional nos indica que o pólo de atração é o PT.

⁷⁷ Em 1998 o PT apoiou um candidato do PMDB à sucessão estadual. Em 2002 e 2006 petistas e peemedebistas estiveram juntos no segundo turno das eleições para governador naquele estado. Em 2010, os dois partidos apoiarão um candidato do PDT ao governo do Estado.

⁷⁸ Os outros partidos são PSDB, PP, PFL e PTB.

⁷⁹ O PDT em 2010 se desligou dessa aliança. Esse partido comandou a coalizão centro direitista de 95 à 97, quando o governador pedetista Jaime Lerner se filia ao PFL. Essa legenda será predominante até o fim do mandato de Lerner, em 2002. A partir desse ano até 2010, o PDT, sob comando de Osmar e Álvaro Dias volta a ser o principal partido da coalizão. Agora o PSDB deve ocupar esse espaço, pois Beto Richa é candidato à governador, estando à frente de uma grande aliança de centro direita, que inclui ainda o PSB.

começaremos a análise propriamente dita, investigando os vínculos associativos e as ligações com setores econômicos dos parlamentares, que é a dimensão socioeconômica do perfil sociopolítico.

Nessa seção, nosso procedimento será analisar os dados por estados, e ao final agregar pelo alinhamento ideológico, para averiguar se é possível estabelecer tendência através do continuum esquerda-centro-direita.

5.1 Perfil Socioeconômico

A trajetória dos deputados é marcada pelos vínculos com associações dos mais variados tipos. Muitos deles, inclusive, se elegem como representante de categorias, aglutinadas nas mais diversas entidades. Nelas, os futuros representantes tomam conhecimento de pautas relevantes para essas organizações da sociedade civil. Uma vez no interior dos legislativos, serão porta-vozes dessas bandeiras, que, como sabemos, podem ser destinadas há um setor específico, ou a toda sociedade. Mas não se trata aqui apenas da absorção de plataformas. As associações contribuem para o aprendizado de práticas diversas, que redundam em formas diversas de fazer política.

Para classificar os deputados de acordo com os vínculos associativos, levamos em consideração se em algum momento o parlamentar já fez parte da direção de qualquer tipo organização da sociedade civil. Quando um legislador fez parte de uma ou mais associações, ele é contado duas vezes, justamente para que não se perca nenhuma informação acerca do perfil dos legisladores. Os dados foram agrupados nas categorias movimentos sociais, patronal e outros. A primeira refere-se aos sindicatos, associações estudantis, pastorais ligadas à igreja católica e aos movimentos negro e feminista. A

segunda, a toda entidade destina à representação empresarial, de qualquer setor econômico. Cabe frisar, que nem sempre um deputado estadual ligado a essas entidades é um empresário. Ele pode simplesmente ser funcionário contratado, com cargo de direção na associação. Um exemplo conhecido dessa possibilidade é o ex-ministro e ex-deputado Delfim Neto⁸⁰. A última agrega aquelas associações que não se dividem pelo conflito de classe. São organizações como o Rotary, entidades que prestam assistência social ou então que representam profissionais liberais, com as associações médicas, os conselhos regionais de engenharia e a OAB.

Analisando os dados sobre Minas Gerais, que estão expostos na tabela 8A, vemos que o bloco PT/PC do B concentra quase a totalidade dos representantes dos movimentos sociais. Para além desses dois partidos, só um deputado pertencente aos PPD informou ter algum vínculo com movimentos sociais. Chama a atenção que os outros partidos de esquerda, PSB e PDT, não tinham em suas fileiras parlamentares com essas características. Muito pelo contrário. Nos vínculos associativos, essas duas organizações apresentaram um padrão idêntico aos partidos de centro e ao PTB, alinhado à direita do espectro ideológico. Combinaram em suas bancadas deputados estaduais ligados às entidades patronais e à outras associações. No geral, essas entidades foram a principal fonte de recrutamento dos parlamentares, principalmente entre os partidos de direita.

Em São Paulo, conforme a tabela 8B, o quadro formado pelos dados de certa foi parecido com o de Minas Gerais. Apesar de um deputado apenas informar em seu perfil que tem ou teve ligações com entidades patronais de classe, as linhas gerais pintadas nos dados sobre a assembléia mineira se repetiram. Praticamente a totalidade dos

⁸⁰ Antes de iniciar sua carreira pública, Delfim Neto foi assessor da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP).

representantes dos movimentos sociais pertence ao bloco PT/PC do B. Nos demais partidos de esquerda, só o PV elegeu um deputado com essas características. Além disso, fora das organizações alinhadas à esquerda, apenas o PSDB tinha um deputado com histórico de participação em movimentos de caráter social. O PSB, tradicionalmente de esquerda, teve o único representante que explicitou suas relações com entidades patronais de classe⁸¹. O socialistas, em São Paulo e em Minas Gerais, estão muito mais ligados às associações patronais do que aos movimentos sociais. Mas no geral, excetuando-se o bloco PT/PC do B, assim com em Minas Gerais, boa parte dos deputados estaduais paulistas informaram ter ligações mais estreitas com outras organizações, o que nos evidencia que o conjunto de entidades aglutinadas nessa categoria é um forte canal de recrutamento político. Resta-nos saber se o Estado do Paraná confirma essas tendências.

Quanto a forte participação de políticos ligados aos movimentos sociais no bloco PT/PC do B, sim. De acordo com a tabela 8C os outros partidos de esquerda novamente, não revelaram essa característica. Apenas no centro do espectro, com PSDB e PMDB, apareceram deputados com esse tipo de vínculo, mas apenas pontualmente. Novamente, a categoria outras associações foram as mais recorrentes, especialmente nos partidos de centro e direita. Destacam-se PPS e PTB, com 2/3 de suas bancadas recrutados nesse tipo de entidades. Ainda os deputados paranaenses repetiram seus equivalentes paulistas ao não informarem qualquer vínculo com entidades patronais. Vale ressaltar, que os deputados das bancadas de PL, PFL e PPD, não explicitaram ter qualquer vínculo associativo.

⁸¹ Ligado ao setor de mercados, esse deputado migrou para o PSDB.

Agregando os dados em esquerda, direita e centro, como fizemos na tabela 8D, temos um resultado interessante. Quase todos os representantes dos movimentos sociais foram eleitos no bloco PT/PC do B. Entretanto, o fato de parlamentares eleitos pelo PSB e PDT terem vínculos com associações de classe, fez da esquerda um importante representante das associações patronais. Pelos dados dos três estados, PDT, e especialmente PSB, lograram concentrar em suas bancadas número considerável de parlamentares advindos da liderança de entidades patronais. Os dados referentes à essas duas legendas as colocaram em igualdade com os partidos de centro, como os grandes responsáveis pela intermediação dos interesses das associações patronais junto aos governos estaduais, principalmente em Minas Gerais e São Paulo. Essa realidade das demais legendas de esquerda, além de emprestar características de singularidade à bancada PT/PC do B, transforma esse bloco de partidos no grande, e praticamente único, representante das pautas trabalhistas nos legislativos estaduais. Contudo, a característica mais marcante dos vínculos associativos nas Assembléias, foi grande participação de legisladores recrutados nas entidades agregadas em outras associações. Essa categoria de nossa tipologia foi a mais recorrente de todas, e como nos evidenciam os dados, eles dão contornos homogêneos ao padrão de vínculos associativos. Excetuando-se petistas e comunistas, os vínculos associativos nos parlamentos estaduais aqui estudados são bastante parecidos, de PSB e PDT, até os partidos de direita. Ou seja, representantes pontuais dos movimentos sociais e de entidades patronais e fração considerável dos deputados estaduais selecionados junto às organizações agregadas na categoria outras associações.

Outra maneira de avaliarmos os dados expostos acima, é partindo do total de parlamentares que apresentaram em seus perfis alguma ligação associativa. E as

estatísticas nos mostram que os parlamentares de esquerda são os que mais valorizam essas ligações. Nos três estados foram eles que mais informaram possuir tais vínculos. Depois vieram os partidos de centro e por fim os alinhados à direita. Parece haver um gradiente no espectro ideológico quanto à importância de haver passado pela direção de qualquer tipo de associação. À medida que se caminha para a esquerda do espectro ideológico esse tipo de experiência parece ser mais valorizado no recrutamento das lideranças. Também, os partidos de centro e de esquerda parecem valorizar mais candidaturas ligadas à estratos sociais, ou à pautas específicas da sociedade, usualmente sustentadas por associações ou movimentos de toda ordem. Já os parlamentares alinhados à direita priorizam a formação de bases eleitorais regionais, colocando-se assim como representantes de uma região. Mas tal interpretação só será constatada quando nos aprofundarmos nos dados referentes à carreira política, mais adiante. Por agora, chamou a atenção a pouca representação patronal nos legislativos. Mas será que a intermediação de interesses patronais precisa, necessariamente, ser feita por lideranças selecionadas junta à direção das entidades patronais? Não é possível, que bastando ser deputado estadual o empresário pode representar determinados segmentos econômicos?

Claus Offe em *Problemas Estruturais do Estado Capitalista*⁸², afirma que o empresário, individualmente, já é uma força social. A fundamentação do autor se baseia no poder econômico. Com esse tipo de recurso ele estende sua influência dos seus empregados aos políticos, passando por seus concorrentes no mercado. A partir dessa interpretação de Claus Offe, entendemos que os deputados estaduais, que eventualmente são empresários, representam interesses específicos dentro dos legislativos, sem, contudo, precisar estar na direção de uma entidade patronal. Devido a essa possibilidade, vamos separar os

⁸² Offe, Claus. (1984). *Problemas Estruturais do Estado Capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

deputados que declararam ser empresários e classifica-los de acordo com a atividade empresarial. Essa tipologia seguirá os grandes segmentos econômicos. Portanto ela contará com as seguintes categorias: agropecuária⁸³, serviços, indústria, finanças e somente empresário. Essa última categoria incluíra aqueles deputados estaduais que afirmaram desenvolver atividades ligadas aos negócios, mas não especificaram qual o segmento de atuação.

De acordo com os dados expostos na tabela 9A do anexo, a representação empresarial na Assembléia legislativa de Minas Gerais tem um forte viés de centro-direita. Ainda no legislativo mineiro, o setor agropecuário é o mais presente, pois quase 16% dos parlamentares pertencem a esse setor. Os produtores rurais se elegeram principalmente pelo PSDB, PFL, e PPD. Em menor medida fizeram parte das bancadas de PMDB, PP e PL. A mesma tendência de se agrupar na centro-direita foi seguida pelos industriais. As bancadas com maior representação do setor industrial foram PPS, PL e o PSB alinhado à esquerda. O Partido Liberal, do vice-presidente eleito em 2002, e industrial, José Alencar, é uma organização reconhecida por representar interesses industriais. O partido fez oposição ao governo FHC por não concordar com a política econômica da administração de então. Na óptica dos liberais, ela penalizava o setor. A seção mais forte do PL, antes de sua divisão, em 2007, era a de Minas Gerais, e nesse estado, o maior número de industriais no legislativo mineiro era filiado ao PL. Os setores de serviços e finanças tiveram menor representatividade em Minas Gerais, especialmente no PMDB, PSDB, PP e DEM.

⁸³ Os deputados enquadrados nessa categoria foram aqueles que declararam ser fazendeiros, produtores rurais ou agricultores. Aqueles que se auto imputaram como pequenos agricultores, não foram agregados à essa categoria.

Em São Paulo o quadro é diverso no tocante a representatividade dos segmentos, não no viés de centro-direita da delegação empresarial. Conforme a tabela 9B, a proporção de empresários do setor de serviços é significativamente maior do que em Minas Gerais, chegando a aproximadamente 11%. Isso faz desse segmento, o maior do empresariado na Assembleia Legislativa de São Paulo. Os deputados vinculados à esse setor eram, em 2002, principalmente, de PSB, PSDB, PP, PFL e PPD. Além do patronato ligado aos serviços, o outro setor com forte representação no parlamento foram os industriais. No maior parque industrial do país, evidentemente, os industriais se fariam representar com relevo. Na 15ª legislatura da ALESP, eram filiados especialmente ao PMDB, PFL, PPD e PTB. Mas São Paulo também é o maior centro financeiro do país, e nenhum empresário ligado às finanças se fez representar no legislativo paulista, sendo que essa tendência também se repetirá no Paraná. Uma explicação plausível, é que a regulamentação do setor pertence, bem como a definição das alíquotas do IOF (Imposto sobre Operações Financeiras), destinados a taxar o setor, pertence ao governo federal. Por isso, acreditamos nós, que a intermediação dos interesses do setor se dá exclusivamente no Congresso Nacional. A agropecuária foi outro setor que não teve, aparentemente, representantes em São Paulo a partir de 2002. Aparentemente, porque muitos empresários não detalham suas atividades no perfil exposto no sítio da Assembleia, nem no TSE⁸⁴.

No Paraná, o quadro é bastante parecido com o de São Paulo. Novamente, o empresariado ligado ao setor de serviços é o mais numeroso. Os dados da tabela 9C mostram que pouco mais que 12% dos parlamentares pertencem a esse segmento. O viés de centro-direita na representação dos empresários continua, como em São Paulo e Minas

⁸⁴ Não tivemos acesso à prestação de contas dos deputados estaduais, mas às páginas que demonstravam o deferimento das candidaturas. Nelas, os deputados ligados aos negócios muitas vezes se diziam apenas como empresário, sem explicitar quais atividades desenvolviam.

Gerais. Outro dado que chamou a atenção foi a força do empresariado na bancada do partido do governador do Estado, o PMDB. Deputados vinculados as mais diversas atividades elegeram-se pelo partido em 2002. Foi muito representativa a presença do setor de serviços, pois mais de 36% da bancada peemedebista era ligada à esse segmento. Ainda, parlamentares vinculados à agropecuária e à indústria elegeram-se pelo PMDB paranaense. Outras legendas, como PP, PTB e PFL, concentraram a delegação industrial no legislativo paranaense. No que se refere a agricultura, esperamos uma representação mais forte do setor, por se tratar o Paraná do maior produtor agrícola do país. Entretanto, a representatividade do segmento foi menor que a da indústria e dos serviços. As organizações partidárias que mais encerraram em seus quadros deputados ligados ao agronegócio, foram, além do já citado PMDB, PSDB e o PDT. Esse partido, como já explicamos acima, encabeçou nos últimos 20, em vários momentos, os principais partidos de centro e direita no Estado do Paraná, para fazer frente ao PMDB, tradicionalmente ligado aos partidos de esquerda. Dado o histórico de alianças e posicionamentos do PDT no Paraná, não surpreende que o partido tenha em suas fileiras deputados ligados ao agronegócio. Interpretação análoga vale à seção paranaense do PSB, que fez parte das mesmas alianças. Os socialistas tiveram considerável presença de parlamentares ligados ao setor de serviços, tanto no legislativo paranaense quanto no paulista. Ao contrário da bancada petista, que nos três estados aqui pesquisados teve dois legisladores que se auto imputaram como pequenos comerciantes⁸⁵.

⁸⁵ Os únicos no universo que se intitularam como pequenos comerciantes.

Analisando os dados de forma agregada, como na tabela 9D, vemos a forte concentração do empresariado nos partidos de centro e direita. Há contudo, presença pontual de empresários na esquerda. Correlacionando os tipos de atividade empresarial com os grandes alinhamentos, vemos duas tendências. A primeira é que os industriais estão mais concentrados à direita do espectro ideológico, sendo que PPD, PFL, PP, PL e PTB, são os grandes interlocutores desse segmento nos legislativos estaduais. A segunda, é que os empresários vinculados ao setor de serviços foram mais frequentes no centro. Nos mostram os dados, que PMDB, PSDB e PPS são os principais agentes da intermediação desses interesses nas assembleias aqui investigadas. Essa foi a regra, em todos os estados. O setor agrícola, em Minas Gerais foi mais representativo na direita, e no Paraná, no centro do continuum ideológico.

Além das duas tendências apontadas no parágrafo anterior, o fato da intermediação empresarial se dar também de forma significativa nos partidos de centro, permite a essa classe acesso à governos de centro-esquerda. Outra evidência apontada pelos dados da dimensão socioeconômica dos perfis, é que os governos de centro-direita tendem a ser mais coesos, sociologicamente, pois a base social dos seus partidos é mais homogênea. Mas tal característica, pelos menos nessa dimensão, também se estende ao PDT e ao PSB. Dessas duas organizações, tradicionalmente classificadas à esquerda, às legendas de direita, a presença do empresariado é constante. Isso nos ajuda a explicar porque as alianças de pedetistas e socialistas são mais flexíveis que as do bloco PT/PC do B. Pois o perfil socioeconômico dos deputados é diverso, e mais próximos aos partidos de centro. O bloco PT/PC do B nessa dimensão mostrou-se bastante singular em suas características, se diferenciando marcadamente dos demais partidos, como o autêntico, e provavelmente o único representante das causas trabalhista nos legislativos. Mas as diferenças entre os

partidos não se esgotam depois da investigação dessas estatísticas. É preciso verificar se as carreiras de políticos de esquerda, centro e direita são diferentes.

5.2 Perfis de Carreira Política

As mais diversas experiências contribuem para moldar a ação política de um parlamentar. Nesse caso, as vivências estritamente institucionais contam muito. Elas socializam os deputados de diversas formas, que podem redundar, ou não, em estilos específicos de construção de carreiras. O que pretendemos entender, ao analisar os diferentes aspectos da trajetória política dos parlamentares, é se há uma correspondência entre a carreira dos deputados estaduais e o posicionamento de seu partido no espectro ideológico. Para darmos conta de nosso objetivo, vamos analisar três aspectos da carreira dos deputados estaduais: as migrações partidárias, os cargos ocupados e o tipo de carreira dos parlamentares, análise com a qual começaremos.

Para iniciarmos nosso estudo sobre a carreira dos membros dos legislativos estaduais, aplicamos ao banco de dados uma tipologia que divide a carreira dos parlamentares de quatro formas: mista, legislativa, executiva e sem carreira prévia. Nas trajetórias mistas foram agrupados aqueles deputados estaduais que já passaram tanto por cargos legislativos quanto por cargos executivos. Aqueles deputados que só ocuparam postos em parlamentos foram agregados na categoria legislativa, ao passo que os deputados estaduais nunca passaram por legislativo algum, mas possuíam uma carreira política, foram colocados na categoria executiva. Os parlamentares que não ocuparam nenhum cargo público antes de entrar na Assembléia Legislativa foram enquadrados na categoria sem carreira prévia. Vamos às análises.

No estado de Minas Gerais, vemos que as carreiras mais recorrentes foram as mistas e, especialmente, as legislativas. Conforme a tabela 10A as trajetórias integralmente parlamentares foram as majoritárias nas bancadas de todos os partidos de esquerda, PSB, PDT e do bloco PT/PC do B, além de PP e PTB. Vemos, que no tocante ao tipo de carreira, as esquerdas são iguais, apesar da bancada do bloco PT/PC do B, ser bem distribuída nesse aspecto. As carreiras mistas, como dissemos, foram muito frequentes, entretanto, elas foram maioria apenas na bancada do PMDB. Já as carreiras executivas, que foram minoria no parlamento de Minas Gerais, foram mais representativas no PPS. Esse dado nos indica que boa parte dos deputados estaduais eleitos em 2002 para o legislativo mineiro já tinham experiência legislativa prévia. Na contramão dessa estatística, um em cada quatro deputados nunca tinha passado por nenhum cargo público, eletivo ou não, antes de 2002. A categoria sem carreira prévia, foi a mais corriqueira entre os parlamentares do PSDB, PFL e PL. Contudo, ter passado por algum tipo de cargo, foi fundamental em Minas Gerais para chegar ao legislativo, pois 75% dos deputados estaduais daquele estado já possuíam alguma vivência de caráter público. E essa tendência foi aprofundada em São Paulo.

Entre os legisladores paulistas, de acordo com a tabela 10B, quase 60% tiveram carreiras totalmente parlamentares, e aproximadamente 80% dos membros da Assembléia de São Paulo tinha alguma experiência política prévia. Ou seja, parte significativa já apresentava algum conhecimento de qualquer tipo de processo decisório, o que parece ser absolutamente fundamental para a inserção nos legislativos estaduais. Conforme foi colocado, as carreiras legislativas foram as predominantes na ALESP. Mostrando um caráter suprapartidário, elas se constituíram na fração majoritária nas bancadas de PT/PC do B, PSB, PMDB, PSDB, PPS, PFL, e PP. Por sua vez, as carreiras mistas foram as mais

freqüentes na bancada do PV. Ainda PP e PL, mostraram padrões de trajetória política equilibrados. O primeiro se dividiu em três categorias. O segundo dividiu-se entre as carreiras mistas e legislativas. Ainda interpretando os dados sobre São Paulo, vemos que nenhum legislador teve uma trajetória totalmente construída no poder executivo. Somado a esse fato, o predomínio de carreiras legislativas nos mostra que as legendas privilegiam aqueles quadros partidários que já tenham passado por instituições parlamentares de qualquer tipo. Essa tendência é confirmada pelos dados do legislativo paranaense.

Como o exposto na tabela 10C, na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, as carreiras legislativas constituíram a maior fração, novamente. Essa categoria foi, mais uma vez, a mais freqüente em boa parte das bancadas atuantes no legislativo paranaense. Foi o caso do bloco PT/PC do B, PDT, PMDB, PPS, PL e PTB. Mais uma vez, a tendência a predominância das carreiras legislativas ultrapassou os limites ideológicos e partidários. As carreiras mistas, foram maior apenas nas bancadas de PP e PSDB. Ainda o PSB apresentou a representação proporcionalmente mais novata. A maior parte de seus deputados estaduais não tinha ocupado nenhum cargo sequer, antes de 2002. O Paraná apresentou um quadro análogo ao de Minas Gerais e São Paulo, entretanto, se agregarmos as estatísticas dos três estados, como fizemos na tabela 10D, notaremos diferenças no continuum centro-direita-esquerda?

Os dados, ao estabelecermos uma relação entre tipo de carreira e os espectros ideológicos, nos mostram que, nos três Estados, os partidos de centro e direita possuem em suas fileiras proporções maiores de parlamentares que trilharam carreiras mistas. Isso significa que os deputados estaduais alinhados ao centro e à direita do espectro ideológico passaram com mais freqüência por cargos no poder executivo. Já entre os parlamentares de esquerda, a tendência às trajetórias legislativas se acentua. Nos três

estados, a porcentagem de legisladores que passaram apenas por instituições parlamentares antes do ano de 2002, foi maior na esquerda que nos outros dois agrupamentos ideológicos. Isso mostra a escalada parlamentar das esquerdas, iniciadas nos anos 90, e que teve como ápice o ano de 2002. Mas tal ascensão deve-se, fundamentalmente, ao Partido dos Trabalhadores, pois, novamente PSB e PDT apresentaram características diferentes. Excluindo as carreiras legislativas, socialistas e pedetistas tiveram passagens mais recorrentes por cargos executivos. Pois em São Paulo e em Minas Gerais, dentre os partidos de esquerda, o PDT teve a maior fração de carreiras mistas. No Paraná, as trajetórias executivas foram mais freqüentes no PSB do que nas outras legendas à esquerda. Mais uma vez, PDT e PSB apresentaram um perfil mais próximo aos partidos de centro. Mas será que a existência de padrões diversos de carreira, e sua conseqüente correspondência ideológica, deve-se a uma escolha deliberada das lideranças partidárias? Nesse caso preferimos uma explicação mais institucional.

As organizações partidárias alinhadas à esquerda, conquistaram maior espaço no legislativo para depois ampliar suas conquistas nas eleições executivas. Tais conquistas, entretanto, se deram em detrimento de partidos de centro e direita. Acreditamos, portanto, que o fato das legendas de centro e direita, antes de 2002, predominarem nas instituições executivas, contribuiu para que os deputados filiados a esses partidos desenvolvessem carreiras mais executivas. Contudo, é preciso confirmar essa tendência, desagregando os tipos de carreira, e verificando por quais cargos os deputados estaduais já passaram.

Para investigar de forma desagregada os dados acerca da carreira dos parlamentares, recorreremos a todos os cargos que os deputados exerceram, eletivos ou não, em algum momento das suas histórias políticas. Vamos expor os dados, dispostos no anexo, para identificar a fração dos legisladores de cada bancada que passou por um determinado

cargo, por exemplo, o de vereador. Como a maioria dos parlamentares passou por um ou mais postos, os números ultrapassam o total de legisladores, porque muitos parlamentares são contados várias vezes. Nossa intenção, portanto, é distinguir padrões. Verificar se os caminhos trilhados pelos deputados estaduais dos mais variados partidos é análogo ou diverso, por isso consideramos todos os postos possíveis, e em nosso universo apareceram de vereadores à ministros⁸⁶. Para aclarar nossas dúvidas vamos iniciar por Minas Gerais.

No legislativo mineiro, conforme a tabela 11A, já ter exercido cargo de deputado estadual contou muito para continuar, ou voltar, à instituição parlamentar. Parte considerável dos membros da elite legislativa tinha ocupado o posto em algum período. Tal experiência foi bastante relevante nas bancadas de PSB, PMDB, PSDB, PP, PL, PFL, e PTB. Entretanto, a vereança, o outro cargo legislativo pesquisado, não foi tão comum nas trajetórias dos parlamentares. Exercer esse cargo foi mais usual nas bancadas do bloco PT/PC do B, PDT e PPS, assim como passagens pela vice-prefeitura foi mais corriqueiro nas fileiras de PPS e PPD. Mas é válido ressaltar que poucos deputados foram, alguma vez, vice-prefeitos em Minas Gerais, o que pode ser um indicativo da já conhecida falta de significância do posto. Entretanto, os prefeitos apareceram com maior frequência na Assembléia Legislativa de Minas Gerais, especialmente nas bancadas de PMDB, PFL e PPD. Outros cargos de caráter executivo, porém não eletivos, como secretário municipal e estadual, também apareceram no universo. O primeiro posto foi recorrente entre os deputados de PT/PC do B, PDT, PPD e PPS. O segundo, como não poderia ser diferente, entre aquelas agremiações que fizeram parte da base governista, como PSB, PPS, PSDB, PL e PTB.

⁸⁶ Ministros e deputados federais, que foram pouquíssimos em nosso universo, foram agregados na categoria outros.

Como em Minas Gerais, entre os deputados paulistas, as experiências anteriores nos legislativos foram muito constantes, especialmente aquela vivida no interior do parlamento estadual. De acordo com a tabela 11B, nas bancadas de PV, PT/PC do B, PSB, PPD, e em menor medida, no PMDB, PSDB, PP, PL e PTB, boa parte dos legisladores já tinha exercido algum mandato na Assembleia Legislativa de São Paulo. Mas, as passagens pelas Câmaras de Vereadores foram muito mais frequentes do que entre os equivalentes mineiros. Fração majoritária dos parlamentares de PV, PT/PC do B, PSB, PPD, e porcentagem significativa de PMDB, PSDB, PP, PL e PTB exerceram mandatos nos legislativos municipais. O que esses dados nos evidenciam, é que em São Paulo a experiência legislativa como um todo é um atributo muito importante para fazer parte da elite parlamentar, principalmente, porque parte minoritária dos deputados passaram por cargos no poder executivo. Os mais frequentes foram os de secretário municipal, especialmente nas fileiras de PT/PC do B, PSDB, PP e PL. Os vice-prefeitos foram poucos significantes, novamente, sendo mais constantes entre os legisladores do PL e do PTB. Os prefeitos, evidentemente, foram mais comuns que seus vices, notadamente na bancada do PV, e, de maneira menos significativa no PSDB e PTB. Já os secretários estaduais, como em Minas Gerais, foram eleitos por PSDB, PP, PL, PFL e PTB, partidos que estiveram na base do governo tucano desde 1994.

Conforme o exposto na tabela 11C, no Paraná, assim com em São Paulo e Minas Gerais, os ex-secretários estaduais se elegeram por partidos que estavam na coalizão do governo estadual, no caso paranaense, mais especificamente a gestão de Jaime Lerner (1995-2003). Essas legendas são PSDB, PFL e PP. Repetindo o padrão dos outros dois estados, na Assembleia Legislativa do Paraná os cargos no poder executivo, como o de secretário estadual, foram mais raros. Apenas 4 (quatro) legendas tiveram em suas

bancadas ex-vice-prefeitos e ex-secretários municipais. PMDB e PSDB para os dois cargos, PFL para o primeiro e PPS para o segundo. Os prefeitos foram mais comuns, especialmente nas bancadas de PP e PPD, e de forma menos relevante nas bancadas de PSB, PSDB e PTB. De forma contrária, a passagem por cargos legislativos, foram as mais usuais entre os deputados estaduais. Ter exercido mandato de vereador e deputados estadual foi, também no legislativo paranaense, o atributo mais valorizado para candidatar-se ao parlamento estadual. Ex-vereadores foram muito comuns nas representações de PDT, PSDB, PPS, PP, PL, PT, PMDB, e PT/PC do B. Aqueles que já tinham sido eleitos para a Assembléia Legislativa representaram a fração majoritária nas bancadas de PDT, PSDB, PL, PFL, PPD e PTB, e foram porcentagem significativa no PMDB e no bloco PT/PC do B.

Os dados referentes aos cargos ocupados pelos deputados estaduais paranaenses ao longo de suas carreiras corroboram a tendência verificada em Minas Gerais e São Paulo. Ter experiência no processo legislativo é o atributo mais valorizado para fazer parte da elite parlamentar. Mais que formular, compreender e executar políticas públicas, atividades típicas do poder executivo, conhecer o jogo das articulações legislativas em toda a sua complexidade é mais fundamental para exercer o cargo de deputado estadual. Como bem sabemos, o referido processo é constituído por regras formais e informais, e cortado por interesses de toda ordem. Entende-lo, portanto, é o essencial para sobreviver no meio da luta política que se trava nos legislativos. Contudo, não foi possível visualizar padrões diferenciados de carreira. Sabemos da considerável experiência legislativa prévia dos membros dos legislativos, entretanto não pudemos visualizar qualquer relação entre alinhamento ideológico e experiências políticas específicas.

Para resolver esse problema, basta olharmos novamente para a tabela 10D, que relaciona o alinhamento ideológico com os tipos de carreira. Nosso intuito é detalhar a existência, nos grandes alinhamentos, de diferentes formas de construção das trajetórias políticas. Como nos mostram as estatísticas sobre as carreiras mistas e executivas, a passagem por cargos nesse poder é muito mais freqüente entre os deputados de centro e direita. Parece haver um continuum no processo de construção das trajetórias políticas, pois quando caminhamos da esquerda para a direita do espectro ideológico, a chance de um deputado ter ocupado um cargo no executivo aumenta. Tal relação correlaciona a existência de padrões diferenciados de carreira. À esquerda, elas são forjadas frequentemente no legislativo. Como os dados são anteriores à 2002, eles não captaram a expansão das esquerdas, especialmente do bloco PT/PC do B, no poder executivo, de municípios a estados⁸⁷. Como afirmamos na discussão sobre a tipologia das carreiras, as esquerdas, em especial, o bloco PT/PC do B, vêm conquistando espaço ao longo dos anos 90. Esse processo deu-se especialmente nas instituições parlamentares. Tal fato restringiu a carreira de parte considerável dos deputados estaduais alinhados à esquerda aos cargos legislativos. Pelo contrário, os partidos de centro e direita, tinham mais força no executivo. Coalizões de centro-direita governaram o Brasil de 1990 à 2003. Esses partidos têm muita força nos municípios de pequeno e médio porte⁸⁸. Tal predominância foi decisiva para que

⁸⁷ Em 2000, PSB, PDT, PT, PC do B e PV elegeram 541 prefeitos. Em 2004 os mesmos partidos elegeram 889. PT e PC do B juntos elegeram 151 prefeitos no ano 2000. Esse número aumentou para 467 em 2004. Ver: MIGUEL, Luis F. & MACHADO, Carlos. Um equilíbrio delicado: a dinâmica das coligações em eleições municipais (2000-2004). *DADOS: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 50, nº 4, 2007, pp. 757-793.

⁸⁸ Em 2000, os partidos de direita, excluindo aqui os pequenos partidos, elegeram 1959 prefeitos. Em 2004 eles aumentaram esse número para 2042, especialmente graças ao desempenho de PP e PTB, partidos de direita que pertenciam à base do governo Lula. Os partidos de centro no ano 2000 elegeram 2078 prefeitos, ao passo que em 2004 essas organizações elegeram 1999. Ver: MIGUEL, Luis F. & MACHADO, Carlos. Um equilíbrio delicado: a dinâmica das coligações em eleições municipais (2000-2004). *DADOS: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 50, nº 4, 2007, pp. 757-793.

o padrão de carreira de deputados de centro e direita fosse marcado por mais passagens pelo poder executivo.

Vimos, na análise exposta no parágrafo anterior, que os deputados estaduais, conforme o posicionamento de seus partidos no espectro ideológico, tendem a construir carreira políticas diferenciadas. Mas passar por cargos legislativos e executivos não é a única forma de avaliarmos a trajetória dos parlamentares. Uma outra maneira é vislumbrar qual o peso da organização partidária na conquista e manutenção do mandato. Para medirmos essa influência vamos usar os dados sobre migrações partidárias. Mas porque migrações partidárias?

O deputado que abandona a legenda pela qual se elegeu no meio do mandato não depende dela para continuar no cargo, pois se o partido fosse importante não o faria, e as migrações seriam bem menores. Cabe agora, portanto, identificar formas mais individualizadas de construção das carreiras políticas, e não mais explorar a dicotomia executivo/legislativo. Para alcançar esse objetivo, incluímos em nossos dados os deputados que migraram ao menos uma vez. Não nos importa quantas vezes o parlamentar migrou, nem para onde foi. O que nos interessa é o grau de dependência dos deputados em relação aos seus partidos, no que se refere à conquista e manutenção dos cargos. À primeira vista, estudando os dados sobre a Assembléia Legislativa de Minas Gerais, o grau de dependência dos parlamentares alinhados à direita é menor.

As organizações de direita concentraram às migrações na Assembléia Legislativa de Minas Gerais, conforme e exposto na tabela 12A, PP, PL, PFL, PPD e PTB, foram as legendas que mais perderam deputados estaduais durante a legislatura. O caso mais extremo é o PL. Cerca de 86% da bancada liberal no legislativo mineiro trocou de partido.

PPD e PTB também tiveram perdas significativas em suas bancadas. Em contraste com os partidos de direita, o quadro político dos partidos de centro e de esquerda pareceu bastante sólido, pois só houve uma migração fora da direita, no PSB. Contudo, em São Paulo, o centro não pareceu tão sólido.

Na Assembléia Legislativa de São Paulo, de acordo com a tabela 12B, as trocas partidárias foram maiores, especialmente no PMDB e PPS, e residual no PSDB. Na esquerda novamente o PSB apresentou um quadro instável, mas a instabilidade também foi característica na bancada do PDT. Já no bloco PT/PC do B as trocas não foram tão significativas. Entretanto, apesar das migrações serem maiores no centro e na esquerda, se comparado com Minas Gerais, novamente o fenômeno se concentrou entre os parlamentares alinhados à direita do espectro ideológico. No PTB as migrações foram pequenas. No PL, elas resultaram na troca de 1/3 da bancada. Porém, foi nas bancadas de PP e PPD que as trocas foram mais significativas. O Partido Progressista viu mais de 70% de seus parlamentares mudarem de partido. Já os Pequenos Partidos de Direita viram todos os seus parlamentares migrarem. Como o exposto na tabela 12C do anexo, o mesmo aconteceu no Paraná, onde o único representante eleito por esses partidos trocou de legenda.

Também na Assembléia Legislativa do Paraná, as migrações concentraram-se na direita. Elas foram constantes no PFL, PTB e como já dissemos, nos PPD. Assim como em Minas Gerais, nenhum deputado dos partidos de centro trocou de organização. Também, no bloco PT/PC do B nenhum deputado migrou, diferentemente dos outros partidos de esquerda, como PSB e PDT. Tal fato evidencia a distância das características dessas duas legendas do bloco formado por petistas e comunistas, onde apenas um parlamentar migrou nos três estados.

Os dados sobre as bancadas pedetistas e socialistas confirmam o que já tinha sido exposto acerca das outras duas Assembléias Legislativas. Nessas duas organizações, os deputados dependem menos do partido para a conquista do mandato, realidade essa bem diversa de encontrada entre petistas e comunistas. Nesses dois partidos, a militância interna, e a permanência dentro da organização parece ser fundamental para lograr êxito nas eleições legislativas. Os quadros dessas duas legendas dependem da militância partidária, de sindicatos e movimentos sociais que dão base à PT e PC do B, e recursos como esses podem ser fundamentais em eleições onde a concorrência é muito alta. Mas o que dizer dos partidos de centro, onde as migrações também foram pequenas?

Como nos mostra a tabela 12D, elas foram pouco maiores que nos partidos de esquerda. PMDB, PSDB e PPS, construíram bancadas sólidas na 15ª legislatura. O que nos evidencia que a organização é relevante para que os deputados filiados à essas organizações conquistem seus mandatos. Eles não possuem a militância e a base social de PT e PC do B. Estavam na base dos governos estaduais aqui analisados⁸⁹, mas partidos de direita, como o PP, também, e nessas legendas as migrações foram altas. As razões para a estabilidade do quadro partidário dos partidos de centro fogem do objetivo dessa pesquisa. Como nossa intenção é delinear o perfil sociopolítico dos deputados estaduais, nos atemos a indicar que nos partidos de centro os parlamentares dependem da organização partidária para a conquista dos mandatos, diferentemente dos partidos de direita, onde as trocas foram muitas. Mesmo pertencendo a coalizões de governo⁹⁰, onde o acesso privilegiado à verbas públicas poderia segurar o deputado no partido, as migrações nessas legendas

⁸⁹ As exceções foram a seção paranaense do PPS e um facção tucana no mesmo estado.

⁹⁰ Acreditamos que fazer parte da coalizão interfere, mas não é definidor. O PFL fez parte da base governista em São Paulo e Minas Gerais. No primeiro estado deputados do partido não migraram. No segundo 40% da bancada trocou o PFL. Contudo, no Paraná, onde o PFL fez oposição, aproximadamente 86% dos seus parlamentares migraram.

foram constantes. Ou seja, o deputado estadual que se elege por PP, PFL, PTB, PL e pelos Pequenos Partidos de Direita, tem pouquíssima dependência da organização partidária para reconquistar o mandato. Diferentemente do que ocorre nos partidos de esquerda e de centro, consolidar-se como liderança partidária nas legendas de direita parece ser um atributo dispensável para a carreira política.

O que de forma alguma pode ser dispensado é a experiência. Tanto na Assembléia Legislativa, quanto de forma geral. Vimos, analisando dados sobre a trajetória política dos parlamentares, que boa parte deles possuem experiência em cargos legislativos, inclusive dentro da Assembléia, e executivos. Mas qual a extensão dessa experiência? É procuraremos responder na próxima seção.

5.3 Experiência Política

Dominar o funcionamento do processo legislativo, e tudo aquilo que influencia na tomada de posição dos parlamentares, é fundamental para que os deputados tenham uma atuação destacada dentro do parlamento. Experiência, enfim, é essencial para sobreviver. Além dessa óbvia constatação, pretendemos reunir dados sobre essa dimensão do perfil para adiante verificar o quanto ela importa na produção legislativa.

As estatísticas que vamos explorar para entender melhor a dimensão experiência política dizem respeito à ocupação ou não de cargos na estrutura burocrática da Assembléia Legislativa. Ao tempo de carreira dos deputados estaduais exclusivamente dentro do legislativo estadual, e à institucionalização das carreiras, pela qual vamos começar.

Para medirmos a institucionalização das trajetórias definimos uma escala que junta os cargos de vereador, secretário municipal, vice-prefeito, prefeito, deputado estadual e secretário estadual. O deputado estadual ganha 1 ponto conforme os cargos que ocupou nessa escala. Por exemplo: se o parlamentar tiver sido vereador e secretário municipal, ele vai ganhar 2 (dois) pontos, e ganhará um ponto a medida que for ocupando diferentes postos na escala. Não contaremos, todavia, duas vezes o mesmo cargo. Também os diferentes postos da escala não terão peso. Então, essa escala vai de 1 até 6. Entretanto, conforme o exposto nas tabelas 13A, 13B e 13C, nós agregamos os dados em três grandes categorias, para melhor visualização das tendências. Iniciamos nossa investigação por Minas Gerais.

Na Assembléia Legislativa Mineira, somente no PDT a maioria dos deputados estaduais tinha ocupado mais que 2 (dois) cargos. A bancada pedetista apresentou, portanto, o maior nível de institucionalização de carreiras políticas. Também é a mais experiente, quando se fala em número de cargos diferentes ocupados. Depois do PDT, a representação peemedebista foi a que apresentou o maior grau de institucionalização das trajetórias, com números bastante equilibrados nesse quesito. Porém, no geral, os parlamentares, independente do alinhamento ideológico, apresentaram um baixo nível de institucionalização de suas carreiras, e conseqüentemente de experiência política. Esse quadro se repetiu em São Paulo.

No legislativo paulista os partidos apresentaram o mesmo padrão de institucionalização das carreiras políticas. Todavia, naquele estado, nenhum partido teve uma bancada em que majoritariamente os deputados estaduais tenham ocupado três ou mais cargos. No entanto, alguns partidos apresentaram em suas fileiras um padrão levemente diferente. É o caso de PSDB, PP e principalmente PL. As trajetórias dos legisladores das seções paulistas desses

partidos é mais institucionalizada, sem, contudo, se constituir num padrão inteiramente diferente dos demais. A mesma tendência encontramos no Estado do Paraná.

Na instituição parlamentar paranaense, assim como em São Paulo, o grau de institucionalização é baixo, em todos os partidos. Há, entretanto, bancadas onde esse padrão é atenuado, como no caso das representações de PMDB, PP e PPS. Todavia, temos um quadro bastante homogêneo no quesito institucionalização das trajetórias políticas. Talvez, agregando os dados, encontremos algumas diferenças entre as legendas de esquerda, centro e direita.

Conforme a tabela 13D, a esquerda teve as carreiras mais institucionalizadas em Minas Gerais, devido principalmente ao PDT. Nos outros dois estados, as bancadas de centro e de direita mostraram ter trajetórias mais institucionalizadas. Em São Paulo os dois alinhamentos ideológicos se equivaleram. Já no Paraná, os partidos de centro acentuaram essa característica e os partidos de direita apresentaram um perfil levemente diferente. Portanto, os dados nos mostraram que a institucionalização das carreiras políticas é um traço que diferencia deputados de centro, que atingiram o maior grau nesse quesito, direita, com um padrão intermediário, e esquerda, com trajetórias pouco institucionalizadas. Contudo, temos visto que os parlamentares do PDT, assim como do PSB, possuem um perfil sociopolítico, conforme os dados analisados até aqui, mais próximos dos partidos de centro. Obviamente, a representação pedetista de Minas Gerais foi uma exceção. Mas não deixa de chamar atenção como o traço do perfil sociopolítico, analisado acima, aproxima deputados estaduais do PDT e das demais organizações de centro.

Analisando o nível de institucionalização das carreiras, através do procedimento detalhado acima, vimos a existência de diferenças, ainda que tênues, no continuum esquerda-centro-direita. Para continuar procurando padrões heterogêneos de trajetória, vamos aprofundar nossa investigação acerca da experiência política dos legisladores. Para tanto, vamos desenvolver a partir de agora uma análise sobre o tempo de carreira dos deputados estaduais dentro das Assembléias Legislativas. Nosso objetivo é identificar quais as representações mais veteranas, aquelas, enfim, que possuem a maior vivência no processo legislativo dos parlamentos estaduais que estamos pesquisando.

De acordo com a tabela 14A, exposta no anexo, as bancadas mais jovens do legislativo mineiro a partir de 2002 foram do PFL e PPS, além do bloco PT/PC do B. Justamente porque a fração majoritária de seus deputados estaduais não tinha exercido mandato na Assembléia Legislativa. O caso mais notório foi o do PPS, onde nenhum parlamentar tinha ocupado o posto. As demais representações mostraram níveis significativos de experiência legislativa. PDT, PSDB, PP, PL e PPD, apresentaram dados bem distribuídos, porém, menos de 50% de suas bancadas possuía, em 2002, quatro anos ou mais de carreira no parlamento estadual. Exemplo contrário foram os casos de PTB, PSB e PMDB, que promoveram ao legislativo mineiro as representações mais experientes. Nas fileiras de PTB e PMDB, cerca de 57% dos parlamentares tinham quatro anos ou mais de casa, e 100% dos socialistas possuía esse grau de experiência. Assim como em Minas Gerais, em São Paulo conviveram quadros distintos de experiência política.

Conforme a tabela 14B, os deputados alinhados à esquerda eram bem novatos. Majoritariamente, os legisladores de PV, PSB, PPD, PDT e do bloco PT/PC do B não tinham sido eleitos uma vez sequer para a Assembléia Legislativa paulista. A bancada verde foi a mais novata, pois mais de 80% de seus integrantes não haviam passado pelo

legislativo estadual. Nas representações de PSDB, PP, PMDB e PFL, conviveram diferentes níveis de experiência. Nesses partidos foram eleitos deputados novatos e veteranos. Contudo, os partidos que tiveram porcentagem mais relevante de parlamentares experientes em suas fileiras, foram as de PL, PTB e PPS, e o caso desse último chama atenção. Metade da bancada popular socialista era muito experiente em 2002, tendo aquela época 12 (doze) anos ou mais de experiência na ALESP.

No Paraná, assim como em São Paulo e Minas Gerais, não há um padrão homogêneo no traço experiência política, convivendo assim, deputados novatos e experientes. Conforme a tabela 14C, as bancadas do bloco PT/PC do B, de PSB e PPS, tinham pouca experiência na Assembléia Legislativa, especialmente o PSB, pois toda a representação socialista era novata em 2002. Os dados de PSDB, PMDB e PL foram distribuídos pelas 4 (quatro) categorias da tabela, apresentando, assim, um padrão intermediário de tempo de carreira na Assembléia Legislativa. Mas foram PFL, PDT e PTB, que tiveram as maiores porcentagens de parlamentares experientes. A totalidade dos deputados pefelistas e petebistas eleitos em 2002 para o legislativo paranaense tinha 4 anos ou mais de carreira política.

Conforme os dados das seções paranaenses do PFL e do PTB nos indicam, as bancadas agrupadas à direita do espectro ideológico são mais experientes. Nos três estados essa foi a tendência, como nos informa os dados da tabela 14D. Em Minas Gerais, a fração de parlamentares da direita que tinha 4 (quatro) anos ou mais de carreira foi equivalente aos dos partidos de centro. Todavia, a porcentagem daqueles que não tinham exercido o posto de deputado estadual foi menor. Os legisladores pertencentes à agremiações de centro, mostraram possuir um padrão intermediário de experiência política nos legislativos estaduais aqui investigados. Os parlamentares dessas organizações tinham menos tempo

de “casa” que seus colegas de direita e mais que os de esquerda. Esses últimos são, contudo, os mais novatos. Na esquerda, a porcentagem de legisladores com menos de quatro anos de vivência e sem experiência é significativamente mais alta nos três estados. Como vemos, novamente existe um gradiente no estudo que estamos realizando. À medida que caminhamos para a direita do espectro ideológico, mais anos de experiência legislativa possui o deputado estadual. Diferentemente dos padrões de institucionalização, ao categorizarmos as bancadas por tempo de carreira nas Assembléias Legislativas conseguimos aprofundar de forma relevante as diferenças entre as forças políticas representadas no parlamento estadual, no quesito trabalhado acima. Mas será que tal diversidade nos perfis não é maior do que imaginamos?

O último dado que trabalharemos na dimensão experiência é a ocupação ou não de cargos na estrutura burocrática das Assembléias Legislativas. Como sabemos, é a mesa diretora e os líderes partidários que comandam o processo legislativo. Decidem quais projetos vão para pauta. Comandam as negociações que visam mudar ou não o conteúdo de projetos de lei importantes. Orientam suas bancadas nas votações. Enfim, essas são algumas das prerrogativas, formais e informais, que são típicas dos componentes da direção do legislativo. Adiante, vamos tentar encontrar diferenças significativas entre os partidos nesse tipo de experiência. Evidentemente, que todas as bancadas tem seus líderes e os cargos da mesa diretora são divididos entre os partidos, levando em conta, geralmente, o tamanho das legendas na casa. Essa fórmula de distribuição dos postos pode levar a constituição de um padrão homogêneo. Todavia, se isso não acontecer, significa que determinados partidos patrocinam mais candidaturas desse tipo, ou que o tempo dos parlamentares dentro do legislativo é decisivo para obter esse tipo de experiência.

Analisando os dados da tabela 15A, vemos em Minas Gerais bastante heterogeneidade, quando se trata da passagem por cargos na mesa diretora e na liderança de partidos no legislativo estadual. Organizações como PDT, PL, PFL, PPD e o bloco PT/PC do B, não tinham em suas fileiras número significativo de parlamentares com esse tipo de vivência. Chama a atenção, o fato desses dados terem correspondência com o tempo de carreira dos deputados estaduais na Assembléia Legislativa. Todas as bancadas que se enquadram no perfil descrito acima, ou são consideradas novatas, como a do PFL e do bloco PT/PC do B, ou mostraram padrões intermediários de experiência nos legislativos estaduais, tais como PPD, PFL e PDT. Essa tendência continua quando pesquisamos as representações partidárias com experiência mais ampla nesse quesito. A bancada novata do PPS apresentou um quadro de equilíbrio quando trata-se de passagens pela direção do parlamento, e a do PSDB se posicionou de forma análoga quando tratamos da experiência no legislativo estadual, congregando em suas fileiras experiências díspares no item que estamos abordando. As bancadas com mais larga experiência em postos na estrutura burocrática da Assembléia, apresentaram, anteriormente níveis consideráveis de tempo no interior do legislativo estadual. É o caso do PSB, e das bancadas mais veteranas da “casa”, PMDB e PTB. Em São Paulo, essa correspondência continuou sendo linear.

De acordo com a tabela 15B, partidos com deputados que tinham em 2002 pouco ou nenhum tempo de carreira no legislativo paulista, eram os mesmos que possuíam baixos níveis de experiência na direção da Assembléia Legislativa de São Paulo. Esse é o caso das bancadas de PV, PPD e PP. O PTB foge dessa tendência. Uma representação cujos parlamentares possuem tempo considerável de trabalho no parlamento, mas que ao mesmo tempo, encerra baixos níveis de vivência na direção do legislativo estadual. Parece que, ao patrocinar candidaturas à deputado estadual, a seção paulista do PTB leva muito pouco em

conta esse atributo. No restante, a correspondência encontrada entre tempo de carreira e experiência em cargos na direção do Assembléia, continua. O PMDB e o bloco PT/PC do B, respectivamente, pouco e medianamente experientes, apresentaram graus intermediários de passagem por cargos na direção parlamentar. Seguindo essa linha de correspondência, as representações que reuniram a maior porcentagem de deputados estaduais com extensa passagem por cargos na estrutura burocrática do legislativo, foram PSDB e PFL, bancadas com um perfil intermediário de experiência, e PL e PPS, duas das representações mais veteranas no legislativo paulista.

Também no Paraná, de acordo com a tabela 15C, as bancadas mais veteranas eram as que contavam com a maior porcentagem de parlamentares com passagem pela direção no legislativo estadual. São os casos de PDT e PTB. Representações com padrões médios de experiência, como as de PSDB e PP, também possuíam em suas fileiras número considerável de deputados estaduais com extensa vivência em postos de direção na Assembléia Legislativa. PMDB e PL, que apresentaram graus medianos de experiência legislativa, elegeram bancadas equilibradas no item que estamos analisando, ou seja, frações parecidas de parlamentares que exerceram ou não cargos na direção da casa. E como não poderia ser diferente, bancadas novatas apresentaram pouca experiência na direção da Assembléia, até porque, PPS, PSB e PT/PC do B, elegeram em 2002, muitos representantes que não tinham exercido um mandato sequer. Nos três estamos vimos como são correspondentes, tempo de “casa” e vivência na direção dos legislativos. Mas porque exploramos uma relação aparentemente tão óbvia?

Foi uma maneira de mostrarmos como o tempo explica os fenômenos políticos. As bancadas que reuniam os deputados mais experientes também detinham a mais larga vivência na direção do processo decisório. Não é, portanto, uma questão de preferência

partidária, ou seja, de patrocinar de forma privilegiada quem possua o tal atributo. O único caso que fugiu da regra foi a seção paulista do PTB, mas como vimos, em sentido inverso. Mas sim, trata-se de compreendermos como determinados fenômenos influenciam fortemente a constituição de outros (Aron, 2002). Enfim, de entender como o tempo molda as carreiras, e como essas, dependendo de como foi sua construção, influenciam na escolha de diversas formas de ação política. Não é sem motivo, que ao agregarmos os dados sobre ocupação ou não de cargos na estrutura burocrática da casa, como fizemos na tabela 15D, vemos que os partidos de centro e de direita são os que apresentaram porcentagens mais significativas de parlamentares com tal experiência, justo aqueles que elegeram as bancadas com mais tempo de carreira nos legislativos estaduais. Mas como as determinações não são automáticas, vemos que os partidos de centro tiveram fração maior de parlamentares que passaram por cargos na direção dos legislativos estaduais, mesmo tendo, em geral, menos tempo de carreira nas mesmas instituições. Nesse caso é o partido que valoriza mais esse atributo ao lançar seus candidatos nas eleições proporcionais. Essa constatação nos leva a crer, que dirigentes exclusivamente partidários não são tão valorizados quanto aqueles que estão no topo da hierarquia das instituições legislativas. A própria correspondência entre tempo carreira e ocupação de cargos na direção das Assembléias nos leva a essa conclusão. Parte considerável dos eleitos, na direita e especialmente no centro do espectro ideológico, já ocupou um cargo na liderança ou na mesa diretora do legislativo. Caso acontecesse o contrário, ficaria claro que o mais importante é fazer parte da direção partidária, e os recursos, materiais e simbólicos, de ocupar um cargo na estrutura burocrática da casa não seriam tão relevantes. Antes, parece ser necessário se transformar em referência para o partido, se eleger, e posteriormente galgar

posições dentro do legislativo para conquistar mandatos consecutivos. Ser da direção dos parlamentos estaduais, portanto, é um atributo valioso para obter o mandato, e o mesmo só vem com tempo de carreira.

Findada a análise acerca do perfil sociopolítico dos deputados estaduais, vamos traçar um perfil geral dos partidos políticos, com base nos dados sobre os três estados. Tal quadro vai privilegiar as principais tendências encontradas no estudo feito na presente seção, deixando de lado características secundárias. Nosso intuito é, a partir do resumo dos três dimensões acima analisadas, elaborar uma classificação dos partidos. Começamos pelos partidos de esquerda.

5.4 Resumo dos perfis partidários

Esquerda

Bloco PT/PC do B: essas duas organizações concentraram quase a totalidade dos representantes dos movimentos sociais. Quase não havia empresários nessas duas bancadas. A carreira de seus deputados era majoritariamente legislativa e pouco institucionalizada, e o cargo mais comum que ocuparam foram os de vereador, em Minas Gerais e Paraná, e deputado estadual, em São Paulo. Os parlamentares petistas e comunistas eram em geral novatos e possuíam pouca vivência na direção das Assembléias Legislativas. Os legisladores do bloco PT/PC do B, portanto, eram oriundos dos movimentos sociais, possuíam carreiras legislativas e tinham pouca experiência nos legislativos estaduais. Esses dois partidos apresentaram as características mais homogêneas nos três estados, o que nos evidencia a força de suas organizações partidárias e a pouca relevância do federalismo na constituição do perfil sociopolítico de suas bancadas.

PDT: seus deputados possuíam vínculos com entidades patronais, especialmente em Minas Gerais, e outras associações. No estado do Paraná, os pedetistas mostraram forte ligação com a agropecuária. Suas carreiras também foram essencialmente legislativas. Foi muito corriqueira a passagem de seus parlamentares pelos cargos de vereador e deputado estadual. A representação do PDT paulista na assembléia era novata. Já sua equivalente mineira possuía níveis intermediários de vivência no legislativo estadual. E no Paraná, explicitando uma forte tendência federalista, os pedetistas tinham muitos anos de carreira no parlamento daquele estado, sendo uma das bancadas mais experientes da instituição. Também o partido mostrou graus diferenciados de experiência nas direções das Assembléias Legislativas aqui estudadas. Em São Paulo e Minas Gerais, os pedetistas pouco passaram pela direção dos parlamentos estaduais. No Paraná foi uma das bancadas com mais larga experiência no quesito. Um dado interessante sobre o PDT é a institucionalização da carreira de seus parlamentares mineiros. Foi a única representação, não apenas do partido, que se enquadrou nessa categoria. O PDT apresentou um perfil que variou muito entre os estados, mas resumindo suas características: o partido recrutou seus quadros entre as associações patronais e o empresariado. Mostrou forte ligação com o setor agropecuário no Paraná. Mostrou níveis intermediários de experiência, tanto no parlamento propriamente dito, quanto na direção dos mesmos.

PSB: assim como no PDT, os deputados estaduais do PSB possuíam mais vínculos com entidades patronais, especialmente em Minas Gerais, e outras associações. Em suas fileiras havia muitos empresários do setor de serviços, principalmente no Paraná e em São Paulo. As carreiras dos socialistas foram principalmente legislativas, e o cargo mais usual ocupado por eles foi o de deputado estadual. Como todos os partidos, as carreiras dos parlamentares do PSB eram pouco institucionalizadas. Ainda, os deputados estaduais

eleitos pelo PSB tinham pouca ou nenhuma experiência no legislativo e na direção das assembleias. Resumidamente, os socialistas eram ligados ao empresariado do setor de serviços, tinham vínculos com as entidades agregadas na categoria outras organizações, e em geral, eram novatos na dimensão experiência legislativa.

PV: só obteve representação em São Paulo. Naquele parlamento estadual, o partido não teve número significativo de parlamentares recrutados junto ao empresariado, destoando assim de PDT e PSB. Seus quadros foram selecionados junto à outras associações, que escapam do conflito capital-trabalho. Além disso, os verdes construíram trajetórias mistas, não migraram e suas carreiras eram pouco institucionalizadas. Ainda, sua bancada tinha pouca vivência no legislativo e pouca experiência na direção da casa. Enfim os deputados estaduais do PV eram ligados às associações que não refletem a dicotomia capital-trabalho. Também forjaram carreiras mistas e eram novatos nos legislativos.

Centro

PMDB: partido ligado às entidades patronais e associações civis em geral. Ainda o partido mostrou ter ligações com os mais diversos setores do empresariado. Com os produtores rurais em Minas Gerais, os industriais em São Paulo e o setor de serviços no Paraná, onde a bancada peemedebista mostrou ter fortes vínculos com o estrato patronal. Também, os deputados estaduais do PMDB construíram trajetórias políticas essencialmente em instituições legislativas. Além disso, as carreiras dos peemedebistas foram pouco institucionalizadas, o cargo mais usual que ocuparam foi o de vereador, e o partido apresentou níveis intermediários de migração. Apresentou ainda, graus médios de experiência legislativa e vivência na direção das Assembleias. Portanto, o PMDB, mostrou ter ligações com entidades patronais e outras organizações da sociedade. Mostrou

ter amplas ligações com os mais diversos setores empresariais. Também, seus deputados possuíam em 2002 níveis medianos de experiência legislativa.

PSDB: também ligado às associações patronais e às associações que não reproduzem o conflito capital-trabalho. O partido elegeu bancadas com razoáveis ligações com os produtores rurais. Mostrou um quadro heterogêneo no tocante ao tipo das carreiras. Os tucanos mostraram não ter carreira prévia em Minas Gerais, e trajetórias legislativas e mistas em São Paulo e no Paraná, respectivamente. O cargo mais recorrente na história política dos deputados tucanos foi o de vereador. Ainda, a representação do partido tinha uma carreira pouco institucionalizada. As migrações do Partido foram residuais, e a experiência de seus quadros no legislativo foi mediana. Contudo os tucanos mostraram ter larga experiência na direção das Assembléias Legislativas. Dito isso, podemos concluir que as bancadas tucanas eram vinculadas às entidades patronais e ao setor agropecuário. O tipo de carreira construída por seus deputados foi variado, e o partido teve médio grau de experiência no legislativo e alto nas direções das mesmas instituições.

PPS: partido vinculado às entidades patronais e outras associações, sem ligações com movimentos sociais. A sua bancada mineira tinha estreitos vínculos com o setor industrial. Seus parlamentares construíram trajetórias legislativas, e em consequência desse padrão o cargo mais freqüente em suas carreiras foi o de vereador, e as mesmas tinham baixo nível de institucionalização. O PPS também apresentou graus intermediários de migrações partidárias e experiência legislativa, tanto dentro do legislativo com em suas direções. Enfim, o PPS poder ser categorizado como um partido vinculado as associações da sociedade de civil e às entidades patronais. Ligado ao setor industrial. Tinham carreira legislativas e graus intermediários de experiência.

Direita

PTB: ligado às entidades patronais e às outras associações. Os petebistas também possuíam extensos vínculos com o segmento industrial. Seus deputados construíam ainda carreiras legislativas, e o cargo mais comum em suas trajetórias foi o de deputado estadual. Suas carreiras possuíam baixo nível de institucionalização, e seus deputados migraram bastante. Eram experientes, pois estavam há muitos anos nos legislativos e tinham muitas passagens pela direção das instituições.

PFL: os perfis indicavam que o partido possuía ligações com entidades patronais e outras associações. O quadro é muito parecido com o do PMDB. O partido possuía ligações estreitas com os diversos setores econômicos, desde a agricultura, passando pela indústria, chegando ao segmento de serviços. Os deputados estaduais do PFL possuíam carreiras com baixa institucionalização, essencialmente legislativas e o cargo mais freqüente em suas trajetórias foi o de deputado estadual. Além disso, os pefelistas migraram bastante na 15ª legislatura. Ademais, detinham ainda graus intermediários de experiência legislativa.

PP: como os outros partidos de centro e de direita, possuíam mais ligações com organizações patronais e outras associações que não refletiam o conflito capital-trabalho. Os empresários eleitos como deputados estaduais pelo PP vinham especialmente da indústria e do setor de serviços. Suas carreiras mostravam baixos níveis de institucionalização, foram trilhadas especialmente em instituições legislativas e o posto mais usual em suas trajetórias foi o de vereador. Apresentavam ainda padrões médios de experiência legislativa e tinham poucas passagens pela direção das instituições.

PL: os liberais foram recrutados essencialmente nas entidades patronais e nas outras associações. Possuíam, conforme o exposto anteriormente, fortes ligações com o setor industrial, especialmente em Minas Gerais. As carreiras dos deputados estaduais do PL

tinham baixos níveis de institucionalização, suas trajetórias políticas apresentaram padrões diversos, e o cargo mais comum em suas biografias políticas foi o de deputado estadual. Seus representantes trocaram muito de partido, e possuíam grande experiência no interior dos legislativos estaduais e padrões medianos de vivência na direção dos mesmos.

PPD: não fugiu à regra dos partidos de centro e de direita quanto à ligação com entidades patronais e outras associações. Seus parlamentares mostraram ter ligações com o setor de serviços e produtores rurais. Suas carreiras eram mistas, pouco institucionalizadas e as migrações foram especialmente grandes nas bancadas dos pequenos partidos de direita. Possuíam níveis médios de experiência legislativa e poucas passagens pela direção das instituições parlamentares nos estados.

Terminado o quadro geral dos perfis sociopolíticos dos partidos, iniciaremos a parte final do trabalho que vai tratar da produção legislativa. Também nessa seção, discutiremos se existem ou não relações entre os perfis traçados acima e a produção legislativa dos partidos políticos, que é justamente a hipótese do presente trabalho.

6. A Produção Legislativa e Perfil Sociopolítico

Nesta seção, por fim, discutiremos a possibilidade de relação entre o perfil sociopolítico dos partidos e a produção legislativa. Como pano de fundo do teste da presente hipótese, está a dúvida sobre quais os limites da sociologia política para explicar o comportamento legislativo. Portanto, pretendemos procurar as bases sociais da produção legislativa, se é que elas existem.

Como dissemos na seção em que tratamos da metodologia empregada na pesquisa, a produção legislativa tem sido explicada fundamentalmente por teses neoinstitucionalistas e da escolha racional. Essas duas correntes também usaram extensamente esse instrumento de pesquisa para explicar outros fenômenos políticos, além do próprio comportamento parlamentar. São inúmeros estudos que, através da análise dos projetos de lei e das emendas constitucionais, formularam explicações para a formação e funcionamento das coalizões políticas e as relações executivo-legislativo. Essas são pesquisas inescapáveis para o perfeito entendimento das instituições políticas brasileiras. Portanto, mostram-nos tais trabalhos a importância da produção legislativa para os estudos de ciência política, seja qual for sua natureza. Disto isso, para iniciarmos qualquer utilização de PL's e emendas, é necessário classificá-las de alguma forma.

Como informamos anteriormente, vamos usar no presente trabalho a tipologia desenvolvida por Fabiano Santos em sua tese de doutorado. Tal classificação engloba em quatro categorias as leis: Transferência Concentrada de Recursos (TCR), Regulação Concentrada (RC), Regulação Difusa (RD) e Transferência Difusa de Recursos (TDR). A transferência concentrada de recursos (TCR), se referem às leis que destinam títulos,

patrimônios, privilégios e renda à indivíduos, empresas, grupos ou localidades. Exemplos dos projetos de leis que podem ser agregados à essa categoria, são as homenagens, títulos de cidadão honorário e benemérito, e as utilidades públicas. Esses são projetos que visam tirar impostos estaduais de determinadas organizações da sociedade civil. Também incluem entre as TCR's, as seções de imóveis do governo estadual à municípios.

A regulação concentrada (RC) possui o mesmo caráter setorial da TCR, porém seus conteúdos são diferentes. Como o próprio nome dos informa, a RC tem por objetivo a regulação da economia, seja o mercado de bens e serviços, seja o mercado de trabalho. São exemplos dessas leis, projetos que definem a marco regulatório de atividades empresariais, a alíquota de alguns impostos que atingem segmentos específicos, como IPVA. As leis classificadas como TCR e RC são mais comuns, como veremos adiante. Isso se deve a uma característica comum das outras categorias. Vejamos.

A Transferência Difusa de Recurso (TDR) não faz nenhuma referência à indivíduos, grupos ou localidades. Elas simplesmente universalizam um benefício. Já a Regulação Difusa (RD), transfere direitos e deveres à todos os habitantes de um estado. Esse caráter geral, que não faz qualquer tipo de diferenciação entre os estratos sociais, faz com esses tipos de lei sejam apresentadas normalmente na forma de emendas constitucionais. Essas leis são as menos freqüentes, pois o quórum é maior, e as principais leis que podem ser agregadas à esses dois tipos já foram deliberadas no período da redemocratização. Somase a isso, a fato de boa parte das matérias que poderiam ser enquadradas na transferência e regulação difusas pertencem à esfera federal, como as liberdades civis e os direitos trabalhistas e previdenciários. Feitos os devidos esclarecimentos sobre a tipologia a ser empregada é preciso detalhar os critérios de inclusão das leis aprovadas em nosso banco de dados.

Nem todas as leis puderam ser incluídas em nosso estudo, devido às migrações partidárias. Esse fenômeno era corriqueiro na legislatura que pesquisamos⁹¹. Levamos em conta em nossa pesquisa apenas os projetos aprovados pelos legisladores em quanto ele estava no partido pelo qual se elegeu.

Ainda dentro do problema das migrações, não foi incomum os parlamentares que saíram de seus partidos de origem, passaram por outra legenda, e voltaram. As leis aprovadas nesse interregno também não foram levadas em consideração em nosso estudo. Além dessas duas situações, outras duas não permitiram a inclusão de alguns projetos. Os deputados que por um tempo ficaram sem partido e aqueles que migraram antes da posse, outros fatos que não foram tão incomuns nos parlamentos pesquisados, especialmente nesse último caso. A mudança de partido antes do início dos trabalhos legislativos levou a exclusão de nosso banco de alguns deputados individualmente e até de bancadas. É o caso do PTB em São, e dos Pequenos Partidos de Direita (PPD) também em São Paulo e em Minas Gerais. O caso mais gritante é justamente desses micropartidos de orientação conservadora. O rótulo “legenda de aluguel” cai muito bem à essas organizações. Seus deputados estaduais procuraram o mais rápido possível uma estrutura partidária mais confortável. Normalmente, isso se dá migrando para as hostes governistas, ou pelo menos para legendas mais fortes dentro da coalizão situacionista. Tal movimento, puramente fisiológico, permite que projetos políticos setoriais e pessoais continuem atuando dentro dos legislativos.

Os critérios descritos no parágrafo acima nos permitiram construir perfis eminentemente partidários, pois se um deputado eleito por outro partido migrasse, e levássemos em conta os projetos aprovados em sua nova bancada, ele “contaminaria” o

91 Na época não havia a lei que hoje impõe severos limites as trocas partidárias.

perfil daquela organização. O inverso dessa situação também é verdadeiro. Todos os critérios possuem suas falhas e merecem ser discutidos, contudo nós escolhemos desde o início tomar por base o partido de origem do parlamentar e sua atuação naquela legenda, por mais curto que fosse o período. Feitos esses esclarecimentos, é momento de investigarmos a produção legislativa nos três Estados aqui estudados.

Em São Paulo, Minas Gerais e Paraná os dados, de modo geral são iguais. Contudo, na Assembléia Legislativa Paranaense a tendência se atenuou, sem contudo mudar de direção. Por esse fato o Paraná será analisado separadamente.

Em São Paulo e Minas Gerais, conforme as tabelas 16A e 16B, mostraram uma clara preferência por transferir de forma concentrada recursos. Em Minas Gerais, apenas um partido, o PSB, não teve mais de 80% das leis apresentadas inclusas na categoria, TCR. Contudo, essa variação não mudou o padrão geral encontrado nas estatísticas agregadas. Em São Paulo, ocorreu o mesmo fenômeno, contudo, os dados foram mais homogêneos. A menor porcentagem de TCR foi a do PSDB, partido do governador, mesmo assim mais de 85% das leis aprovadas pelo partido enquadravam-se naquela categoria. Portanto, as estatísticas da bancada tucana apenas reproduziram o perfil decisório geral.

Ainda os dados nos mostraram que nem mesmo as principais clivagens dos perfis sociopolíticos foram suficientes para impactar no perfil decisório geral. Os reflexos sociológicos foram inexistentes na produção legal das três Assembléias. No continuum ideológico esquerda-centro-direita não se viu diferenciação. Uma organização de massas como o PT, e seu aliado histórico o PC do B, apresentaram o mesmo padrão que o DEM e o PP. Ou seja, variáveis como vínculos com organizações da sociedade civil, não redundaram em formas diversas de produção legal. O mesmo pode-se afirmar sobre as ligações com segmentos econômicos e a experiência dos legisladores. Vimos como os

partidos de centro e de direita tendem a se ligar a setores diferentes da atividade empresarial, comércio e indústria, respectivamente. Também discutimos como algumas bancadas tem mais experiência política, e nos perguntamos se tal atributo facilitaria a aprovação de matérias mais complexas dentro dos legislativos. As diferenças não tiveram qualquer influência sobre os dados legislativos, nem no tocante a dimensão econômica e muito menos no que se refere à capacidade de aprovar projetos que não se enquadrem na categoria TCR, notoriamente o tipo de lei mais fácil de emplacar nos parlamentos estaduais. O padrão é idêntico, há uma preferência muito grande pelas leis do tipo TCR, não sendo possível estabelecer diferenças entre os partidos políticos, seja lá qual for o critério.

Já no Paraná, de acordo com a tabela 16C, as regulações difusa e especialmente a concentrada tiveram uma participação maior na legislação aprovada. No legislativo paranaense, entretanto, também não é possível correlacionar o maior patrocínio de determinadas tipos de lei com quaisquer dados sociopolíticos. No Paraná, como salientamos anteriormente, o padrão assumiu uma forma mais tênue, com um preferência clara pela transferência concentrada de recursos, porém essa se deu de forma menos intensa do que nos dois outros estados. Apesar do perfil decisório ser o mesmo, o que explicaria essa discrepância? Uma primeira tentativa de explicação seria o caráter da base governista, a única hegemônica pela centro esquerda nos três estados. Os dois principais partidos da coalização, PT e PMDB, fizeram oposição aos projetos de reforma do estado implementados por Lerner nos anos 90. Os contornos de centro esquerda da aliança, deram um impulso visando à reversão das políticas do governo anterior. Essa movimentação gerou uma reação dos demais partidos, que também patrocinaram mais leis de um tipo diferente das corriqueiras TCR's. Outra linha explicativa, seria a própria falta

de regulamentação de muitos assuntos naquele Estado, diferentemente de Minas Gerais e São Paulo. Essas omissões incentivariam os deputados a patrocinar proporcionalmente mais leis destinadas a regulamentação de inúmeras atividades. Mas, em última instância, o perfil decisório não é diferente dos demais estados, pois não há uma correlação, assim como em São Paulo e Minas Gerais, entre o continuum esquerda-centro-direita e padrões específicos de produção legislativa, conforme nos mostra a tabela 17D⁹².

Através das estatísticas detalhadas acima, vimos que muito difícil correlacionar os perfis das bancadas com as leis aprovadas pelas mesmas. Não é possível afirmar que características sociais agregadas influenciam no perfil decisório. Antes, as diferentes características são anuladas por padrões idênticos de produção legislativa.

⁹² A desagregação da tipologia emprega não mudaria a interpretação. Quase a totalidade das leis tipo TCR no Paraná e Minas Gerais foram utilidades públicas. Em São Paulo, além desse tipo de iniciativa, foram frequentes leis que davam nomes de pessoas às estradas, pontes e viadutos, ou seja, homenagens.

7. Conclusão

Transferir recurso de forma concentrada, seja na forma de utilidades públicas, seja na forma de homenagens. Essa é a rotina legislativa dos deputados estaduais mineiros, paulistas e paranaenses. Mas quais fatores explicar o perfil decisório encontrado. É preciso incluir teses novas e voltar a algumas já consagradas sobre o assunto.

Uma explicação é a própria quantidade de projetos de lei aprovadas. Seria mais interessante para captar as diferenças ideológicas entre os partidos nas Assembléias Legislativas, pesquisar, através de estudos de caso o trâmite de matérias que certamente dividiriam opiniões no parlamento. Entretanto, os grandes temas que separam os partidos políticos brasileiros não somariam uma quantidade proporcionalmente significativa de projetos. Debates sobre a carga tributária, o papel do estado na economia, a extensão da proteção social, os direitos civis para homossexuais, são temas que certamente dividem a política brasileira. Porém, se imaginarmos que por iniciativa de uma Assembléia todas essas polêmicas fossem votadas. Num universo de mais de 1000 (mil) leis aprovadas, como em Minas Gerais e São Paulo, elas teriam um peso proporcional insignificante, e não mudariam o perfil decisório daquele legislativo. Isso é um dos limites da análise agregada da produção legislativa.

Além desses estudos de caso, outra forma de estabelecermos as linhas ideológicas que dividem as organizações partidárias são os debates travados entre os legisladores. Uma pesquisa sobre as opiniões e posicionamentos colocados nos discursos parlamentares mostraria, sem dúvida, a diversidade ideológica que certamente existe no interior de qualquer instituição legislativa. Esses discursos não precisam necessariamente remeter-se

à temas que estão em pauta na Assembléia. Pode referir-se à projetos arquivados, programas governamentais que não precisam de aprovação do parlamento, ou até mesmo, os pronunciamentos podem ser uma ressonância dos assuntos nacionais. Mas os reflexos das discussões oriundas na esfera federal revelam outra limitação da análise agregada das leis em nível estadual: a concentração de poderes no Congresso e no próprio executivo nacional.

Os grandes temas que certamente estimulam a diversidade ideológica de partidos e alianças no Brasil são quase exclusivamente tratados na Câmara e no Senado, quando não são matérias exclusiva do presidente da República. O sistema financeiro e político, a tributação e as relações sociais são objeto de regulamentação e reforma da União. Tal situação deve-se ao federalismo concentrado legado pela constituição de 1988. Diferentemente de tradicionais federações como os Estados Unidos, o Canadá e a Argentina, que destinaram maior poder de decisão para os governos estaduais, no Brasil, as instituições subnacionais de governo tiveram seu poder decisório pouco aumentado, mesmo com a redemocratização.

Os estudos de caso e os debates parlamentares podem mostram com mais vivacidade as divisões políticas que existem nas Assembléias Legislativas. O federalismo concentrado, nos ajudam a entender porque os legislativos estaduais não patrocinam leis com caráter mais geral e regulatório. No entanto, apesar de feitas as devidas ressalvas, não podemos ignorar o perfil decisório encontrado, como sendo problema da metodologia ou da estrutura constitucional do país. A despeito do que foi dito acima, a produção legislativa dos parlamentares se resume a agradar as bases, já asseguradas ou potenciais. Enfim, os deputados passam 4 anos fazendo campanha para continuar na Assembléia, ou para serem

eleitos para outras instituições. Essa realidade nos faz contrariar a tese desenvolvida por Fabiano Santos e Amorim Neto.

Os dois autores afirmaram em trabalhos publicados em 2002 e 2003, que a produção legislativa de deputados e senadores, ao contrário do que se imaginava não paroquial, mas nacional. Segundo os pesquisadores, existem limitações constitucionais que impedem um paroquialismo mais acentuado. Entretanto, como ninguém sobrevive politicamente se dedicar atenção às bases, deputados federais e senadores procurariam outros instrumentos para agradar seus aliados regionais. Um desses instrumentos seriam os decretos legislativos. Ou seja, a idéia de que as instituições eleitorais brasileiras, voto proporcional de lista aberta, incentivaria uma atuação eminentemente paroquial não se refletia na produção legal em si. Não foi isso que encontramos em nosso estudo.

Da esquerda para a direita. Das bancadas mais experientes às menos experientes. De empresários à sindicalistas. Todas as clivagens exploradas na seção que tratou dos perfis sociais não tiveram reflexo qualquer na produção legislativa. Acreditamos que esse fenômeno se deve ao peso das instituições eleitorais.

Todos os partidos, independentemente de seu alinhamento ideológico e de seu posicionamento em relação ao executivo federal, patrocinaram um número proporcionalmente muito grande de leis do tipo TCR. Esses dados evidenciam a necessidade que os deputados estaduais possuem de alargar suas bases eleitorais visando à eleição. Homenagens, e principalmente a anistia tributária dada às organizações da sociedade civil, através das utilidades públicas, são recursos extensamente usados para forjar e manter clientelas eleitorais. Somam-se a esses instrumentos os recursos orçamentários e a indicação de correligionários para cargos estaduais baseados nas

diversas regiões dos estados. Forma-se assim o vínculo político, e não partidário que unem prefeitos, vereadores, líderes comunitários e os deputados estaduais.

Essa relação estabelece uma dependência mútua. O presidente de uma associação que vira entidade de utilidade pública, usará seu poder de formador de opinião para angariar votos ao deputado estadual. O correligionário que é indicado à chefia regional de um órgão estadual, por exemplo, os Núcleos ou Delegacias Regionais de Educação, usaram o prestígio e influência, quando a própria estrutura do cargo, para fazer campanha para o legislador. Mas os principais aliados são prefeitos e vereadores. Os principais “puxadores” de votos, necessitam de obras para cumprir promessas de campanha. Muitas vezes essas conveniências levam a situações aparentemente inusitadas. Na falta de um candidato de seu próprio partido, não é incomum que líderes locais apoiem um candidato à Assembleia Legislativa de uma outra organização. Ao invés de utilizarem sua liderança para promoverem candidatos de seus próprios partidos, prefeitos e vereadores e outros formadores de opinião apoiam postulantes com mais chances de eleição. Assim, terão no legislativo estadual um canal para o atendimento de suas necessidades políticas, que só podem ser atendidas com recursos públicos estaduais. Essa dependência aumenta naqueles municípios que não têm arrecadação própria. A capacidade dos deputados de transferir esses recursos, será revertida com votos nas próximas eleições.

Essa situação, em nosso entendimento, é um incentivo das leis eleitorais. Talvez no Congresso Nacional, devido à natureza dos temas mais tratados, os partidos necessitem de um posicionamento ideológico mais claro, e isso tenha um reflexo mais nítido nos padrões de produção legislativa. Contudo, nos estados a realidade é outra. A necessidade de construir amplas bases eleitorais, exigem que os deputados estaduais sejam mais celebridade regionais do que líderes partidários. Mais do que seguir uma diretriz política,

que poderia redundar em diferentes perfis decisórios nos legislativos, parlamentares tornam-se caciques regionais que dominam seus partidos, ou quando não os controlam, usam o recurso das migrações para continuar alocando recursos financeiros e simbólicos para suas bases. Incentivados pelas instituições a obterem o mando político de um conjunto de municípios, os deputados estaduais usam todos os recursos legislativos para terem sucesso nessa tarefa. Tal empreitada em nosso entendimento, explica o perfil decisório paroquialista e clientelista nas Assembléias Legislativas de Minas Gerais, Paraná e São Paulo.

Revisão Bibliográfica:

- ABRÚCIO, F. (2002 [1 ed., 1998]). *Os barões da federação: os governadores e a redemocratização brasileira*. 2 ed. São Paulo: Hucitec.
- AMORIN NETO, O.; SANTOS, F. (2003). O segredo ineficiente revisto: o que propõem e o que aprovam os deputados brasileiros. *Dados - Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 46, n. 4, p. 661-698, .
- ANDRADE, R. C. (ORG.). (1998). *Processo de governo no município e no estado: uma análise a partir de São Paulo*. São Paulo: Edusp.
- BENEVIDES, Maria V. (1989). O PTB e o Trabalhismo: Partido e Sindicato em São Paulo 1945-1964. São Paulo: Editora Brasiliense.
- BOBBIO, Norberto. Elites, Teoria das. In: BOBBIO, Norberto, MATEUCCI, Nicola & PASQUINO, Gianfranco (org.), *Dicionário de Política*. 12ª ed. Brasília: UNB, 1999
- BRAGA, Sérgio S. Elites Políticas e Alternativas de Desenvolvimento na Redemocratização de 1945-1946. *História Econômica e História das Empresas* v. 2 2002: 75-106.
- BRAGA, Sérgio. O que fazem os deputados estaduais paranaenses e por quê? Testando o modelo do Segredo Ineficiente Revisto numa escala subnacional. In: *V Encontro Nacional da Associação Brasileira de Ciência Política*, 2006, Belo Horizonte. Anais do V Encontro da ABCP, 2006.
- BRIGAGÃO, C. (1973). *Poder e legislativo no Brasil: análise política da produção legal de 1959 a 1966*. Rio de Janeiro, Mestrado (Ciência Política) - Departamento de Ciência Política, IUPERJ.
- CARVALHO, José M. (1980). *A construção da ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Campus.
- COUTO, C. G. (1998). Negociação, decisão e governo: padrões interativos na Relação Executivo-Legislativo e o caso paulistano. In: ANDRADE, R. C. (Org.). *Processo de Governo no Município e no Estado: uma análise a partir de São Paulo* . São Paulo: Edusp. Cap. 2. p. 41-72.
- DAHL, Robert. *Um prefácio à teoria democrática*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1989 (1956)
- DAHL, Robert. “Uma crítica do modelo de elite dirigente”. In: *Sociologia Política II*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.
- DAHL, Robert. *Who Governs?*. 28ª ed. New Haven: Yale University Press, 1979.
- DAHRENDRF, Ralf. *As Classes Sociais e seus conflitos na Sociedade Industrial*. Brasília, 1982
- FIGUEIREDO, A. C.; LIMONGI, F. (1994). O processo legislativo e a produção legal no Congresso pós-Constituinte. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 38, p. 24-37, mar.
- FIGUEIREDO, A.; LIMONGI, F. (1999). *Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- FLEISCHER, David V. O Pluripartidarismo no Brasil: Dimensões Socioeconômicas e Regionais do Recrutamento Legislativo. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 49-75, 1981.

- FLEISCHER, David V. As Dimensões do Recrutamento Partidário. In: David Fleischer (Org.). *Os Partidos Políticos no Brasil*, vol. 1. Brasília: UNB, 1981, pp, 45-63.
- GASPARI, Elio. (1980). *A Ditadura Envergonhada*, São Paulo: Cia da Letras.
- HUNTER, Floyd. *Community Power Structure*. New York: Anchor Books, 1963.
- KAPLAN, Abraham & LASSWELL, Harold D. *Poder e Sociedade*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1979.
- KELLER, Suzanne. *O Destino das Elites*. Rio de Janeiro: Forense, 1963.
- KERBAUY, Maria T. As Câmaras Municipais brasileiras: perfil de carreira e percepção sobre o processo decisório local. *Opinião Pública*, Vol. XI, nº 2, Outubro, 2005, p. 337-365.
- LEONI, Eduardo, PEREIRA, Carlos & RENNÓ, Lúcio. Estratégias para sobreviver politicamente: Escolhas de carreiras na Câmara Federal. *Opinião Pública*, Vol IX, nº 1, 2003, pp. 44-67.
- LIMA JR., O. B.; CAMARGO, M. B. (1997). O Legislativo mineiro: democratização, perfil sociopolítico e decisões legislativas (1983-1988). *Teoria e Sociedade*, Belo Horizonte, n. 1, p. 169-189, 1 sem. .
- LIPSET, Seymour. “Prefácio”. In *Sociologia dos Partidos Políticos*. Brasília: UNB, 1982.
- MANNHEIM, Karl. *Liberdade, Poder e Planificação Econômica*. São Paulo, Mestre Jou, 1972.
- MESSENBEGGER, Deborah. A Elite Parlamentar Brasileira (1989-2004). *Sociedade e Estado*. Brasília, v. 22, n. 2, p. 309-370, maio/agosto 2002.
- MICELI, Sérgio. Carne e Osso da Elite Política Brasileira Pós-1930. In: Boris Fausto. (Org.). *O Brasil Republicano*, 3, Sociedade e Política (1930-1964). São Paulo: Difel, 1983, v. 10, p. 557-596.
- MILIBAND, Ralph. (1978). *O Estado na Sociedade Capitalista*. Rio de Janeiro: Zahar.
- MICHELSONS, Robert. *Sociologia dos Partidos Políticos*. Brasília: UNB, 1982.
- MILLS, C. Wright. *A Elite do Poder*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- MIGUEL, Luis F. & MACHADO, Carlos. Um equilíbrio delicado: a dinâmica das coligações em eleições municipais (2000-2004). *DADOS: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 50, nº 4, 2007, pp. 757-793.
- OFFE, Claus. (1984). *Problemas Estruturais do Estado Capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- OPPO, Anna. Socialização Política. In: BOBBIO, Norberto, MATEUCCI, Nicola & PASQUINO, Gianfranco (org.), *Dicionário de Política*. 12ª ed. Brasília: UNB, 1999.
- PESSANHA, C. F. (1997). *Relações entre os poderes Executivo e Legislativo no Brasil: 1946-1994*. São Paulo, 1997. 201 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - FFLCH, Universidade de São Paulo.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. *Mudanças na Classe Política Brasileira*. 1. ed. São Paulo: Publifolha, 2006. v. 1. 181 p.
- SANTOS, André M. Nas fronteiras do Campo Político: raposas e outsiders no Congresso Nacional. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 33, p. 87-101, 1997.
- SANTOS, André M. & SERNA, Miguel. Porque carreira políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento Legislativo no Brasil, Chile e Uruguai. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 64, p. 93-113, 2007.

- SANTOS, Fabiano G. Microfundamentos do Clientelismo Político no Brasil: 1959-1963. *DADOS: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 38, nº 3, 1995, pp. 459-496.
- SANTOS, F. (2003). *O Poder Legislativo no presidencialismo de coalizão*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: UFMG/IUPERJ. (Coleção Origem.)
- SANTOS, Fabiano G. Deputados Federais e Instituições Legislativas no Brasil: 1946-1999. In: Renato Boschi; Eli Diniz; Fabiano Santos (Org). *Elites Políticas e Econômicas no Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000, v., p. 91-117.
- SANTOS, F. (ORG.). (2001). *O poder legislativo nos estados: diversidade e convergência*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- SANTOS, F.; AMORIN NETO, O. (2002). A produção legislativa no Congresso Nacional: entre a paróquia e a nação. In: VIANNA, L. W. (Org.). *A democracia e os três poderes no Brasil*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: UFMG/IUPERJ-FAPERJ. p. 91-139.
- SANTOS, W. G. (2003). *O cálculo do conflito. Estabilidade e crise na política brasileira*. Belo Horizonte: UFMG.
- SCHUMPETER, Joseph. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro: Fondo de Cultura, 1961.
- STONE, Lawrence. "Prosopography". In: Gilbert, Felix & Graubard, Stephen (eds.) *Historical Studies Today*. New Cork: W.W. Norton & Company, 1972, pp. 107-140.
- TAYLOR-ROBINSON; DIAZ, C. (1999). Who gets legislation passed in a marginal legislature and is the label "marginal legislature" still appropriate? A study of Honduran Congress. *Comparative Political Studies*, ??, v. 32, n. 5, p. 589-625, aug.
- WEBER, Max.(2003). *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo: Martin Claret.

Anexo

Sexo	Minas Gerais		São Paulo		Paraná	
	Homens	69	87,3%	85	89,5%	52
Mulheres	7	12,7%	9	10,5%	5	7,1%
nº deputados (a)	76		94		57	
Total	100		100		100	

Fontes: www.almg.gov.br; www.al.sp.gov.br; www.alep.gov.br; www.tse.gov.br

Escolaridade	Minas Gerais		São Paulo		Paraná	
	Superior Completo	60	75,9%	73	76,8%	34
Superior Incompleto	6	7,5%	10	10,5%	9	16%
Médio	6	7,5%	7	7,3%	8	14,2%
Médio Incompleto	-	-	1	1%	1	1,7%
Fundamental	1	1,2%	4	4,2%	1	1,7%
Fundamental Incompleto	1	1,2%	-	-	-	-
Sem Informação	5	6,3%	-	-	3	5,3%
nº deputados (a)	76		94		57	
Total	100		100		100	

Fontes: www.almg.gov.br; www.al.sp.gov.br; www.alep.gov.br; www.tse.gov.br.

Tabela 3A – Distribuição dos Deputados Estaduais em Minas Gerais por formação superior (2003-2007)		
Formação Superior	Minas Gerais	
Engenharia Mecânica	1	1,2%
Geografia	1	1,2%
Agronomia	1	1,2%
Comunicação Social	1	1,2%
Engenharia Ambiental	1	1,2%
Farmácia Veterinária	1	1,2%
Serviço Social	1	1,2%
Veterinária	1	1,2%
Pedagogia	2	2,5%
Ciências Sociais	2	2,5%
Ciências Contábeis	2	2,5%
Filosofia	2	2,5%
Economia	2	2,5%
Teologia	2	2,5%
Matemática	2	2,5%
Administração	3	3,7%
História	3	3,7%
Engenharia Civil	5	6,3%

Medicina	13	16,4%
Direito	19	24%
Sem Informação	6	7,5%
nº de deputados (a)	76	
<i>Fonte: www.almg.gov.br; www.tse.gov.br</i>		

Tabela 3B – Distribuição dos Deputados Estaduais de São Paulo por formação superior (2003-2007)

Formação Superior	São Paulo	
Geólogo	1	1%
Enfermagem	1	1%
Serviço Social	1	1%
Agronomia	1	1%
Geógrafo	1	1%
Pedagogia	1	1%
Arquitetura	1	1%
Contabilidade	1	1%
Matemática	1	1%
Engenharia Sanitária	1	1%
Educação Física	1	1%
Biologia	1	1%
Ciências Sociais	2	2,1%
Comunicação Social	2	2,1%
História	2	2,1%
Psicologia	2	2,1%
Ciências Contábeis	2	2,1%
Filosofia	2	2,1%
Engenharia Civil	3	3,1%
Economia	3	3,1%
Administração	4	4,2%
Teologia	4	4,2%
Medicina	11	11,5%
Direito	31	32,6%
Sem Informação	4	4,2%
nº de deputados (a)	94	
<i>Fontes: www.al.sp.gov.br; www.tse.gov.br</i>		

Tabela 3C – Distribuição dos Deputados Estaduais no Paraná por formação superior (2003-2007)		
Formação Superior	Paraná	
Agronomia	1	1,7%
Educação Física	1	1,7%
Farmácia	1	1,7%
História	1	1,7%
Bioquímica	1	1,7%
Ciências Contábeis	1	1,7%
Filosofia	1	1,7%
Teologia	1	1,7%
Matemática	2	3,5%
Letras	2	3,5%
Engenharia Civil	2	3,5%
Economia	2	3,5%
Medicina	2	3,5%
Administração	3	5,3%
Direito	11	19,6%
Sem Informação	5	8,9%
nº de deputados (a)	57	

Fonte: www.alep.gov.br; www.tse.gov.br

Formação Superior Agregada	Minas Gerais		São Paulo		Paraná	
Jurídicas	19	24%	31	32,6%	11	19,6%
Saúde	14	17,7%	14	14,7%	4	7,1%
Tecnológicas	8	10,1%	5	5,2%	3	5,3%
Humanas	14	17,7%	16	16,8%	5	8,9%
Administração e Economia	5	6,3%	7	7,3%	5	8,9%
Outros	5	6,3%	7	7,3%	4	7,1%
Sem Informação	6	7,6%	4	4,21%	5	8,92%
nº de deputados (a)	76		94		57	
<i>Fontes: www.almg.gov.br; www.al.sp.gov.br; www.alep.gov.br; www.tse.gov.br.</i>						

⁹³ *Jurídicas*: direito. *Saúde*: medicina, enfermagem e farmácia. *Tecnológicas*: Engenharia Civil, Engenharia Ambiental, Engenharia Mecânica, Engenharia Sanitária e Agronomia. *Humanas*: filosofia, pedagogia, geografia, história, ciências sociais, serviço social, comunicação social e teologia. *Outros*: matemática, veterinária, bioquímica e contabilidade.

Tabela 5A - Distribuição dos Deputados Estaduais de Minas Gerais por Ocupação (2003-2007)		
Ocupação	Minas Gerais	
Pedagoga	1	1,3%
Bancário	1	1,3%
Assistente Social	1	1,3%
Metalúrgico	1	1,3%
Cartorário	1	1,3%
Esportista	1	1,3%
Controlador de Vão	1	1,3%
Padre	1	1,3%

Agrônomo	1	1,3%
Fotógrafo	1	1,3%
Jornalista	1	1,3%
Veterinário	1	1,3%
Engenheiro Ambiental	1	1,3%
Pastor	2	2,3%
Comerciante	2	2,3%
Apresentador de TV	2	2,3%
Radialista	3	3,8%
Contador	3	3,8%
Engenheiro Civil	3	3,8%
Funcionário Público	6	7,6%
Advogado	6	7,6%
Produtor Rural	7	8,9%
Professor	7	8,9%
Professor Universitário	8	10,1%
Médico	13	16,4%
Empresário	22	27,8%
Sem Informação	6	7,6%
nº de deputados (a)	76	
<i>Fonte: www.almg.gov.br; www.tse.gov.br</i>		

Tabela 5B – Distribuição dos Deputados Estaduais de São Paulo por ocupação (2003-2007)		
Ocupação	São Paulo	
Geólogo	1	1%
Enfermeira	1	1%
Assistente Social	1	1%
Agrônomo	1	1%
Engenheiro Civil	1	1%
Economista	1	1%
Bióloga	1	1%
Contador	1	1%

Jornalista	1	1%
Padre	1	1%
Técnico em Mecânica	1	1%
Arquiteto	1	1%
Engenheiro Sanitário	1	1%
Estudante	1	1%
Office Boy	1	1%
Operário	2	2,1%
Comerciante	2	2,1%
Bancário	2	2,1%
Delegado	2	2,1%
Executivo	3	3,1%
Policial	3	3,1%
Pastor	4	4,2%
Professor Universitário	4	4,2%
Apresentador de TV	4	4,2%
Professor	5	5,3%
Radialista	7	7,4%
Funcionário Público	7	7,4%
Médico	11	11,6%
Advogado	16	16,8%
Empresário	17	17,9%
Sem Informação	8	8,4%
nº de deputados (a)	94	
<i>Fontes: www.al.sp.gov.br; www.tse.gov.br</i>		

Tabela 5C - Distribuição dos Deputados Estaduais do Paraná por ocupação (2003-2007)		
Ocupação	Paraná	
Secretário Particular	1	1,8%
Oficial Legislativo	1	1,8%
Delegado	1	1,8%
Executivo	1	1,8%
Assessor Legislativo	1	1,8%
Engenheiro Civil	1	1,8%
Bioquímico	1	1,8%
Médico	1	1,8%
Padre	1	1,8%
Petroleiro	1	1,8%
Escritor	1	1,8%
Funcionário de Empresa Privada	1	1,8%
Apresentador de TV	1	1,8%
Corretor de Seguros	2	3,6%
Agricultor	2	3,6%
Comerciante	2	3,6%
Professor Universitário	3	5,3%
Pastor Evangélico	3	5,3%
Professor	3	5,3%
Bancário	4	7,1%
Produtor Rural	4	7,1%
Radialista	5	5,9%
Advogado	5	5,9%
Empresário	10	17,8%
Sem Informação	9	16,1%
nº de deputados (a)	57	

Fonte: www.alep.gov.br; www.tse.gov.br

Tabela 6 – Distribuição dos Deputados Estaduais de Minas Gerais, São Paulo e Paraná por ocupação agregada (2003-2007) ⁹⁴						
Ocupação Agregado	Minas Gerais		São Paulo		Paraná	
Empresário	32	40,5%	20	21%	19	35,2%
Profissões Liberais	30	37%	32	33,7%	8	14,3%
Intelectuais	17	21,5%	15	15,8%	7	12,5%
Comunicadores	5	6,3%	11	11,6%	6	10,7%
Religiosos	3	3,8%	6	6,3%	4	7,1%
Servidor Público	6	7,6%	12	12,6%	11	19,6%
Trabalhadores	1	1,3%	3	3,1%	2	3,6%
Outros	4	5,1%	5	5,3%	2	3,6%
Sem Informação	6	7,6%	7	7,4%	9	16,1%
nº de deputados (a)	76		94		57	
Fontes: www.almg.gov.br ; www.al.sp.gov.br ; www.alep.gov.br ; www.tse.gov.br						

⁹⁴ *Empresariais*: empresário, executivo, comerciante e produtor rural. *Profissões intelectuais*: professor, professor universitário, jornalista, escritor e economista. *Profissionais liberais*: advogado, engenheiro civil, engenheiro ambiental, engenheiro sanitário, engenheiro mecânico, arquiteto, farmacêutico, bioquímico, agrônomo e veterinário. *Comunicadores*: apresentador de TV e radialista. *Religiosos*: padre e pastores (evangélicos e protestantes). *Servidores públicos*: todos aqueles que declararam ser funcionários públicos, mas não especificaram a função, bancários de instituições estatais, controlador de voo, assessor legislativo e oficial legislativo. *Trabalhadores*: office-boy, metalúrgico e agricultor. *Outros*: técnico em mecânica, secretário particular e funcionário de empresa privada, que exerce função administrativa.

Quadro - 1 Espectro Ideológico dos Partidos	
Espectro Ideológico	
Esquerda	PSB, PDT, PT/PC do B e PV
Centro	PMDB, PSDB e PPS
Direita	PP, PL, PFL, PTB e PPD

Tabela 7- Representação Política por Alinhamento Ideológico e Partido em São Paulo, Minas Gerais e Paraná (2003-2007)						
Partidos Políticos	Minas Gerais		São Paulo		Paraná	
<i>Esquerda</i>	22	28,9%	37	39,4%	18	31,6%
PT/PC do B	17	21,5%	22	23,4%	9	16,7%
PSB	2	2,5%	5	5,3%	3	5,5%
PDT	3	3,80%	4	4,2%	6	11,1%
PV	-	-	6	6,4%	-	-
<i>Centro</i>	19	25%	27	28,7%	23	40,4%
PMDB	7	8,9%	4	4,2%	11	20,4%
PSDB	10	12,6%	19	20,2%	9	16,7%
PPS	2	2,5%	4	4,2%	3	5,5%
<i>Direita</i>	35	46,1%	30	31,9%	16	28,1%
PFL	10	12,6%	6	6,4%	6	11,1%
PL	7	8,9%	3	3,2%	2	3,7%
PTB	7	8,9%	7	7,4%	3	5,5%
PP	7	8,9%	7	7,4%	4	7,4%
PPD	3	3,8%	7	7,4%	1	1,8%
	76		94		57	

Fonte: www.almg.gov.br; www.al.sp.gov.br; www.alepr.gov.br; www.tse.gov.br

Tabelas 8A - Vínculos Associativos por Partido em Minas Gerais (2003-2007)							
		Tipo de Vínculo Associativo	Patronal	Movimentos Sociais	Outros	Sem Informação	Total
Partido Político	PT/PC do B		-	12	1	4	17
			-	70,6%	5,9%	23,5%	100%
	PSB		1	-	1	-	2
			50%	-	50%	-	100%
	PDT		1	-	1	1	3
			33,3%	-	33,3%	33,3%	100%
	PMDB		2	-		5	7
			28,6%	-		71,4%	100%
	PSDB		2	-	3	5	10
			20%	-	30%	50%	100%
	PPS		-	-	1	1	2
			-	-	50%	50%	100%
	PP		-	-		8	8
			-	-		100%	100%
	PL		-	-	1	6	7
			-	-	14,3%	85,7%	100%
	DEM		-	-	2	8	10
			-	-	20%	80%	100%
	PPD		-	1	1	1	3
			-	33,3%	33,3%	33,3%	100%
	PTB		2	-	2	3	7
			28,6%	-	28,6%	42,9%	100%
	Total		8	13	13	42	76
			10,5%	17,1%	17,1%	55,3%	100%

Fonte: www.almg.gov.br; www.tse.gov.br

Tabela 8B - Vínculos Associativos por Partido em São Paulo (2003-2007)							
		Tipo de Vínculo Associativo	Patronal	Movimentos sociais	Outros	Sem Informação	Total
Partido Político	PV		-	1	-	5	6
			-	16,7%	-	83,3%	100%
	PT/PC do B		-	16	-	6	22
			-	72,7%	-	27,3%	100%
	PSB		1	-	1	3	5
			20%	-	20%	60%	100%
	PDT		-	-	1	3	4
			-	-	25%	75%	100%
	PMDB		-	-	1	3	4
			-	-	25%	75%	100%
	PSDB		-	3	4	12	19
			-	15,8%	21,1%	63,2%	100%
	PPS		-	-	1	3	4
			-	-	25%	75%	100%
	PP		-	-	1	6	7
			-	-	14,3%	85,7%	100%
	PL		-	-	-	3	3
			-	-	-	100%	100%
	DEM		-	-	1	5	6
			-	-	16,7%	83,3%	100%
	PPD		-	-	2	5	7
			-	-	28,6%	71,4%	100%
	PTB		-	-	-	7	7
			-	-	-	100%	100%
	Total		1	20	12	61	94
			1,1%	21,3%	12,8%	64,9%	100%

Fonte: www.al.sp.gov.br; www.tse.gov.br

Tabelas 8C - Vínculos Associativos por Partido no Paraná (2003-2007)						
		Tipos de Vínculos Associativos	Movimentos Sociais	Outros	Sem Informação	Total
Partido Político	PT/PC do B		6	1	2	9
			66,7%	11,1%	22,2%	100%
	PSB		-	-	3	3
			-	-	100%	100%
	PDT		-	3	3	6
			-	50%	50%	100%
	PMDB		1	4	6	11
			9,1%	36,4%	54,5%	100%
	PSDB		1	2	6	9
			11,1%	22,2%	66,7%	100%
	PPS		-	2	1	3
			-	66,7%	33,3%	100%
	PP		-	1	3	4
			-	25%	75%	100%
	PL		-	-	2	2
			-	-	100%	100%
	DEM		-	-	6	6
			-	-	100%	100%
	PPD		-	-	1	1
			-	-	100%	100%
	PTB		-	2	1	3
			-	66,7%	33,3%	100%
	Total		8	15	34	57
			14%	26,3%	59,6%	100%

Fonte: www.alepr.gov.br; www.tse.gov.br

Tabela - 8D Vínculos Associativos por Alinhamento Ideológico em Minas Gerais, São Paulo e Paraná (2003-2007)

Minas Gerais

		Tipo de Vínculo Associativo	Patronal	Movimentos Sociais	Outros	Sem Informação	Total
Alinhamento Ideológico	Esquerda		2	12	3	5	22
			9,1%	54,5%	13,6%	22,7%	100%
	Centro		4	-	4	11	19
			21,1%	-	21,1%	57,9%	100%
	Direita		2	1	6	26	35
			5,7%	2,9%	17,1%	74,3%	100%
	Total		8	13	13	42	76
			10,5%	17,1%	17,1%	55,3%	100%

São Paulo

			Patronal	Movimentos Sociais	Outros	Sem Informação	Total
	Esquerda		1	17	2	17	37
			2,7%	45,9%	5,4%	45,9%	100%
	Centro		-	3	6	18	27
			-	11,1%	22,2%	66,7%	100%
	Direita		-	-	4	26	30
			-	-	13,3%	86,7%	100%
	Total		1	20	12	61	94
			1,1%	21,3%	12,8%	64,9%	100%

Paraná

			Movimentos Sociais	Outros	Sem Informação	Total
	Esquerda		6	4	8	18
			33,3%	22,2%	44,4%	100%
	Centro		2	8	13	23
			8,7%	34,8%	56,5%	100%
	Direita			3	13	16
				18,8%	81,3%	100%
	Total		8	15	34	57
			14%	26,3%	59,6%	100%

Fonte: www.almg.gov.br; www.al.sp.gov.br; www.alep.gov.br; www.tse.gov.br

Tabela 9A - Atividade Empresarial por Partido em Minas Gerais (2003-2007)									
		Atividade Empresarial	Indústria	Agropecuária	Serviços	Finanças	Sem Informação	Somente Empresário	Total
Partido Político	PT/PC do B		-	-	-	-	17	-	17
			-	-	-	-	100%	-	100%
	PSB		1	-	-	-	1	-	2
			50%	-	-	-	50%	-	100%
	PDT		-	-	-	-	3	-	3
			-	-	-	-	100%	-	100%
	PMDB		-	1	1	-	4	1	7
			-	14,3%	14,3%	-	57,1%	14,3%	100%
	PSDB		-	3	1	1	5	-	10
			-	30%	10%	10%	50%	-	100%
	PPS		1	-	-	-	1	-	2
			50%	-	-	-	50%	-	100%
	PP		-	1	1	1	5	-	8
			-	12,5%	12,5%	12,5%	62,5%	-	100%
	PL		3	1	-	-	3	-	7
			42,9%	14,3%	-	-	42,9%	-	100%
	DEM		1	3	1	-	5	-	10
			10%	30%	10%	-	50%	-	100%
	PPD		-	1	-	-	1	1	3
			-	33,3%	-	-	33,3%	33,3%	100%
	PTB		1	2	-	-	4	-	7
			14,3%	28,6%	-	-	57,1%	-	100%
	Total		7	12	4	2	49	2	76
			9,2%	15,8%	5,3%	2,6%	64,5%	2,6%	100%

Fonte: www.almg.gov.br; www.tse.gov.br

Tabela 9B - Atividade Empresarial por Partido em São Paulo (2003-2007)							
		Atividade Empresarial	Indústria	Serviços	Sem Informação	Somente empresário	Total
Partido Político	PV		-	-	6	-	6
			-	-	100%	-	100%
	PT/PC do B		-	1	21	-	22
			-	4,5%	95,5%	-	100%
	PSB		-	1	4	-	5
			-	20%	80%	-	100%
	PTB		-	-	4	-	4
			-	-	100%	-	100%
	PMDB		1	-	2	1	4
			25%	-	50%	25%	100%
	PSDB		1	4	14	-	19
			5,3%	21,1%	73,7%	-	100%
	PPS		-	-	4	-	4
			-	-	100%	-	100%
	PP		-	2	5	-	7
			-	28,6%	71,4%	-	100%
	PL		-	-	3	-	3
			-	-	100%	-	100%
	DEM		1	1	2	2	6
			16,7%	16,7%	33,3%	33,3%	100%
	PPD		1	1	4	1	7
			14,3%	14,3%	57,1%	14,3%	100%
	PTB		1	-	6	-	7
			14,3%	-	85,7%	-	100%
	Total		5	10	75	4	94
			5,3%	10,6%	79,8%	4,3%	100%

Fontes: www.al.sp.gov.br; www.tse.gov.br

Tabela 9C - Atividade Empresarial por Partido no Paraná (2003-2007)							
		Atividade Empresarial	Indústria	Agropecuária	Serviços	Sem Informação	Total
Partido Político	PT/PC do B		-	-	1	8	9
			-	-	11,1%	88,9%	100%
	PSB		-	-	1	2	3
			-	-	33,3%	66,7%	100%
	PDT		-	1	-	5	6
			-	16,7%	-	83,3%	100%
	PMDB		1	1	4	5	11
			9,1%	9,1%	36,4%	45,5%	100%
	PSDB		-	1	1	7	9
			-	11,1%	11,1%	77,8%	100%
	PPS		-	-	-	3	3
			-	-	-	100%	100%
	PP		1	-	-	3	4
			25%	-	-	75%	100%
	PL		-	-	-	2	2
			-	-	-	100%	100%
	DEM		1	-	-	5	6
			16,7%	-	-	83,3%	100%
	PPD		-	-	-	1	1
			-	-	-	100%	100%
	PTB		1	-	-	2	3
			33,3%	-	-	66,7%	100%
	Total		4	3	7	43	57
			7%	5,3%	12,3%	75,4%	100%

Fonte: www.al.sp.gov.br; www.tse.gov.br

Tabela 9D - Atividade Empresarial por Alinhamento Ideológico em Minas Gerais, São Paulo e Paraná (2003-2007)

Minas Gerais								
	Atividade Empresarial	Indústria	Agropecuária	Serviços	finanças	Sem Informação	Somente Empresário	Total
Alinhamento Ideológico	Esquerda	1	-	-	-	21	-	22
		4,5%	-	-	-	95,5%	-	100%
	Centro	1	4	2	1	10	1	19
		5,3%	21,1%	10,5%	5,3%	52,60%	5,3%	100%
	Direita	5	8	2	1	18	1	35
		14,3%	22,9%	5,7%	2,9%	51,40%	2,9%	100%
	Total	7	12	4	2	49	2	76
		9,2%	15,8%	5,3%	2,6%	64,50%	2,6%	100%
São Paulo								
	Atividade Empresarial	Indústria	Serviços	Sem informação	Somente Empresário	Total		
Alinhamento Ideológico	Esquerda	-	2	35	-	37		
		-	5,4%	94,6%	-	100%		
	Centro	2	4	20	1	27		
		7,4%	14,8%	74,1%	3,7%	100%		
	Direita	3	4	20	3	30		
		10%	13,3%	66,7%	10%	100%		
	Total	5	10	75	4	94		
		5,3%	10,6%	79,8%	4,3%	100%		
Paraná								
	Atividade Empresarial	Indústria	Agropecuária	Serviços	Sem Informação	Total		
Alinhamento Ideológico	Esquerda	-	1	2	15	18		
		-	5,6%	11,1%	83,3%	100%		
	Centro	1	2	5	15	23		
		4,3%	8,7%	21,7%	65,2%	100%		
	Direita	3	-	-	13	16		
		18,8%	-	-	81,3%	100%		
	Total	4	3	7	43	57		
		7%	5,3%	12,3%	75,4%	100%		
Fontes: www.almg.gov.br ; www.al.sp.gov.br ; www.dep.gov.br ; www.tse.gov.br								

Tabela 10 A - Tipo de Carreira por Partido em Minas Gerais (2003-2007)							
		Tipo de Carreira	Executiva	Legislativa	Mista	Sem Carreira Prévia	Total
Partido Político	PT/PC do B		1	6	5	5	17
			5,9%	35,3%	29,4%	29,4%	100%
	PSB		-	2	-	-	2
			-	-	-	-	100%
	PDT		-	2	1	-	3
			-	66,7%	33,3%	-	100%
	PMDB		-	1	5	1	7
			-	14,3%	71,4%	14,3%	100%
	PSDB		1	3	2	4	10
			10%	30%	20%	40%	100%
	PPS		2	-	-	-	2
			100%	-	-	-	100%
	PP		-	4	3	1	8
			-	50%	37,5%	12,5%	100%
	PL		-	2	2	3	7
			-	28,6%	28,6%	42,9%	100%
	DEM		-	3	3	4	10
			-	30%	30%	40%	100%
	PPD		1	1	1	-	3
			33,3%	33,3%	33,3%	-	100%
	PTB		-	4	2	1	7
			-	57,1%	28,6%	14,3%	100%
	Total		5	28	24	19	76
			6,6%	36,8%	31,6%	25%	100%

Fonte: www.almg.gov.br; www.tse.gov.br

Tabela 10 B - Tipo de Carreira por Partido em São Paulo (2003-2007)						
		Tipo de Carreira			Sem Carreira Prévia	
Partido Político			Legislativa	Mista		Total
	PV		1	3	2	6
			16,7%	50%	33,3%	100%
	PT/PC do B		17	3	2	22
			77,3%	13,6%	9,1%	100%
	PSB		4	-	1	5
			80%	-	20%	100%
	PDT		-	1	3	4
			-	25%	75%	100%
	PMDB		3	-	1	4
			75%	-	25%	100%
	PSDB		10	6	3	19
			52,6%	31,6%	15,8%	100%
	PPS		3	-	1	4
			75%	-	25%	100%
	PP		3	3	1	7
			42,9%	42,9%	14,3%	100%
	PL		1	1	1	3
			33,3%	33,3%	33,3%	100%
	DEM		4	1	1	6
			66,7%	16,7%	16,7%	100%
	PPD		4	-	3	7
			57,1%	-	42,9%	100%
	PTB		5	2	-	7
			71,4%	28,6%	-	100%
	Total		55	20	19	94
			58,5%	21,3%	20,2%	100%

Fontes: www.al.sp.gov.br; www.tse.gov.br

Tabela 10 C - Tipo de Carreira por Partido na Assembléia Legislativa do Paraná (2003-2007)							
		Tipo de Carreira	Executiva	Legislativa	Mista	Sem Carreira Prévia	Total
Partido Político	PT/PC do B		-	6	2	1	9
			-	66,7%	22,2%	11,1%	100%
	PSB		1	-	-	2	3
			33,3%	-	-	66,7%	100%
	PDT		-	5	-	1	6
			-	83,3%	-	16,7%	100%
	PMDB		-	7	3	1	11
			-	63,6%	27,3%	9%	100%
	PSDB		-	2	5	2	9
			-	22,2%	55,6%	22,2%	100%
	PPS		-	2	1	-	3
			-	66,7%	33,3%	-	100%
	PP		-	1	2	1	4
			-	25%	50%	25%	100%
	PL		-	2	-	-	2
			-	100%	-	-	100%
	DEM		-	3	3	-	6
			-	50%	50%	-	100%
	PPD		-	-	1	-	1
			-	-	100%	-	100%
	PTB		-	2	1	-	3
			-	66,7%	33,3%	-	100%
	Total		1	30	18	8	57
			1,8%	52,6%	31,6%	14%	100%

Fontes: www.alep.gov.br; www.tse.gov.br

Tabela 10 D – Tipo de Carreira por Alinhamento Ideológico em Minas Gerais, São Paulo e Paraná (2003-2007)

Minas Gerais							
		Tipo de Carreira	Executiva	Legislativa	Mista	Sem Carreira Prévia	Total
Alinhamento Ideológico	Esquerda		1	10	6	5	22
			4,5%	45,5%	27,3%	22,7%	100%
	Centro		3	4	7	5	19
			15,8%	21,1%	36,8%	26,3%	100%
	Direita		1	14	11	9	35

			2,9%	40%	31,4%	25,7%	100%
	Total		5	28	24	19	76
			6,6%	36,8%	31,6%	25%	100%
São Paulo							
		Tipo de Carreira	Legislativa	Mista	Sem carreira prévia	Total	
Alinhamento Ideológico	Esquerda		22	7	8	37	
			59,5%	18,9%	21,6%	100%	
	Centro		16	6	5	27	
			59,3%	22,2%	18,5%	100%	
	Direita		17	7	6	30	
			56,7%	23,3%	20%	100%	
	Total		55	20	19	94	
			58,5%	21,3%	20,2%	100%	
Paraná							
		Tipo de Carreira	Executiva	Legislativa	Mista	Sem Carreira Prévia	Total
Alinhamento Ideológico	Esquerda		1	11	2	4	18
			5,6%	61,1%	11,1%	22,2%	100%
	Centro		-	11	9	3	23
			-	47,8%	39,1%	13%	100%
	Direita		-	8	7	1	16
			-	50%	43,8%	6,3%	100%
	Total		1	30	18	8	57
			1,80%	52,6%	31,%	14%	100%
<i>Fontes: www.almg.gov.br; www.al.sp.gov.br; www.alep.gov.br; www.tse.gov.br</i>							

Tabela 11 A – Cargos Ocupados por Partido em Minas Gerais (2003-2007)								
	Cargo	Vereador	Secretário Municipal	Vice - Prefeito	Prefeito	Deputado Estadual	Secretário Estadual	Outros Cargos ⁹⁵
Partido Político	PT/PC do B	9	5	1	1	6	1	-
		52,9%	29,4%	5,9%	5,9%	35,3%	5,9%	-
	PSB	-	-	-	-	2	1	-
		-	-	-	-	100%	50%	-
	PDT	3	1	-	-	2	-	-
		100%	33,3%	-	-	66,7%	-	-
	PMDB	2	2	1	3	6	2	-
		28,6%	28,6%	14,3%	42,9%	85,7%	28,6%	-
	PSDB	-	1	-	-	5	2	-
		-	10%	-	-	50%	20%	-
	PPS	1	1	1	-	-	1	-
		50%	50%	50%	-	-	50%	-
	PP	3	1	2	-	6	-	-
		37,5%	12,5%	25%	-	75%	-	-
	PL	-	-	-	1	4	1	-
		-	-	-	14,3%	57,1%	14,3%	-
	DEM	2	-	-	4	5	-	1
		20%	-	-	40%	50%	-	-
	PPD	-	1	1	1	2	-	-
		-	33,3%	33,3%	33,3%	66,7%	-	-
	PTB	-	-	-	1	6	1	-
		-	-	-	14,3%	85,7%	14,3%	-
	Total	20	12	6	11	44	9	1
		26,3%	15,8%	7,9%	14,5%	57,9%	11,8%	1,3%

Fontes: www.almg.gov.br; www.tse.gov.br

⁹⁵ Outros cargos: deputado federal, senador e ministros.

Tabela 11B - Cargos Ocupados por Partido em São Paulo (2003-2007)								
	Cargos	Vereador	Secretário Municipal	Vice-Prefeito	Prefeito	Deputado Estadual	Secretário Estadual	Outros Cargos
Partido Político	PV	3	-	-	1	3	-	-
		50%	-	-	16,7%	50%	-	-
	PT/PC do B	13	3	-	-	14	-	-
		59,1%	13,6%	-	-	63,6%	-	-
	PSB	3	-	-	-	3	-	-
		60%	-	-	-	60%	-	-
	PDT	-	1	-	-	1	-	-
		-	25%	-	-	25%	-	-
	PMDB	1	-	-	-	3	-	-
		25%	-	-	-	75%	-	-
	PSDB	6	3	2	3	16	3	-
		31,6%	15,8%	10,5%	15,8%	84,2%	15,8%	-
	PPS	-	-	-	-	3	-	-
		-	-	-	-	75%	-	-
	PP	2	1	1	3	6	1	1
		28,6%	14,3%	14,3%	42,9%	85,7%	14,3%	14,3%
	PL	1	1	1	-	2	1	-
		33,3%	33,3%	33,3%	-	66,7%	33,3%	-
	DEM	1	-	-	-	5	1	-
		16,7%	-	-	-	83,3%	16,7%	-
	PPD	4	-	1	-	2	-	-
		57,1%	-	14,3%	-	28,6%	-	-
	PTB	2	-	2	1	7	1	-
		28,6%	-	28,6%	14,3%	100%	14,3%	-
	Total	36	9	7	8	65	7	1
		36,3%	9,6%	7,4%	8,5%	69,1%	7,4%	1,1%

Fontes: www.al.sp.br; www.tse.gov.br

Tabela 11C - Cargos Ocupados por Partido no Paraná (2003-2007)								
		Vereador	Secretário Municipal	Vice-Prefeito	Prefeito	Deputado Estadual	Secretário Estadual	Outros Cargos
Partido Político	PT/PC do B	6	-	-	2	3	-	-
		66,7%	-	-	22,2%	33,3%	-	-
	PSB	-	-	-	1	-	-	-
		-	-	-	33,3%	-	-	-
	PDT	4	-	-	1	5	-	-
		66,7%	-	-	16,7%	83,3%	-	-
	PMDB	5	1	2	2	5	-	1
		45,5%	9,1%	18,2%	18,2%	45,5%	-	9,1%
	PSDB	5	1	1	3	5	1	-
		55,6%	11,1%	11,1%	33,3%	55,6%	11,1%	-
	PPS	3	1	-	-	1	-	-
		100%	33,3%	-	-	33,3%	-	-
	PP	2	-	-	2	2	1	1
		50%	-	-	50%	50%	25%	25%
	PL	1	-	-	-	2	-	-
		50%	-	-	-	100%	-	-
	DEM	3	-	1	1	5	3	1
		50%	-	16,7%	16,7%	83,3%	50%	16,7%
	PPD	-	-	-	1	1	-	-
		-	-	-	100%	100%	-	-
	PTB	2	-	-	1	3	-	-
		66,7%	-	-	33,3%	100%	-	-
	Total	31	3	4	14	32	5	3
		54,4%	5,3%	7%	25,6%	56,1%	8,8%	5,3%

Fonte: www.alep.gov.br; www.tse.gov.br

Tabela 12A – Migrações em Minas Gerais (2003-2007)					
		Migrou	Não	Sim	Total
Partido Político	PT/PC do B		17		17
			100%		100%
	PSB		1	1	2
			50%	50%	100%
	PDT		3		3
			100%		100%
	PMDB		7		7
			100%		100%
	PSDB		9	1	10
			90%	10%	100%
	PPS		2		2
			100%		100%
	PP		5	3	8
			62,5%	37,5%	100%
	PL		1	6	7
			14,3%	85,7%	100%
	DEM		4	6	10
			40%	60%	100%
	PPD		1	2	3
			33,3%	66,7%	100%
	PTB		2	5	7
			28,6%	71,4%	100%
	Total		52	24	76
			68,4%	31,6%	100%
<i>Fonte: www.almg.gov.br; www.tse.gov.br</i>					

Tabela 12B – Migrações por Partido em São Paulo (2003-2007)					
		Migrou	Não	Sim	Total
Partido Político	PV		5	1	6
			83,3%	16,7%	100%
	PT/PC do B		21	1	22
			95,5%	4,5%	100%
	PSB		3	2	5
			60%	40%	100%
	PDT		3	1	4
			75%	25%	100%
	PMDB		3	1	4
			75%	25%	100%
	PSDB		18	1	19
			94,7%	5,3%	100%
	PPS		3	1	4
			75%	25%	100%
	PP		2	5	7
			28,6%	71,4%	100%
	PL		2	1	3
			66,7%	33,3%	100%
	DEM		6		6
			100%		100%
	PPD			7	7
				100%	100%
	PTB		6	1	7
			85,70%	14,3%	100%
	Total		72	22	94
			76,6%	23,4%	100%
<i>Fonte: www.sp.gov.br; www.tse.gov.br</i>					

Tabela 12C – Migrações no Paraná (2003-2007)					
		Migrou	Não	Sim	Total
Partido Político	PT/PC do B		9	-	9
			100%	-	100%
	PSB		2	1	3
			66,7%	33,30%	100%
	PDT		5	1	6
			83,3%	16,70%	100%
	PMDB		11	-	11
			100%	-	100%
	PSDB		9	-	9
			100%	-	100%
	PPS		3	-	3
			100%	-	100%
	PP		4	-	4
			100%	-	100%
	PL		2	-	2
			100%	-	100%
	DEM		1	5	6
			16,7%	83,3%	100%
	PPD		-	1	1
			-	100%	100%
	PTB		1	2	3
			33,3%	66,7%	100%
	Total		47	10	56
			82,5%	17,5%	100%
<i>Fontes: www.alepr.gov.br; www.tse.gov.br</i>					

Tabela 12D – Migrações por Alinhamento Ideológico em Minas Gerais, São Paulo e Paraná (2003-2007)

Alinhamento Ideológico	Minas Gerais		São Paulo		Paraná	
	Esquerda	1	22	5	37	2
	4,5%	100%	13,5%	100%	11,1%	100%
Centro	1	19	3	27	-	23
	5,3%	100%	11,1%	100%	-	100%
Direita	22	35	14	30	8	16
	6,3%	100%	46,6%	100%	50%	100%
Total	24	76	22	94	10	56
	31,6%	100%	23,4%	100%	18,5%	100%

Fontes: www.almg.gov.br; www.al.sp.gov.br; www.alep.gov.br; www.tse.gov.br

Tabela 13A – Institucionalização das Carreiras em Minas Gerais (2003-2007)					
		Níveis de Institucionalização da Carreira	Até 2	Até 4	Total
Partido Político	PT/PC do B		13	4	17
			76,5%	23,5%	100%
	PSB		2	-	2
			100%	-	100%
	PDT		1	2	3
			33,3%	66,7%	100%
	PMDB		4	3	7
			57,1%	42,9%	100%
	PSDB		10	-	10
			100%	-	100%
	PPS		2	-	2
			100%	-	100%
	PP		7	1	8
			87,5%	12,5%	100%
	PL		7	-	7
			100%	-	100%
	DEM		9	1	10
			90%	10%	100%
	PPD		3	-	3
			100%	-	100%
	PTB		7	-	7
			100%	-	100%
	Total		65	11	76
			85,5%	14,5%	100%

Fontes: www.almg.gov.br; www.tse.gov.br

Tabela 13B – Institucionalização das Carreiras por Partido em São Paulo (2003-2007)

Partido Político	Níveis de Institucionalização de Carreira	Até 2	Até 4	Até 6	Total
PV		6	-	-	6
		100%	-	-	100,00%
PT/PC do B		21	1	-	22
		95,5%	4,5%	-	100,00%
PSB		5	-	-	5
		100%	-	-	100,00%
PDT		4	-	-	4
		100%	-	-	100,00%
PMDB		4	-	-	4
		100%	-	-	100,00%
PSDB		15	4	-	19
		78,9%	21,1%	-	100,00%
PPS		4	-	-	4
		100%	-	-	100,00%
PP		5	2	-	7
		71,4%	28,6%	-	100,00%
PL		2	-	1	3
		66,7%	-	33,30%	100,00%
DEM		6	-	-	6
		100%	-	-	100,00%
PPD		6	1	-	7
		85,7%	14,3%	-	100,00%
PTB		7	-	-	7
		100%	-	-	100,00%
Total		85	8	1	94
		90,4%	8,5%	1,10%	100%

Fonte: www.al.sp.gov.br; www.tse.gov.br

Tabela 13C – Institucionalização das Carreiras por Partido no Paraná (2003-2007)

		Níveis de Institucionalização das Carreiras	Até 2	Até 4	Total
Partido Político	PT/PC do B		9	-	9
			100%	-	100%
	PSB		3	-	3
			100%	-	100%
	PDT		5	1	6
			83,3%	16,7%	100%
	PMDB		8	3	11
			72,7%	27,3%	100%
	PSDB		7	2	9
			77,8%	22,2%	100%
	PPS		2	1	3
			66,7%	33,3%	100%
	PP		3	1	4
			75%	25%	100%
	PL		2	-	2
			100%	-	100%
	DEM		5	1	6
			83,3%	16,7%	100%
	PPD		1	-	1
			100%	-	100%
	PTB		3	-	3
			100%	-	100%
	Total		48	9	57
			84,2%	15,8%	100%

Fonte: www.alep.gov.br; www.tse.gov.br

Tabela 13D – Institucionalização das Carreiras por Alinhamento Ideológico nos Estado de Minas Gerais, São Paulo e Paraná (2003-2007)						
Minas Gerais						
		Níveis Institucionalização das Carreiras	Até 4	Até 2	Total	
Alinhamento Ideológico	Esquerda		16	6	22	
			72,7%	27,3%	100%	
	Centro		16	3	19	
			84,2%	15,8%	100%	
	Direita		33	2	35	
			94,3%	5,7%	100%	
	Total		65	11	76	
			85,5%	14,5%	100%	
São Paulo						
		Níveis Institucionalização das Carreiras	Até 2	Até 4	Até 6	Total
Alinhamento Ideológico	Esquerda		36	1	-	37
			97,3%	2,7%	-	100%
	Centro		23	4	-	27
			85,2%	14,8%	-	100%
	Direita		26	3	1	30
			86,7%	10%	3,3%	100%
	Total		85	8	1	94
			90,4%	8,5%	1,1%	100%
Paraná						
		Níveis de Institucionalização das Carreiras	Até 2	Até 4	Total	
Alinhamento Ideológico	Esquerda		17	1	18	
			94,4%	5,6%	100%	
	Centro		17	6	23	
			73,9%	26,1%	100%	
	Direita		14	2	16	
			87,5%	12,5%	100%	
	Total		48	9	57	
			84,2%	15,8%	100%	
<i>Fontes: www.almg.gov.br; www.al.sp.gov.br; www.alep.gov.br; www.tse.gov.br</i>						

Tabela 14A – Tempo de Carreira Por Partido em Minas Gerais (2003-2007)								
		Tempo de Carreira	Até 4	De 4 à 8	De 8 à 12	Acima de 12 anos	Sem Carreira na Assembléia	
Partido Político	PT/PC do B		4	1	1	-	11	17
			23,5%	5,9%	5,9%	-	64,7%	100%
	PSB		-	1	1	-	-	2
			-	50%	50%	-	-	100%
	PDT		-	2	-	-	1	3
			-	66,7%	-	-	33,3%	100%
	PMDB		2	3	1	-	1	7
			28,6%	42,9%	14,3%	-	14,3%	100%
	PSDB		2	1	2	-	5	10
			20%	10%	20%	-	50%	100%
	PPS		-	-	-	-	2	2
			-	-	-	-	100%	100%
	PP		3	3	-	-	2	8
			37,5%	37,5%	-	-	25%	100%
	PL		1	2	1	-	3	7
			14,3%	28,6%	14,3%	-	42,9%	100%
	DEM		1	-	-	2	7	10
			10%	-	-	20%	70%	100%
	PPD		1	-	-	1	1	3
			33,3%	-	-	33,3%	33,3%	100%
	PTB		3	2	1	1	-	7
			42,9%	28,6%	14,3%	14,3%	-	100%
	Total		17	15	7	4	33	79
			22,4%	19,7%	9,2%	5,3%	43,4%	100%

Fontes: www.almg.gov.br; www.tse.gov.br

Tabela 14B – Tempo de Carreira por Partido em São Paulo (2003-2007)								
		Tempo de Carreira	Até 4	De 4 à 8	De 8 à 12	Acima de 12	Sem Carreira na Assembléia	Total
Partido Político	PV		1	-	-	-	5	6
			16,7%	-	-	-	83,3%	100%
	PT/PC do B		3	4	1	-	14	22
			13,6%	18,2%	4,5%	-	63,6%	100%
	PSB		1	-	-	-	4	5
			20%	-	-	-	80%	100%
	PDT		1	-	-	-	3	4
			25%	-	-	-	75%	100%
	PMDB		1	1	-	-	2	4
			25%	25%	-	-	50%	100%
	PSDB		8	3	2	1	5	19
			42,1%	15,8%	10,5%	5,3%	26,3%	100%
	PPS		1	-	-	2	1	4
			25%	-	-	50%	25%	100%
	PP		2	2	-	1	2	7
			28,6%	28,6%	-	14,3%	28,6%	100%
	PL		-	1	-	1	1	3
			-	33,3%	-	33,3%	33,3%	100%
	DEM		3	2	-		1	6
			50%	33,3%	-		16,7%	100%
	PPD		1	-	-	-	6	7
			14,3%	-	-	-	85,7%	100%
	PTB		1	2	1	2	1	7
			14,3%	28,6%	14,3%	28,6%	14,3%	100%
	Total		23	15	4	7	45	94
			24,5%	16%	4,3%	7,4%	47,9%	100%

Fontes: www.al.sp.gov.br; www.tse.gov.br

Tabela 14C – Tempo de Carreira por Partido no Paraná (2003-2007)								
Partido Político	Tempo de Carreira	Até 4	De 4 à 8	De 8 à 12	Acima de 12 anos	Sem Carreira na Assembléia	Total	
PT/PC do B		2	1	-	-	6	9	
		22,2%	11,1%	-	-	66,7%	100%	
PSB		-	-	-	-	3	3	
		-	-	-	-	100%	100%	
PDT		1	2	-	2	1	6	
		16,7%	33,3%	-	33,3%	16,7%	100%	
PMDB		2	1	1	1	6	11	
		18,2%	9,1%	9,1%	9,1%	54,5%	100%	
PSDB		2	1	1	2	3	9	
		22,2%	11,1%	11,1%	22,2%	33,3%	100%	
PPS		-	1	-	-	2	3	
		-	33,3%	-	-	66,7%	100%	
PP		1	1	1	-	1	4	
		25%	25%	25%	-	25%	100%	
PL		-	1	-	-	1	2	
		-	50%	-	-	50%	100%	
DEM		-	1	5	-	-	6	
		-	-	83,3%	-	-	100%	
PPD		1	-	-	-	-	1	
		100%	-	-	-	-	100%	
PTB		-	1	2	-	-	3	
		-	33,3%	66,7%	-	-	100%	
Total		8	10	10	5	23	57	
		15,8%	17,5%	17,5%	8,8%	40,4%	100%	

Fonte: www.alep.gov.br; www.tse.gov.br

Tabela 14D - Tempo de Carreira por Alinhamento Ideológico em Minas Gerais, São Paulo e Paraná (2003-2007)

Minas Gerais								
		Tempo de Carreira	Até 4 anos	De 5 a 8 anos	De 9 a 12 anos	Acima de 12 anos	Sem carreira prévia	Total
Alinhamento Ideológico	Esquerda		4	4	2		12	22
			18,20%	18,20%	9,10%		54,50%	100,00%
	Centro		4	4	3		8	19
			21,10%	21,10%	15,80%		42,10%	100,00%
	Direita		9	7	2	4	13	35
			25,70%	20,00%	5,70%	11,40%	37,10%	100,00%
	Total		17	15	7	4	33	76
			22,40%	19,70%	9,20%	5,30%	43,40%	100
São Paulo								
		Tempo de Carreira	Até 4 anos	De 5 a 8 anos	De 9 a 12 anos	Acima de 12 anos	Sem carreira prévia	Total
Alinhamento Ideológico	Esquerda		6	4	1		26	37
			16,20%	10,80%	2,70%		70,30%	100,00%
	Centro		10	4	2	3	8	27
			37,00%	14,80%	7,40%	11,10%	29,60%	100,00%
	Direita		7	7	1	4	11	30
			23,30%	23,30%	3,30%	13,3%	36,7%	100,00%
	Total		23	15	4	8	44	94
			24,50%	16,00%	4,30%	8,50%	46,80%	100%
Paraná								
		Tempo de Carreira	Até 4 anos	De 5 a 8 anos	De 9 a 12 anos	Acima de 12 anos	Sem carreira prévia	Total
Alinhamento Ideológico	Esquerda		3	3		2	10	18
			16,70%	16,70%		11,10%	55,60%	100,00%
	Centro		4	3	2	3	11	23
			17,40%	13,00%	8,70%	13,00%	47,80%	100,00%
	Direita		2	4	8		2	16
			12,50%	25,00%	50,00%		12,50%	100,00%
	Total		9	10	10	5	23	57
			15,80%	17,50%	17,50%	8,80%	40,40%	100%

Fontes: www.almg.gov.br; www.al.sp.gov.br; www.alep.gov.br; www.tse.gov.br

Tabela 15A – Ocupação de Cargo na Assembléia Legislativa de Minas Gerais (2003-2007)

		Ocupou Cargo na Assembléia Legislativa	Sim	Não	Total
Partido Político	PT/PC do B		4	13	17
			23,5%	76,5%	100%
	PSB		2	-	2
			100%	-	100%
	PTB		1	2	3
			33,3%	66,7%	100%
	PMDB		5	2	7
			71,4%	28,6%	100%
	PSDB		4	6	10
			40%	60%	100%
	PPS		1	1	2
			50%	50%	100%
	PP		1	7	8
			12,5%	87,5%	100%
	PL		2	5	7
			28,6%	71,4%	100%
	DEM		3	7	10
			30%	70%	100%
	PPD		-	3	3
			-	100%	100%
	PTB		6	1	7
			85,7%	14,3%	100%
	Total		29	47	76
			38,2%	61,8%	100%

Fontes: www.almg.gov.br; www.tse.gov.br

Tabela 15B - Ocupação de Cargo na Assembléia Legislativa de São Paulo (2003-2007)					
		Ocupou Cargo na Assembléia Legislativa	Sim	Não	Total
Partido Político	PV		1	5	6
			16,7%	83,3%	100%
	PT/PC do B		10	12	22
			45,5%	54,5%	100%
	PSB		3	2	5
			60%	40%	100%
	PTB		3	1	4
			75%	25%	100%
	PMDB		2	2	4
			50%	50%	100%
	PSDB		11	8	19
			57,9%	42,10%	100%
	PPS		4	-	4
			100%	-	100%
	PP		1	6	7
			14,3%	85,7%	100%
	PL		2	1	3
			66,7%	33,3%	100%
	DEM		4	2	6
			66,7%	33,3%	100%
	PPD		1	6	7
			14,3%	85,7%	100%
	PTB		2	5	7
			28,6%	71,4%	100%
	Total		44	50	94
			46,8%	53,2%	100%

Fonte: www.al.sp.gov.br; www.tse.gov.br

Tabela 15C – Ocupação de Cargo por Partido na Assembléia Legislativa do Paraná (2003-2007)

		Ocupou Cargo na Assembl. Legislativa	Sim	Não	Total
Partido Político	PT/PC do B		4	5	9
			44,4%	55,6%	100%
	PSB		2	1	3
			66,7%	33,3%	100%
	PDT		6	-	6
			100%	-	100%
	PMDB		6	5	11
			54,5%	45,5%	100%
	PSDB		7	2	9
			77,8%	22,2%	100%
	PPS		2	1	3
			66,7%	33,3%	100%
	PP		3	1	4
			75%	25%	100%
	PL		1	1	2
			50%	50%	100%
	DEM		3	3	6
			50%	50%	100%
	PPD		-	1	1
			-	100%	100%
	PTB		2	1	3
			66,7%	33,3%	100%
	Total		36	21	57
			63,2%	36,8%	100%

Fonte: www.alep.gov.br; www.tse.gov.br

Tabela 15D – Ocupação ou não de Cargos nas Assembléias Legislativas de Minas Gerais, São Paulo e Paraná (2003-2007)					
Minas Gerais					
		Ocupou Cargo na Assembléia Legislativa	Sim	Não	Total
Alinhamento Ideológico	Esquerda		7	15	22
			31,80%	68,20%	100,00%
	Centro		10	9	19
			52,60%	47,40%	100,00%
	Direita		12	23	35
			34,30%	65,70%	100,00%
	Total		29	47	76
			38,20%	61,80%	100%
São Paulo					
		Ocupou Cargo na Assembléia Legislativa	Sim	Não	Total
Alinhamento Ideológico	Esquerda		17	20	37
			45,90%	54,10%	100,00%
	Centro		17	10	27
			63,00%	37,00%	100,00%
	Direita		10	20	30
			33,30%	66,70%	100,00%
	Total		44	50	94
			46,8%	53,2%	100%
Paraná					
		Ocupou Cargo na Assembléia Legislativa	Sim	Não	Total
Alinhamento Ideológico	Esquerda		12	6	18
			66,70%	33,30%	100,00%
	Centro		15	8	23
			65,20%	34,80%	100,00%
	Direita		9	7	16
			56,30%	43,80%	100,00%
	Total		36	21	57
			63,20%	36,80%	100
<i>Fontes: www.almg.gov.br; www.al.sp.gov.br; www.alep.gov.br; www.tse.gov.br</i>					

Tabela 16A - Produção Legal na Assembléia Legislativa de Minas Gerias (2003-2007)					
	TCR	RC	RD	TDR	Total
PT/PC do B	217	22	5	2	239
	90,8%	9,2%	2,1%	0,8%	100%
PSB	20	5	1	0	26
	76,9%	19,2%	5%	-	100%
PDT	38	3	1	0	42
	90,5%	7,1%	2,6%	-	100%
PMDB	103	2	2	1	108
	95,4%	1,8%	1,8%	0,9%	100%
PSDB	239	15	1	1	256
	93,3%	6,3%	0,4%	0,40%	100%
PPS	29	0	0	0	29
	100%	-	-	-	100%
PL	106	16	3	5	130
	81,5%	123%	2,3%	3,8%	100%
PTB	55	4	3	0	62
	88,7%	6,4%	4,8%	-	100%
PP	123	11	3	1	138
	89,1%	8%	2,2%	0,7%	100%
DEM	89	8	0	1	97
	91,7%	8,2%	-	1%	100%
Total	1019	86	19,00	10	1126
	90,5%	8,4	1,70%	1	100%

Fonte: www.almg.gov.br

Tabela 16B - Produção Legal na Assembléia Legislativa de São Paulo (2003-2007)					
	TCR	RC	RD	TDR	Total
PT/PC do B	112	7	3	2	125
	89,6%	5,6%	4%	1,6%	100%
PV	51%	4%	2%	1%	58%
	87,9%	6,4%	3,4%	1,7%	100%
PSB	81	7	0	0	88%
	92%	7,6%	-	-	100%
PDT	42	5	3	0	50
	84%	10%	6%	-	100%
PMDB	45	2	0	0	47
	95,7%	4,3%	-	-	100%
PSDB	314	40	9	4	367
	85,5%	10,9%	2,4%	1,10%	100%
PPS	93	8	3%	0	94
	88,3%	8,5%	3,2%	-	94%
PL	42	4	0	0	46
	91,3%	8,7%	-	-	100%
PP	33	3	1%	0	37
	89,2%	8,1%	2,7%	-	100%
DEM	139%	7	1%	1	148
	93,9%	5%	0,7%	0,7%	100%
Total	1053%	87	24%	9	1173
	89,8%	7,4%	2%	1%	100%

Fonte:www.al.sp.gov

Tabela 16C - Produção Legal na Assembléia Legislativa de Paraná (2003-2007)

	TCR	RC	RD	TDR	Total
PT/PC do B	59	15	7	2	83
	71%	18,1%	8,4%	2,4%	100%
PSB	9	6	0	0	14%
	64,3%	35,7%	-	-	100%
PDT	36	6	2	2	47%
	76,6%	16,7%	5,5%	5,5%	100%
PMDB	102	21,6	5,4	4	148
	68,9%	21,6%	5,4%	4%	100%
PSDB	115	32	7	1	155
	74,2%	20,6%	4,5%	0,6%	100%
PPS	20	11	0	0	31
	65%	35,5%	-	-	100%
PL	11	6	100%	0	18
	61,1%	33,3	5,5%	-	100
PTB	9%	6%	1%	0%	16%
	56,2%	37,50%	6,2%	-	100%
PP	40	8	2%	2	52
	76,9%	15,4%	3,8%	3,8%	100%
DEM	34%	9	4%	1	48
	70,8%	19%	8,3%	2,1%	100%
PPD	4	2	1	0	7%
	57,1%	29%	14,3%	-	100%
Total	439	133	33	13	619
	70,9%	21,5%	5,3%	2%	100%

Fonte: www.alep.pr.gov.br

Tabela 16D - Produção Legal por Espectro Ideológico nas Assembléias Legislativas de MG, SP e PR (2003-2007)					
Minas Gerais					
	TCR	RC	RD	TDR	Total
Esquerda	275	30	7	2	307
	89,6%	9,8%	2,3%	0,7%	100
Centro	371	17	3	1	393
	94,4%	4,3%	0,8%	0,8%	100
Direita	373	39	9	7	427
	87,3	9,1	2,1	1,6	100
São Paulo					
	TCR	RC	RD	TDR	Total
Esquerda	286	23	9	3	321
	89,1%	7,1%	2,8%	0,9%	100
Centro	441	50	13	4	508
	86,9%	9,8%	2,4%	0,8%	100
Direita	326	14	2	1	353
	92,3%	5,7%	1,7%	0,4%	100
Paraná					
	TCR	RC	RD	TDR	Total
Esquerda	104	27	9	4	144
	72,2%	18,7%	6,2%	2,8%	100

Centro	237	75	15	7	334
	70,9%	22,4%	4,5%	2,1%	100
Direita	98	31	9	2	141
	69,5%	22%	6,4%	2,1%	100
<i>Fonte: www.alep.pr.gov.br; www.al.sp.gov.br; www.almg.gov.br</i>					